



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIEURO
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Waldicharbel Gomes Moreira

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA COMO FERRAMENTA IDEOLÓGICA:
UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DOS SERVIÇOS SECRETOS
BRASILEIROS, ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 E 1980

BRASÍLIA/AGOSTO/2016

Waldicharbel Gomes Moreira

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA COMO FERRAMENTA IDEOLÓGICA:
UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DOS SERVIÇOS SECRETOS
BRASILEIROS, ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 E 1980

Dissertação apresentada ao Centro
Universitário Unieuro, como requisito
parcial do Curso de Mestrado em Ciência
Política, para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Professor Doutor Delmo de
Oliveira Arguelhes.

BRASÍLIA/AGOSTO/2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecário Carlos Anderson Vieira – CRB 1/1636

M838a

Moreira, Waldicharbel Gomes.

Atividade de inteligência como ferramenta ideológica: um estudo sobre a atuação dos serviços secretos brasileiros entre as décadas de 1940 e 1980. / Waldicharbel Gomes Moreira; orientador Delmo de Oliveira Arguelhes. -- Brasília: Centro Universitário Unieuro, 2016.

154 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Ciência Política) – Centro Universitário Unieuro, 2016.

1. Inteligência. 2. Ideologia. 3. Poder. 4. Serviço secreto. 5. Comunismo. 6. Segurança Nacional. I. Arguelhes, Delmo de Oliveira, orient. II. Título.

Proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, sem permissão expressa do Autor. (Artigo 184 do Código Penal Brasileiro, com a nova redação dada pela Lei n. 8.635, de 16-03-1993).

Waldicharbel Gomes Moreira

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA COMO FERRAMENTA IDEOLÓGICA:
UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DOS SERVIÇOS SECRETOS
BRASILEIROS, ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 E 1980

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Delmo de Oliveira Arguelhes
Professor Orientador

Professor Doutor Gabriel Passetti
Membro Externo

Professor Doutor Henrique Smidt Simon
Membro Interno

BRASÍLIA/AGOSTO/2016

Aos meus filhos, Enzzo e Kawê, a quem dedico esse trabalho e digo que, sem eles, a minha vida não seria vida, e sim, uma mera e desnorçada existência.

AGRADECIMENTOS

À Deus, o Todo-Poderoso, a quem minha vida pertence.

Ao meu orientador, Doutor Delmo de Oliveira Arguelhes, pela dedicação extremada e preocupação constante com o bom nível do trabalho, o que me direcionou na busca do conhecimento e da excelência.

À minha família, linda e presente, sustentáculo nas horas difíceis e refrigério nos momentos amenos.

Aos colegas do mestrado, sempre solícitos em apoiar, independente de qualquer coisa, a quem me apeguei fraternalmente.

Aos professores do curso, grandes profissionais, incansáveis educadores. Aos servidores do Unieuro, que prestaram o suporte, dispensaram atenção e trataram as questões acadêmicas com carinho e denodo.

À equipe da Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal (COREG-DF), com a qual dividi muitos dias de pesquisa, tendo recebido condições e ajuda extraordinárias para o desenvolvimento da pesquisa, com o apoio documental e de informática. Aos integrantes, que são vários, mas inesquecíveis, meus sinceros agradecimentos, os quais materializo nas pessoas de Raynes Adiron Castro (Supervisor) e João Vítor Alves dos Santos (membro da equipe), com os quais dividi minhas ideias e recebi sugestões e soluções imprescindíveis.

Agradeço igualmente àqueles que, na minha busca pelos conhecimentos aqui adquiridos, porventura tenha deixado de citar, mas a quem o meu coração e a minha alma são eternamente devotos, por terem me incentivado de alguma maneira

“Não há príncipe algum tão frágil e insensato que seja imprudente a ponto de submeter ao julgamento do público aquilo que só a duras penas permanece secreto quando confiado aos ouvidos de um ministro ou de um favorito”.

Gabriel Naudé

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar a forma como a ideologia influenciou na manutenção do poder, valendo-se da utilização da atividade de inteligência, no que tange à produção de conhecimentos, bem como esse fator pode ensejar a dominação social. Historicamente, a atividade de inteligência esteve apta a assessorar processos decisórios, sendo vista como ferramenta para os líderes pautarem suas decisões. Ocorre que, não obstante, tem sido observado esse viés da inteligência, destoante de seus marcos doutrinários, naquilo que tange à mesma ser um poderoso instrumento que, se bem utilizado, tem a capacidade de antecipar cenários, antever situações e, num instante final, ser primordial para se tomar a decisão certa, mas também para gerar conformidades ideológicas. Isso foi largamente observado no Brasil, entre as décadas de 1940 e 1980, quando o país vivia sob uma Doutrina de Segurança Nacional e uma guerra interna contra o comunismo e para fortalecer o regime militar. É sob esse aspecto que o presente trabalho pretende se concentrar.

Palavras-chave: Inteligência. Ideologia. Poder. Comunismo. Segurança Nacional.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze how the ideology has influenced in the power maintenance, drawing on the intelligence activity to the knowledge production and to motivate the social domination. Historically, the intelligence activity was able to advise the decision-making process as a tool for the leaders decisions. Despite of the doctrinal landmarks, this intelligence acitivity bias has been observed as a powerful tool that, if used correctly, has the capacity to anticipate scenarios, predict situations and in the end, it can be essential to make the right decisions and also generate ideological conformity. It was widely observed in Brazil between the 1940s and 1980s, when the country was under a National Security Doctrine and an internal war against the communism to strengthen the military regime. This thesis intends to concentrate about this aspect.

Keywords: Intelligence. Ideology. Power. Communism. National Security.

ABREVIATURAS E SIGLAS

2. ^a /EMAer	Seção de Informações do Estado-Maior da Aeronáutica
2. ^a /EME	2. ^a Seção do Estado-Maior do Exército
A-2	2. ^a Seção da Aeronáutica
ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
AESI	Assessoria Especial de Segurança e Informações
ALN	Ação Libertadora Nacional
AI-2	Ato Institucional N.º 2
AI-5	Ato Institucional N.º 5
AIE	Aparelhos Ideológicos de Estado
APML do B	Ação Popular Marxista Leninista do Brasil
ASI	Assessoria de Segurança e Informações
CANSI	Comissão de Alto Nível de Segurança Interna
CDN	Conselho de Defesa Nacional
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CEFARH	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CIE	Centro de Informações do Exército
CIEx/MRE	Centro de Informações do Exterior do Ministério das Relações Exteriores
CISA	Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CONDI	Conselho de Defesa Interna
DACAA	Diretoria de Artilharia de Costa e Artilharia Antiaérea
DEOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DF	Distrito Federal
DGE	Diretoria de Gestão Especial
DIE	Divisão de Infantaria Expedicionária
DOI	Destacamento de Operações de Informações
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
DPF	Departamento de Polícia Federal

DSI	Divisão de Segurança e Informações
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
E-2	Segunda Seção do Exército
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado- Maior das Forças Armadas
ESG	Escola Superior de Guerra
ESINT	Escola de Inteligência
ESNI	Escola Nacional de Informações
EUA	Estados Unidos da América
FA-2	Segunda Seção da Aeronáutica
FBT	Fração Bolchevique Trotskysta
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FFAA ou FF AA	Forças Armadas
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JCI	Junta Coordenadora de Informações
LSN	Lei de Segurança Nacional
M-2	Segunda Seção da Marinha
M-20	Subchefia de Informações do Estado-Maior da Armada
MI-07	Manual de Informações (ESNI – 1976)
MOLIPO	Movimento de Libertação Popular
MR 8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MRT	Movimento Revolucionário Tiradentes
N-SISA	Núcleo do Serviço de Informações da Aeronáutica
NWC	<i>National War College</i>
OM	Organização Militar
P-2	Segunda Seção da Polícia Militar
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PNI	Plano Nacional de Informações
REDE	Resistência Democrática
SFICI	Serviço Federal de Informações e Contra-Informações
SIE	Serviço de Informações da Aeronáutica

SNI	Serviço Nacional de Informações
SISBIN	Sistema Brasileiro de Inteligência
SISNI	Sistema Nacional de Informações
SISSEGIN	Sistema de Segurança Nacional
SUSIEM	Subsistema de Informações Estratégicas Militares
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VAR PALMARES	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária
ZDI	Zona de Defesa Interna

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Trabalho ‘A tomada do poder’	76
Figura 2 – Original do Decreto de criação da ESNI.....	98
Figura 3 - Capa do Livro “Temos guerra maior pela frente?”	101
Figura 4 – Conferência do Curso Piloto de Informações	103
Figura 5 – Apostila sobre conceitos sobre informações	106
Figura 6 – Glossário de Informações.....	108
Figura 7 – Noções sobre operações clandestinas.....	110
Figura 8 – Estágio de Guerra Revolucionário e Anticomunismo.....	112
Figura 9 – Manual de Informações.....	118
Figura 10 – Documento Secreto sobre o SISSEGIN.....	129

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

IDEOLOGIA, PODER E ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA.....	19
--	-----------

1.1 IDEOLOGIA.....	20
--------------------	----

1.2 PODER.....	29
----------------	----

1.2.1 Dominação.....	38
----------------------	----

1.3 ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA (OU ATIVIDADE DE INFORMAÇÕES).....	44
--	----

1.3.1 Nuances históricas e motivos existenciais da atividade de inteligência.....	45
---	----

1.3.2 A inteligência como atividade: segredos, produção de conhecimento, proteção das informações e assessoramento na tomada de decisão.....	51
--	----

1.3.3 Conceito moderno de atividade de inteligência	52
---	----

1.3.4 Os dois ramos da atividade de inteligência: inteligência e contrainteligência	57
---	----

CAPÍTULO 2

O COMUNISMO NO BRASIL E O 'INIMIGO INTERNO'	61
--	-----------

2.1 BREVE EXPLICAÇÃO SOBRE O COMUNISMO E AS TEORIAS ECONÔMICAS DO 'IMPERIALISMO'.....	63
---	----

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DO BRASIL RELATIVO AO COMUNISMO APÓS A SEGUNDA GRANDE GUERRA.....	64
--	----

2.3 A CRIAÇÃO DA FIGURA DO 'INIMIGO INTERNO' NO BRASIL.....	68
---	----

2.4 O ANO DE 1964 (GOLPE OU REVOLUÇÃO?) E O COMBATE AO 'INIMIGO INTERNO'	73
--	----

2.5 A SUBVERSÃO E OS ANTAGONISMOS DE ESTADO.....	78
--	----

CAPÍTULO 3

CENÁRIOS DO BRASIL E A GÊNESE DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA BRASILEIRA 83

3.1 A IDEOLOGIA DA SEGURANÇA NACIONAL.....84

3.2 A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL.....87

3.3 INSTITUIÇÕES E CENTROS DE ENSINO DE INFORMAÇÕES.....93

3.3.1 Escola Superior de Guerra (ESG)93

3.3.2 Escola Nacional de Informações (ESNI).....96

3.4 PRODUÇÃO DOCTRINÁRIA DE INTELIGÊNCIA.....99

3.4.1 Conferência do curso piloto de informações..... 101

3.4.2 Apostila sobre o conceito de informações 105

3.4.3 Glossário de Informações..... 107

3.4.4 Estágio - Noções básicas de guerra revolucionária e
anticomunismo 111

3.5 ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA COMO ORGANIZAÇÃO: A 'COMUNIDADE
DE INFORMAÇÕES'..... 115

3.5.1 Sistema Nacional de Informações (SISNI)..... 119

3.5.1.1 Serviço Nacional de Informações (SNI).....122

3.5.1.2 Os outros órgãos do SISNI.....126

3.5.2 Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN) 129

3.6 A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E O INÍCIO DO SEU ENCADEAMENTO
TÉCNICO..... 132

CONCLUSÃO 138

REFERÊNCIAS..... 144

INTRODUÇÃO

A pesquisa efetuada se propõe a fazer um estudo documental sobre a atividade de inteligência no Brasil, entre as décadas de 1940 e 1980. A escolha desse período para o início dos trabalhos não foi ao acaso, uma vez que as 'informações' no país tiveram sua gênese, de fato, após a Segunda Grande Guerra. O final da abordagem, igualmente, coincide com o período de abertura democrática, sendo marcado pelo fim dos governos militares, que duraram por vinte anos.

A atividade de inteligência, por seu caráter hermético, sempre foi alvo de grande interesse de pesquisadores e do público em geral, mas justamente por conta da dificuldade de acesso ao universo que envolve os serviços secretos, o campo de exploração se mostrou, ao longo das décadas, bastante restrito e de difícil acesso. Casos fortuitos, de estudiosos privilegiados são festejados pela comunidade acadêmica, uma vez que esses estudos têm o potencial de instruir várias outras pesquisas a respeito.

Atualmente, os serviços de inteligência têm o escopo de assessoramento na tomada de decisões, com metodologia própria de análise e produção do conhecimento. Os relatórios originados, tanto em nível governamental quanto até mesmo empresarial, dispõem da faculdade de nortear o decisor para o melhor caminho, com riscos calculados e possibilidade de sucesso em suas escolhas. Mas, no Brasil, o início dessa atividade sempre esteve envolto em mistério, sendo bem pouco divulgado o que de fato a inteligência brasileira fazia, algumas décadas atrás.

Em que pese o disposto doutrinariamente, acerca do caráter auxiliar da inteligência, há de se considerar outro aspecto da atividade que não o simples norteamiento do tomador de decisões, rumo à escolha do caminho mais adequado. Muito pouco citado na doutrina, e até mesmo rechaçado por alguns autores, é o fato de que a antecipação de ações e a projeção de cenários futuros, por meio de conhecimentos prévios de situações e de informações, têm a capacidade de estabelecer condições para que o poder da autoridade seja mantido e protegido.

A construção ideológica, com a característica de gerar uma unidade de pensamentos, criando uma 'realidade' que interesse tão somente à classe dominante, aparece nesse contexto, reforçando o posicionamento dos governantes brasileiros, após a segunda metade do século XX. Nesse período, era crescente a simpatia da sociedade pelos ideais comunistas, o que exigiu dos dominantes uma

providência no sentido de se contrapor a essa tendência, sob o risco de perda do poder.

Priscila Brandão, em um dos seus estudos sobre o assunto lembra que “no Brasil, como em qualquer lugar, os órgãos de informações sempre privilegiaram o segredo como ferramenta de poder”.¹ De igual modo, Norberto Bobbio, a respeito do poder oculto e referindo-se aos ‘serviços secretos’, adverte que [...]

[...] há por fim o poder invisível como instituição do Estado: os serviços secretos, cuja degeneração pode dar vida a uma verdadeira e própria forma de governo oculto. Que todo Estado tenha serviços secretos é, como se diz, um mal necessário. Ninguém ousa por em dúvida a compatibilidade do Estado democrático com a utilização dos serviços secretos. Mas eles somente são compatíveis com a democracia sob uma condição: que sejam controlados pelo governo, pelo poder visível que, por sua vez, é controlado pelos cidadãos, de tal modo que sua atuação seja exclusivamente orientada para a defesa da democracia.²

Daí, o que se tem como questionamento subsequente ao assessoramento referido reflete justamente naquilo que a autoridade objetiva com o conhecimento situacional prévio que lhe foi repassado. Seria tão somente saber por saber? Ou teria uma justificativa mais estratégica, voltada a estabilização da condição de líder e mandatário do poder vigente? Obviamente que a primeira alternativa se mostra bastante pueril, restando crer que quem exerce o poder, seja ele definido por qual acepção for, não tem a intenção de vê-lo mudar de mãos ou compartilhá-lo, sob o risco de perdê-lo para opositores ou mesmo falsos aliados.

O empenho principal atribuído à inteligência, vista nesse caso como atividade, quer seja a inteligência clássica (de Estado), ou mesmo qualquer de suas vertentes (inteligência militar e de segurança pública, inteligência policial ou criminal, financeira, estratégica etc.) tem o escopo de assessoramento da autoridade ou da pessoa que detém o mando decisório dentro de uma organização.

A produção do conhecimento de inteligência (relatórios que trazem situações antecipatórias e úteis ao órgão) tem caráter descritivo da própria atividade, levando em conta que o tomador de decisões necessita estar previamente informado sobre um contexto de interesse. Assim, poderá ele escolher a melhor atitude a ser

¹ BRANDÃO, Priscila Carlos. **SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 27.

² BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora da UnB, 1997. p. 34.

tomada, otimizando resultados futuros e minorando a possibilidade de se tomar decisões que não sejam as melhores, dentre as opções que lhe são apresentadas.

Nesse entendimento, a inteligência assume um papel que vai além do clássico assessoramento, se tornando ferramenta indispensável de manutenção do poder estabelecido, tanto podendo auxiliar na tomada de decisões, como também auxiliar na influência social, uma vez que os seus relatórios também têm a potencialidade de induzirem um pensamento ou situação.

Conforme manual da Escola Superior de Guerra (ESG), citando Allen Dulles³, que foi dos primeiros diretores da CIA (*Central Intelligence Agency*), a principal expoente do serviço secreto americano, “as informações tratam de todas as coisas que têm de ser conhecidas antes de se dar início ao curso da ação”.⁴

Não obstante, a ideologia, valendo-se das ‘ferramentas’ emprestadas pela atividade de inteligência, tem o potencial de assentar pensamentos e gerar mudanças de comportamentos, uma vez que atua com o respaldo estatal. Tudo isso induz a manutenção do poder e a conseqüente dominação social.

A hipótese principal levada a efeito nessa pesquisa encontra-se centrada em promover a discussão sobre os objetivos ideológicos da atividade de inteligência voltados para órgãos e instituições que dela se valeram no passado, sob o pano de fundo da Segurança Nacional, implantada pelos militares após a Segunda Guerra Mundial.

Haverá a busca pela identificação de outro escopo que não o de tão somente assessorar o processo decisório. A manutenção de poder por meios das informações, com o respaldo governamental, sempre foi algo comentado na sociedade brasileira, que viu nos anos de governos militares, entre 1964 e 1985, a rigidez de várias ações dos órgãos de segurança, supostamente amparados pelo segredo que os serviços secretos em funcionamento no país lhes assegurava.

A ambientação de quase toda a pesquisa foi concentrada num período bastante específico da história brasileira recente, que foram os períodos limítrofes (um pouco antes e um pouco depois) em que o país foi governado por militares, tomando-se por bases fatos históricos que desencadearam a inteligência brasileira e

³ Allen Foster Dulles foi diretor da CIA (Central Intelligence Agency) e irmão de John Foster Dulles, ex-Secretário de Estado Americano. Maiores detalhes sobre os irmãos Dulles em: STEPHEN Kinzer, **The Brothers**: John Foster Dulles, Allen Foster Dulles, and Their Secret Word War. New York: Times Books, 2013 – 385p.

⁴ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Fundamentos da Doutrina**. Rio de Janeiro: ESG, 1981. p. 261.

outros que encerraram um ciclo de atuação. Como protagonista e alvo de todo os trabalhos dos serviços de informações, estava o comunismo e seus seguidores, que recebiam alcunhas como 'subversivos e reacionários'.

Apesar disso, foram também empreendidas análises sobre certos períodos da primeira metade do século XX, cujos acontecimentos refletiram de alguma forma, em situações desencadeadas nas décadas vindouras, principalmente no que tange à identificação da atividade de informações (chamada 'inteligência', nos dias atuais) como ferramenta integrada ao ideário da Segurança Nacional difundida no Brasil.

Assim, após essas considerações, tem-se o Capítulo 1 abordando os conceitos de ideologia, poder e atividade de inteligência, com o fito de trazer à baila um arcabouço de ideias e com o viés de compreender todas as nuances que envolvem esses três conceitos. A ideologia, como prática social e suas representatividades, induzindo à aquisição do poder, ou mesmo sua manutenção, com base num posicionamento dominante. Esse poder ideológico, com supremacia de pensamentos, conduz à dominação da classe menos esclarecida, em prol dos que detém o conhecimento. As informações, sob a forma de atividade, aparecem como um dos recursos que o governo utilizava para a concepção dos seus objetivos.

O capítulo 2 buscará um estudo mais detido sobre o comunismo no Brasil e o contexto histórico no qual ele se inseriu. A análise conjuntural e a figura do 'inimigo interno', bem como a face assumida pelo país, com a ascensão dos militares ao poder, servirá de base para tentar colher o máximo de resultados. Isso será feito, no sentido de analisar até que ponto as informações eram ferramenta ideológica ou operativa, no combate aos comunistas e pessoas que tinham orientação política e ideológica diferentes, em relação ao governo.

O capítulo 3 terá o escopo de se debruçar sobre documentos e fontes primárias da época. A intenção é buscar o confronto científico, direcionado à confirmação das hipóteses levantadas na questão principal. Assim, haverá de se averiguar quanto à atividade de inteligência como instrumento ideológico da Segurança Nacional, analisando a constituição dessa ideologia e sua construção doutrinária nos centros de formação destinados a preparar os agentes dos serviços secretos brasileiros.

Também será dado enfoque às formas de disseminação dos pensamentos e sua receptividade pelos órgãos que produziam informações

secretas, entre as décadas de 1940 e 1980. Basicamente busca-se abordar nesse capítulo a doutrinação dos agentes de inteligência, os métodos de ensino, a formação de uma cultura própria, dentre outros pontos que possam elucidar os pontos de estudo objetivados.

A congregação dos serviços de inteligência da época, constituindo sistemas organizados de trocas de informações, também será alvo de análise nessa última parte da pesquisa. Tal assunto, ainda hoje, se apresenta como um dos mais controversos da história dos governos militares no Brasil, sob o qual ainda paira muito sigilo quanto à real atuação de cada um desses atores governamentais.

Por derradeiro, será visto como o período que marcou o início de abertura democrática, após anos da Doutrina de Segurança Nacional, influenciou os rumos da atividade de inteligência e o seu encadeamento técnico. A questão da segurança e defesa nacionais, frente à nova perspectiva mundial desvelada na década de 1980, servirá como último objeto a ser compulsado.

CAPÍTULO 1

IDEOLOGIA, PODER E ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

Ao se pensar em ideologia, deve-se ter em mente a possibilidade que ela tem de alterar comportamentos, fomentar discussões e ser contraposta. A intenção de explicar a realidade, partindo do pressuposto de que as ocorrências históricas possam não ser levadas em consideração, quando da elaboração de um conjunto de ideias que tenham o viés de sobreposição a outras correntes e crenças, faz com que a ideologia seja dotada do poder de dominação.

De fato, um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tomar ideias como independentes da realidade histórica e social, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as ideias elaboradas e a capacidade ou não que elas possuem para explicar a realidade que as provocou.⁵

Sob esse prisma, difícil contestar acerca da utilização das ideologias por parte do Estado, com o objetivo de imposição de vontade e norteamo de condutas da massa integrante da sociedade, tudo alçando à condição de aquisição ou manutenção do *status quo*.

No tocante ao 'poder', existe uma dificuldade inicial de determinar o vasto espectro que esse conceito pode apresentar, uma vez que devem ser entendidas, ou pelo menos percebidas, as diversas vertentes pelas quais o termo 'poder' pode perpassar. O poder, não só enquanto palavra, significado, concepção ou representação social, mas como fenômeno intrínseco nas relações humanas, deve ser apresentado e compreendido à luz daquilo que ele exprime perante a sociedade e àquilo que efetivamente é entendido quando se refere a esse termo e seus reflexos sociais.

Em relação à dominação, como uma variante formal da exteriorização fática, ela surge na discussão com aspecto diverso de tronco original, qual seja, o poder. É imperativo que a acepção do termo 'dominação', enquanto objeto primordial para a construção e entendimento claro, possa ser compreendido dentro de um

⁵ CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. 2.^a ed. 16.^a reimpressão. São Paulo. Editora Brasiliense. 2012. pp 12-13.

contexto de supremacia de ideias e de ações de uma determinada parcela representativa de vontade sobre outro *quantum* submisso e maior, se analisado sob a ótica de Estado.

Por outro lado, mas não em sentido destoante, dentro do contexto a que presta o presente trabalho, fala-se mais amplamente na inteligência enquanto 'atividade'. Nesse sentido, entende-se assim como um conjunto de medidas que são adotadas para a produção de conhecimentos, de informações que, no instante final de seu processo, se apresenta como uma ferramenta apta a assessorar o processo de tomada de decisão por parte de quem cabe decidir.

1.1 IDEOLOGIA

Abordar o conceito de ideologia não é uma tarefa fácil, até porque, para enveredar nesse tema, faz-se necessário maior aprofundamento sobre bases conceituais e permeio por diferentes pensamentos, nem sempre aceitos ou compreendidos. Ainda que encoberto por uma aura de incompreensão, o pensamento ideológico é algo do qual não se pode deixar de perceber no dia a dia, visto que se faz presente nas relações humanas e sociais.

É difícil encontrar na ciência social um conceito tão complexo, tão cheio de significados, quanto o conceito de ideologia. Nele se dá uma acumulação fantástica de contradições, de paradoxos, de arbitrariedade, de ambiguidades, de equívocos e de mal-entendidos, o que torna extremamente difícil encontrar o seu caminho nesse labirinto.⁶

Em linhas gerais, a despeito dessa dificuldade conceitual e como ideal estruturante, a ideologia busca disciplinar relações, permeando os pensamentos da maioria consoante o que uma minoria idealizadora deseja. A ideia é de que haja uma espécie de consciência social, na qual a natureza ideológica se faça presente e condicione os comportamentos e pensamentos para aquilo que se deseja estruturar, perpetuar, imprimir na consciência das pessoas a quem se intenciona conquistar.

Conquistar sim, pois a ideologia pode possuir essa conotação de conquista, de supremacia de ideias, de condicionante de comportamentos. Aquele

⁶ LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 20.^a ed. São Paulo: Cortez, 2015. p.17.

que se rende aos anseios ideológicos de outrem passa, invariavelmente, a nutrir simpatia pelo tema e, submetido a um estágio avançado dos objetivos ideológicos, passa a contrapor ideias e pensamentos pré-concebidos.

A concepção de ideologia, dentro de um sistema de evolução humana denotado em fases, demonstra que, inicialmente, ela pode ser interpretada como uma teoria, sendo uma ferramenta poderosa na compreensão universal de ideias, tendo o comando das ações humanas.

Assim, cada fase do espírito humano leva-o a criar um conjunto de ideias para explicar a totalidade dos fenômenos naturais e humanos – essas explicações constituem a ideologia de cada fase. Nessa medida, ideologia é sinônimo de teoria, esta sendo entendida como a organização sistemática de todos os conhecimentos científicos, desde a formação das ideias mais gerais, na matemática, até as menos gerais, na sociologia, e as mais particulares, na moral. Como teoria, a ideologia é produzida pelos sábios, que recolhem as opiniões correntes, organizam e sistematizam tais opiniões e, sobretudo, na última etapa do progresso (na fase positiva ou científica), corrigem-nas eliminando todo elemento religioso ou metafísico que porventura nelas exista.

Sendo o conhecimento da formação das ideias, tanto do ponto de vista psicológico quanto do ponto de vista social, sendo o conhecimento científico das leis necessárias do real e sendo o corretivo das ideias comuns de uma sociedade, a ideologia, enquanto teoria, passa a ter um papel de comando sobre a prática dos homens, que devem se submeter aos critérios e mandamentos do teórico ou do cientista antes de agir.⁷

A pretensão de que as ideias superiores preponderem e se positivem a começar do referencial ideológico denota bem esse caráter dominante da ideologia, que se posiciona a partir da intenção de se firmar como elemento norteador e direcionador das condutas da maioria. Por meio do pensar organizado, sistêmico, as pessoas em posição de disseminação e condução se postam num plano verticalizado, cuja base se mostra totalmente amparada no campo do pensamento e do convencimento.

Sobre esse aspecto de liderança que o traço ideológico apresenta, justificando as motivações para o desenvolvimento de uma ideologia, tem-se que:

De modo geral, os líderes em um sistema político abraçam um conjunto de doutrinas integradas, mais ou menos persistentes, as quais pretendem explicar e justificar sua liderança no sistema. O conjunto de doutrinas desse tipo constitui uma ideologia. Uma das razões pelas quais os líderes desenvolvem uma ideologia é dotar sua liderança de legitimidade.⁸

⁷ CHAUÍ. op. cit. p. 33-4.

⁸ DIAS, Reinaldo. **Ciência Política**. 2.^a ed. São Paulo: Atlas, 2013. p.19.

Hannah Arendt, discorrendo sobre o racismo que emergiu simultaneamente em todos os países ocidentais durante o século XIX, fez considerações interessantes e esclarecedoras sobre o tema em estudo, associando o conceito de ideologia, poder, dominação e persuasão nacional, como forma de aceitação das posturas governamentais de então:

Até o período da “corrida para a África”⁹, o pensamento racista competia com muitas ideias livremente expressas que, dentro do ambiente geral de liberalismo, disputavam entre si a aceitação da opinião pública. Somente algumas delas chegaram a tornar-se ideologias plenamente desenvolvidas, isto é, sistemas baseados numa única opinião suficientemente forte para atrair e persuadir um grupo de pessoas e bastante ampla para orientá-las nas experiências e situações da vida moderna.¹⁰

A partir daí, outra concepção relativa ao conceito de ideologia é trazida para reflexão, demonstrando que aquilo que é pensado, adotado, concebido, ideologicamente falando, apresenta uma característica muito própria, com acentuado grau de profundidade, diferente do que é tão somente uma opinião ou posicionamento crítico acerca de um tema. A ideologia sugere esclarecimento, convicção e condução de pensamentos.

Pois a ideologia difere da simples opinião na medida em que se pretende detentora da chave da história, e em que julga poder apresentar a solução dos “enigmas do universo” e dominar o conhecimento íntimo das leis universais ‘ocultas’, que supostamente regem a natureza e o homem. Poucas ideologias granjearam suficiente proeminência para sobreviver à dura concorrência da persuasão racional. Somente duas sobressaíram e praticamente derrotaram todas as outras: a ideologia que interpreta a história como uma luta econômica de classes, e a que interpreta a história como uma luta natural entre raças. Ambas atraíram as massas de tal forma que puderam arrolar o apoio do Estado e se estabelecer como doutrinas nacionais oficiais. Mas, mesmo além das fronteiras dentro das quais a ideologia racial e a ideologia de classes formaram moldes obrigatórios de pensamento, a opinião pública livre as adotou de tal modo que não apenas os intelectuais, mas até grandes massas, rejeitam apresentações de fatos, passados ou presentes, que não se ajustem a uma delas.¹¹

Arendt segue fazendo referência ao poder de persuasão que as ideologias exercem sobre o íntimo das pessoas, conduzindo-as mediante

⁹ Nesse ponto, a discussão da autora, em sua obra, apresenta diversas explanações que foram buscadas pelos governos europeus para justificarem a exploração e escravização africana, num contexto que não seria justificável aos olhos de uma população europeia civilizada, no século XIX. Para melhor entender o assunto acerca da escravização, na obra de Arendt, em comento, se mostra bastante pertinente e esclarecedora.

¹⁰ ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Editora Schwarcz S.A. 1968. p. 148-9.

¹¹ Ibidem. loc. cit.

orientações políticas, saindo do campo teórico e convergindo para um universo de praticidade, mobilidade, ação:

A extraordinária força de persuasão decorrente das principais ideologias do nosso tempo não é acidental. A persuasão não é possível sem que o seu apelo corresponda às nossas experiências ou desejos ou, em outras palavras, a necessidades imediatas. Nessas questões, a plausibilidade não advém nem de fatos científicos, como vários cientistas gostariam que acreditássemos, nem de leis históricas, como pretendem os historiadores em seus esforços de descobrir a lei que leva as civilizações ao surgimento e ao declínio. Toda ideologia que se preza é criada, mantida e aperfeiçoada como arma política e não como doutrina teórica. É verdade que, às vezes, como ocorreu no caso do racismo, uma ideologia muda o seu rumo político inicial, mas não se pode imaginar nenhuma delas sem contato imediato com a vida política. Seu aspecto científico é secundário. Resulta da necessidade de proporcionar argumentos aparentemente coesos, e assume características reais, porque seu poder persuasório fascina também cientistas, desinteressados pela pesquisa propriamente dita e atraídos pela possibilidade de pregar à multidão as novas interpretações da vida e do mundo.¹²

A ideologia, se bem estruturada e direcionada, passa a exercer grande poder de influência sobre a vida das pessoas, grupos ou representações sociais. Sua presença constante gera um conforto de pensamentos que induz a aceitar de bom grado aquilo que se vê lançado no campo idealizador. Daí à prática há um processo gradual, imperativo e retilíneo, em que a dominação se faz presente por meio de um irrefreável fluxo de informações, que acabam por alcançar, de forma linear, a toda uma sociedade.

A simples observação sobre a palavra ideologia, pretendendo que dela se emane um conjunto de ideias reacionárias, acaba por delimitar seu espectro desfigurante de preconceções, fazendo com que não haja mais nada que senão uma ordenação de pensamentos, mas sem a prática subversiva que deles se pretende extrair.

Se nos obstinarmos em considerar a ideologia como reflexo superestrutural do que se passa efetivamente no plano da infraestrutura, se nos obstinarmos em considerar o trabalho do pensamento como um “efeito” ou como uma ‘variável’ da economia e da política teremos preparado terreno para explicações mecanicistas ou funcionalistas não só acerca da ideologia, mas acerca de toda e qualquer forma de pensar. Aliás, não será surpreendente, antes e pelo contrário, será necessário que em tal contexto explicativo a palavra ideologia vá perdendo seu sentido originário de lógica da ocultação do real para tornar-se sinônimo de conjunto de ideias, confundindo-se, portanto, com toda atividade de pensamento. Tal redução

¹² ARENDT. op.cit. p.149.

faz da ideologia ora a manifestação de um *projeto explícito* de conservação ou de transformação da sociedade segundo os interesses de uma classe (como pretenderam os isebianos¹³), ora faz dela um conjunto de idéias que um grupo defende para assegurar o triunfo de uma causa que interessa aos seus agentes, havendo até quem defenda o 'direito' do proletariado a ter uma ideologia, ele, cuja negatividade deveria demolir as ideologias... Se nos esquecermos de que a ideologia é a inversão do sujeito (atividade) pelo predicado (inércia), que tal inversão é constitutiva de *aparecer social* e, portanto, do imaginário de uma sociedade determinada, reduziremos a ideologia à psicologia dos interesses e das motivações, a uma instância da sociedade a serviço da manipulação de uma classe por outra, sem indagarmos a origem das ideologias e de seu reconhecimento como "verdade" tanto por dominantes como por dominados. Na ausência de tais indagações, os dominados, por final das contas, deixam de ser o negativo para reduzirem-se à condição dos eternos logrados pelo poder diabólico dos dominantes. Além disto, se toda e qualquer forma de pensamento, por ser um 'conjunto de idéias', for ideologia, não só desaparece também sua negação determinada, isto é, a crítica...¹⁴

Nesse contexto, um dos principais aspectos diz respeito às causas que são afetadas às ações implementadas em nome de uma ideologia. Dessa forma, existe uma necessidade premente de estabelecer parâmetros para que possa compreender de maneira melhor o papel ideológico nas interações sociais que importem a imposição de pensamentos. Cabe, assim, um melhor entendimento sobre a necessidade de definição que permita melhor compreensão do conceito de ideologia.

[...] as ideologias não são simplesmente uma ou outra ideia, uma mentira ou uma ilusão, são um conjunto muito mais vasto, orgânico, de valores, crenças, convicções, orientações cognitivas, de doutrinas, teorias, representações. A esse conjunto, à medida que seja coerente, unificado por uma certa perspectiva social, por uma perspectiva de classe, eu chamaria de visão social do mundo.¹⁵

Löwy aborda essa dificuldade conceitual de maneira muito serena, e tenta demonstrar as incongruências do tema. No entanto, se apresenta taxativo quanto ao esforço em explicitar claramente acerca do conjunto de fenômenos designados como ideologias.

¹³ 'Isebianos' foi como ficaram conhecidos os intelectuais membros do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), fundado em 1956 e que conglomerava vários educadores e escritores da época. Mais em: VALE, Antônio Marques do. **O ISEB, os intelectuais e a diferença: um diálogo teimoso na educação**. São Paulo. Unesp, 2006.

¹⁴ CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvania Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: CEDEC, 1978. p. 14.

¹⁵ LÖWY. op. cit. p. 40-1.

Na intenção de explicar o que entende por ‘visão social do mundo’, o autor dispõe:

[...] esses conjuntos orgânicos de representações, valores e ideias, que eu chamo de visões sociais do mundo, poder ser de tipo conservador, ou legitimador da ordem existente, ou de um tipo crítico, subversivo, que proponha uma alternativa, ao qual eu chamo de utopia. Esta é uma proposta operacional de tentar entender como é que funcionam estes conjuntos de ideias e quais as suas relações, em última análise, com a posição das classes sociais.

[...] ideologias, ou visões de mundo, ou utopias, correspondem aos interesses, posições, aspirações, tensões, das diferentes classes sociais. Isto é, são as classes sociais que produzem ideologias.¹⁶

David Easton, contribuindo com o estudo da ideologia no campo político, traz que “ideologia é um conjunto articulado de ideias, fins e propósitos que orientam os membros do sistema político no sentido de interpretar o passado, explicar o presente e oferecer uma visão de futuro.”¹⁷

Ao falar em ideologia, abordando acerca das classes sociais, o conceito do autor apresenta notória vinculação com a figura do pensamento marxista, que foi a forma como a definição de ideologia ganhou notoriedade, em contraposição à teoria hegeliana.

Uma análise dialética das ideologias ou das visões de mundo mostra necessariamente que elas são contraditórias, que existe um enfrentamento permanente entre as ideologias e as utopias na sociedade, correspondendo, em última análise, aos enfrentamentos de várias classes sociais ou grupos sociais que a compõem. Em nenhuma sociedade existe um consenso total, não existe simplesmente uma ideologia dominante, existem enfrentamentos ideológicos, contradições entre ideologias, utopias ou visões sociais de mundo, conflituais, contraditórias. Conflitos profundos, radicais, que são geralmente irreconciliáveis, que não se resolvem em um terreno comum, em um mínimo múltiplo comum.

Este tipo de análise é parte de uma concepção marxista da dialética que, naturalmente, é diferente da hegeliana. A diferença entre a dialética materialista de Marx¹⁸ e a dialética idealista de Hegel está na importância determinante da economia no desenvolvimento histórico da obra de Marx.¹⁹

¹⁶ LÖWY. op.cit. p. 41

¹⁷ EASTON, David. **Uma teoria de análise política**. Tradução de Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. Apud. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Fundamentos Teóricos**. Ed. rev.: Rio de Janeiro: ESG, 1983. p. 82

¹⁸ Mais a respeito das teorias de Marx e Hegel em: FLICKINGER, Hans-georg. **Marx e Hegel: o porão de uma filosofia social**. Porto Alegre: L&PM, 1986. 184p.

¹⁹ LÖWY. op. cit. p. 25.

De igual modo, é buscada por Chauí a mesma explicação teórica, à luz do conhecimento prático, abordando a figura da disputa de classes como pano de fundo e sem entrar no mérito da questão marxista e hegeliana, apesar de sua obra, como quase todas que se dispõe abordar a ideologia, ser amplamente inspirada na teoria de Marx:

A ideologia não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos. Ora, a partir do momento em que a relação do indivíduo com sua classe é a da submissão a condições de vida e trabalho prefixadas, essa submissão faz com que cada indivíduo não possa se reconhecer como fazedor de sua própria classe. Ou seja, os indivíduos não podem perceber que a *realidade* da classe decorre da *atividade* de seus membros. Pelo contrário, a classe aparece como uma coisa em si e por si e da qual o indivíduo se converte numa parte, quer queira, quer não. É uma fatalidade do destino. A classe começa, então, a ser representada pelos indivíduos como algo natural (e não histórico), como um fato bruto que os domina, como uma 'coisa' que vivem.²⁰

Nesse contexto, concordar ou não com a ideologia pregada é uma questão de condições de contraposição. Um indivíduo, se valendo de ideia anteriormente dirigida e estabelecida, terá dificuldades de aceitar facilmente outros pensamentos que contradizem aquilo em que acredita. Obviamente, essa oposição terá mais ou menos intensidade conforme a pessoa estiver com sua primeira ideologia bem consolidada e em condições de contra-argumentação. O mesmo vale para o grupo no qual ela se encontre inserida.

Assim, a própria natureza da ideologia serve de parâmetro para que se possa entender o que é proposto, quando propósitos ideológicos são lançados sobre outro grupo social ou sociedade constituída. Existe uma intenção de continuidade, de perpetuação, de persistência e de reprodução posterior dos pensamentos e ações pregados, como que numa grande rede. É uma verdadeira teia, que se vale dos nós primários para se multiplicar em outros segmentos, sem perspectiva de paralisação desse processo.

Considerar-se-á igualmente a condição dessas pessoas, organizadas socialmente, de aumentarem os ensinamentos recebidos, de forma cadenciada e contínua. Essas acabam por se tornar multiplicadores e também responsáveis por disseminar o que lhes foi apregoado. Isso importa em ter as melhores condições, sociais e econômicas para tal.

²⁰ CHAUI. op. cit. p. 86.

A peculiaridade da ideologia, e que a transforma numa força quase impossível de remover, decorre dos seguintes aspectos:

- 1) o que torna a ideologia possível, isto é, a suposição de que as ideais existem em si e por si mesmas desde toda a eternidade, é a separação entre trabalho material e trabalho intelectual, ou seja, a separação entre trabalhadores e pensadores. Portanto, enquanto esses dois trabalhos estiverem separados, enquanto o trabalhador for aquele que 'não pensa' ou que 'não sabe pensar', e o pensador for aquele que não trabalha, a ideologia não perderá sua existência nem sua função;
- 2) o que torna objetivamente possível a ideologia é o fenômeno da alienação, isto é, o fato de que, no plano da experiência vivida e imediata, as condições reais de existência social dos homens não lhes apareçam como produzidas por eles, mas, ao contrário, eles se percebam produzidos por tais condições e atribuam a origem da vida social a forças ignoradas, alheias às suas, superiores e independentes (deuses, Natureza, Razão, Estado, destino etc.), de sorte que as ideias quotidianas dos homens representem a realidade de modo invertido e sejam conservadas nessa inversão, vindo a constituir os pilares para a construção da ideologia. Portanto, enquanto não houver um conhecimento da história real, enquanto a teoria não mostrar o significado da prática imediata dos homens, enquanto a experiência comum de vida for mantida sem crítica e sem pensamento, a ideologia se manterá;
- 3) o que torna possível a ideologia é a luta de classes, a dominação de uma classe sobre as outras. Porém, o que faz da ideologia uma força quase impossível de ser destruída é o fato de que a dominação real é justamente aquilo que a ideologia tem por finalidade ocultar. Em outras palavras, a ideologia nasce para fazer com que os homens creiam que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades (a Natureza, os deuses ou Deus, a Razão ou a Ciência, a Sociedade, o Estado), que existem em si e por si e às quais é legítimo e legal que se submetam. Ora, como a experiência vivida imediata e a alienação confirmam tais ideias, a ideologia simplesmente cristaliza em 'verdades' a visão invertida do real. Seu papel é fazer com que no lugar dos dominantes apareçam ideias 'verdadeiras'. Seu papel é o de fazer com que os homens creiam que tais ideias representam efetivamente a realidade. E, enfim, também é seu papel fazer com que os homens creiam que essas ideais são autônomas (não dependem de ninguém) e representam realidades autônomas (não foram feitas por ninguém).²¹

Dessa forma, é repassado parte do arcabouço conceitual que envolve a questão precípua da origem e implementação sutil de determinada ideologia no seio da sociedade. Reporta as diferenças entre pessoas dominadas (trabalhadoras) e pessoas dominadoras (pensadores), apresentando com isso o abismo intelectual como cerne desse instrumento de dominação.

Também se refere à alienação da consciência da realidade, bem como a disputa de classes por posições superiores perante outras, como sendo condições *sine qua non* para a existência ideológica. Essas peculiaridades são apresentadas, portanto, como indissociáveis das concepções ideológicas.

²¹ CHAÚÍ. Op. cit. p.95-6.

Tem-se, portanto, uma concepção acerca de que a ideologia representa um conjunto sistêmico de pensamentos e valores repassados de uma parte a outra, geralmente entre dominantes e dominados. A imposição de novos comportamentos estabelecidos sobre ideias pré-concebidas e direcionadas, dá o tom que se espera sobre esse tipo de dominação, induzindo a parte sobrepujada a pensar e agir sobre novos valores, sentimentos e ações.

Sob o ponto de vista manipulativo ou instrumental, as ideologias podem ser interpretadas como categorias de pensamento visando mobilizar as energias dos homens. Sob o ponto de vista expressivo, as ideologias podem ser vistas como ideias capazes de inspirar e levar os homens a ações que eles creem ser relacionadas com seus objetivos e aspirações.²²

Nesse mesmo sentido, trazendo uma abordagem voltada para a ótica do indivíduo enquanto integrante da sociedade:

A ideologia consiste precisamente na transformação das ideias da classe dominante em ideias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das ideias).

Isso significa que:

- 1) Embora a sociedade esteja dividida em classes e cada qual devesse ter suas próprias ideias, a dominação de uma classe sobre as outras faz com que só sejam consideradas válidas, verdadeiras e racionais as ideias da classe dominante;
- 2) Para que isso ocorra, é preciso que os membros da sociedade não se percebam divididos em classes, mas se vejam como tendo certas características humanas comuns a todos e que tornam as diferenças sociais algo derivado ou de menor importância;
- 3) Para que todos os membros da sociedade se identifiquem com essas características supostamente comuns a todos, é preciso que elas sejam convertidas em *ideias comuns* a todos. Para que isso ocorra, é preciso que a classe dominante, além de produzir suas próprias ideias, também possa distribuí-las, o que é feito, por exemplo, através da educação, da religião, dos costumes, dos meios de comunicação disponíveis;
- 4) Como tais ideias não exprimem a realidade real, mas representam a aparência social, as imagens das coisas e dos homens, é possível passar a considerá-las independentes da realidade e, mais do que isso, inverter a relação, fazendo com que a realidade concreta seja tido como realização dessas ideias.²³

Há, assim, um controle social por meio da ideologia, conduzindo as pessoas a se comportarem consoante os ditames impregnados em uma determinada representatividade. Isso denota as diferenças de forma sutil, sem revelar a intenção dominante e traz uma sensação contrária de que não há

²² ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Op. cit. p. 82.

²³ CHAUI. Op.cit. p. 97-8.

existência de marcos segregadores. O que se segue é um conforto social atinente a uma identidade de grupo hipotética, camuflada pela real dominação.

São criados, dessa forma, um espectro no qual as ideias dominantes se tornam universais e conduzem os pensamentos dos dominados, criando alegorias que somente seus criadores podem compreender de pleno. Tais criações não se amparam no campo concreto, existindo no ideário abstrato, mas de forma dissimulada para que haja o efeito desejado que, inicialmente, é o domínio no campo intelectual,.

As ideias e pensamentos daqueles que estão em instância social superior se mostram aptas a serem sistematizadas nas realidades dos indivíduos dominados. Há uma alienação do plano real, no qual a classe dominante se apresenta fortalecida por novos simpatizantes e aqueles que acabam por consumir passivamente tais ideias. Esse é um dos motes das ideologias.

1.2 PODER

As diversas concepções terminológicas da palavra 'poder' induz às mais variadas formas de entendê-lo, adquiri-lo ou mantê-lo. Na verdade, não há um termo ou acepção que se perfaça como definitivo, dada a esse vasto universo pelo qual o poder será analisado ou interpretado. Falar dele infere, naturalmente, uma necessidade de delimitar o assunto, consoante o entendimento que se pretende adquirir.

Claude Raffestin afirma que “se há uma palavra rebelde a qualquer definição, essa palavra é poder.”²⁴ E explica o motivo de seu entendimento, trazendo outro autor ao contexto: “Por quê? Por constituir em atos, em decisões, ele se representa mal. É presente ou não.”²⁵ Em que pese esse posicionamento, mediante a complexidade e generalidade que a palavra 'poder' tem de influenciar, pensa-se que a mera abrangência de definições não represente um óbice ao entendimento pretendido.

²⁴ RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. Paris: LITEC, 1980. p. 51.

²⁵ LEFEBVRE, Henri. **De l'État**: Le mode de production étatique. Paris, Union Générale d'Éditions, 1977. Apud RAFFESTIN. op. cit. p.51

Dessa forma, é perseguida a explicação crassa do termo ‘poder’, não admitindo a limitação na qual as poucas letras ou o sentido mais comum poderia lhe encerrar.

Portanto ele não é um nome comum ordinário, uma vez que podemos investi-lo ou privá-lo de uma carga expressiva específica, conforme as circunstâncias. Marcado por uma maiúscula, resume a história não a um “conjunto de instituições e de aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado” (FOUCAULT, 1976,p.121). Temos aí o relaxamento do termo. O Poder com uma letra maiúscula postula, “como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou da unidade global de uma dominação; essas não são mais que formas terminais” (FOUCAULT, *Ibid*). “Formas terminais”? A expressão é de grande valor, pois dá conta dessa concepção unidimensional do poder que quase obscureceu por completo a visão possível, que é incomparavelmente mais rica. O “Poder”, longe de ser negligenciável, se torna mais familiar, mais marcante e também mais habitual quando aparece envolto em sua dignidade de nome próprio. Isso continuará assim enquanto a confusão entre Estado e Poder for facilitada.²⁶

Assim, a compreensão e o dimensionamento do sentido que a palavra ‘poder’ é passível de assumir se torna tão grande quanto o seu significado de fato. A faculdade de ter o Estado visceralmente ligado a essa concepção maior de possibilidade e de direcionamento dos desígnios da sociedade organizada advém da natureza impositiva e abrangente que o próprio termo apresenta.

O poder, descrito com letra minúscula, numa primeira ótica, delinea a possibilidade concreta, a capacidade real de fazer alguma coisa. Não traduz uma mera expectativa, mas sim, traz a impressão fática de que a concepção desse desejo inicial de ‘fazer algo’ é uma questão de tempo e ocasião.

O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem. A ambiguidade se encontra aí, portanto, uma vez que há o ‘Poder’ e o ‘poder’. Mas o primeiro é mais fácil de cercar porque se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. É o poder visível, maciço, identificável. Como consequência é o perigoso e inquietante, inspira a desconfiância pela própria ameaça que representa. Porém o mais perigoso é aquele que não se vê, ou que não se vê mais porque se acreditou tê-lo derrotado, condenando-o à prisão domiciliar.²⁷

²⁶ RAFFESTIN. Op. cit. p.51.

²⁷ *Ibidem*. p. 52.

O termo 'poder', por si só, já se condiciona a algo superior, trazendo a impressão de alguma coisa que se posta distante do indivíduo que não o tenha por afinidade. A sua compreensão, dentro de um plano social, impõe condição de aceitação, crença, de confiança, de crédito.

Ainda que se mostre como alguma coisa robusta, intangível à pessoa integrante das camadas mais volumosas da sociedade, vê-se certa condição de credibilidade, quando se refere à aquisição da potencialidade que a simples leitura da palavra remete.

O Poder pode estar fundado apenas na força, ser sustentado somente pelo hábito, mas não poderia crescer senão pelo crédito, que não é logicamente inútil para sua criação e manutenção, e que, na maioria dos casos, não lhe é historicamente estranho.

Sem pretender defini-lo aqui, podemos já descrevê-lo como um corpo permanente ao qual se tem o hábito de obedecer, que possui os meios materiais de coagir, e que é sustentado pela opinião que se tem de sua força, pela crença em seu direito de comandar (sua legitimidade) e pela esperança que se deposita em sua beneficência.²⁸

Trazer à evidência toda a complexidade que envolve a ampla definição do termo seria acreditar na possibilidade de esgotar sua amplitude apenas ligando a terminologia da palavra à acepção de força, de capacidade. O poder vai muito além disso, ainda mais quando se vê inserido num contexto social, que é a abordagem que se deseja. Não pretender simplificar sua explicação é, sem dúvida, respeitar a grandiosidade e a influência que ele tem na vida das pessoas e nos rumos da história.

O entendimento acerca do poder e suas possíveis justificativas de existência na sociedade, demonstram que ele, para surgir ou existir, não carece de fator motivador maior que a mera ocorrência do *ethos* social, de modo que

O poder não precisa de justificativas, sendo inerente à própria existência das comunidades políticas; mas precisa, isto sim, de legitimidade. A percepção dessas duas palavras como sinônimos não é menos enganosa do que a atual equação de obediência e apoio. O poder é originado sempre que um grupo de pessoas se reúne e age de comum acordo, porém a sua legitimidade deriva da reunião inicial e não de qualquer ação que possa se seguir. A legitimidade, quando desafiada, baseia-se em um apelo ao passado, enquanto a justificativa diz respeito a um fim que se encontra no futuro. Ninguém questiona o uso da violência em legítima defesa, pois o

²⁸ JOUVENEL, Bertrand de. **O poder**: história natural de seu crescimento. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Peixoto Neto, 2010. p. 47.

perigo é não apenas nítido como também presente, e o fim que justifica os meios é imediato.²⁹

A busca pela profundidade do tema se mostra incessante. No intuito de desvendar os caminhos percorridos pelo poder, enquanto componente indissociável das relações sociais, análises especulativas são feitas, sobre como o poder se manifestaria e quais as suas implicações para as pessoas.

Numa tentativa de precisar o poder, Foucault³⁰ fez uma série de proposições. Elas não o definem, mas são mais importantes que uma definição uma vez que visam a natureza do poder.

1. O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos;
2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas;
3. O poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados;
4. As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas;
5. Onde há poder há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder.³¹

Não há que negar que as proposições mencionadas são de uma sobriedade latente, vez que buscam expor toda a dimensão da problemática do poder, que pode ser entendido sob vários ângulos e aspectos. Também dita a interdependência entre as relações advindas ou estabelecidas por meio do poder com outras formas de relação, sendo indecantável nas diversas maneiras de ligação social.

A origem múltipla do poder e a sua dimensão dão o tom da discussão sobre sua natureza e a multifacetação de sua aparição nas teias sociais. Não é possível assegurar que a compreensão ampla do termo seja alcançável ao entendimento de todos os atores sociais, mas há que se considerar a 'longa mão' que o poder estende sobre a vida de todos, enquanto integrantes de uma existência socialmente organizada.

Ainda que sob uma ótica tecnicista, Raffestin deu uma grande contribuição à busca pelo conhecimento acadêmico, uma vez que se propôs a fazer

²⁹ ARENDT. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 32.

³⁰ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Pontes, 2005. p.20.

³¹ RAFFESTIN. op. cit. p. 53.

a diferenciação entre o ‘poder’, enquanto capacidade humana e o ‘Poder’, no sentido de Estado, fazendo-o de forma simples e coerente.

Pretender que o Poder é o Estado significa mascarar o poder com uma minúscula. Este último “nasceu muito cedo, junto com a história que contribuiu para fazer”. O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem. A ambiguidade se encontra aí, portanto, uma vez que há o “Poder” e o “poder”. Mas o primeiro é mais fácil de cercar porque se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. É o poder visível, maciço, identificável. Como consequência é o perigoso e inquietante, inspira a desconfiança pela própria ameaça que representa.³²

Pode-se tentar explicar o poder sob diversos aspectos. Ao fazer considerações sobre o poder totalitário e o poder democrático, vem a reflexão sobre como o exercício do poder se manifesta nas estruturas sociais:

Trata-se, penso eu, de uma triste reflexão sobre o atual estado da ciência política o fato de que nossa terminologia não distinga entre palavras chave tais como “poder”, “força”, “autoridade”, e, finalmente, “violência” – todas as quais referem-se a fenômenos distintos e diferentes entre si e dificilmente existiriam não fosse a existência destes. (Nas palavras de d’Entreves³³, “poder, potência, autoridade: todas elas são palavras a cujas implicações exatas não se atribui grande importância na linguagem corrente; mesmo os maiores pensadores as usam por vezes sem qualquer critério. Entretanto é justo presumir que se referem a diferentes qualidades, e deveria o seu significado ser, portanto cuidadosamente avaliado e examinado (...) O emprego correto dessas palavras é uma questão não apenas de lógica gramatical, como também de perspectiva histórica”. Usá-las como sinônimos não apenas indica uma certa cegueira para as diferenças linguísticas, o que já seria suficientemente sério, mas já tem por vezes resultado em uma certa ignorância daquilo que a correspondem. Em uma tal situação existe sempre a tentativa de introduzir novas definições, mas – embora deva eu sucumbir à tentação por um breve momento – o que está aqui envolvido não é simplesmente uma questão de um linguajar descuidado. Por trás da confusão aparente e a cuja luz todas as distinções seriam, na melhor das hipóteses, de pequena importância, a convicção de que a questão política mais crucial é, e sempre foi, a questão de: Quem governa Quem? Poder, força, autoridade, violência – nada mais são do que palavras a indicar os meios pelos quais o homem governa o homem; são elas consideradas sinônimos por terem a mesma função. É apenas depois que se cessa de reduzir as questões públicas ao problema da dominação, que as informações originais na esfera dos problemas humanos deverão aparecer, ou antes reaparecer, em sua genuína diversidade.³⁴

³² RAFFESTIN. op. cit. p. 52.

³³ PASSERIN D’ENTREVES, Alessandro. **La Dottrina dello Stato**. 2.^a ed. Turim: Stamperia Editoriale Rattero, 1967.

³⁴ ARENDT, 1984, p. 27.

A autora aqui esclarece o que se entende por alguns termos que poderiam ensejar entendimento diverso do papel a que se prestam perante o universo social. Ainda que trazendo essas diferenciações entre ‘poder’, ‘força’, ‘autoridade’ e ‘violência’, o que é pretendido, de fato, é demonstrar que a associação desses termos se mostra inevitável, sob um ponto de vista de interação fenomenológica.

O poder se apresenta, nesse caso, como o agente integrador e, ao mesmo tempo, como o mantenedor do sentido da associação, uma vez que todos os outros termos, nesse contexto, giram em torno dele e a ele creditam importância social. Assim, o fenômeno ‘poder’ pode ser explicado da seguinte maneira:

O “poder” corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, “o seu poder” também desaparece. Na linguagem comum, quando falamos de um “homem poderoso” ou de uma “personalidade poderosa”, estamos já usando a palavra ‘poder’ metaforicamente; aquilo a que nos referimos sem metáforas é o “vigor”.³⁵

Eventualmente, haverá discordância por parte de alguns estudiosos sobre o fato de o poder ser um elemento de integração. Esses analistas poderão entender esse vigor vinculado como algo direcionado à dominação, o que resultaria numa forma diferenciada de aceção do conceito em estudo.

Uns sustentarão que o poder-domação não é um fenômeno necessariamente vinculado a toda organização política, e que só caracteriza uma sociedade sob certas condições patológicas (sociedade de classes). Os outros (e, modestamente, estas páginas inscrevem-se nesta segunda linhagem) pensam que nenhuma organização política, pelo menos moderna, poderia funcionar sem haver dominação – e que o único problema político é, então, saber qual é o melhor modo de determinar e adequar esta última – em função, é claro, dos valores e da escala de valores escolhidos. Mas, antes de chegarmos a esta bifurcação, constatemos que ela só tem sentido se aceitarmos a teoria da ‘soma zero’.^{36, 37}

³⁵ ARENDT, 1984, p. 27.

³⁶ A teoria do ‘poder de soma zero’ à qual se reporta o autor é um dos pressupostos de posicionamentos de autores da sociologia norte-americana, que se assevera que o poder é uma soma fixa, exemplificando que se um indivíduo X tem poder, seria preciso que em algum lugar, um ou

No entanto, em que pese essa teoria ser válida, ela se vê rejeitada de pleno por alguns pesquisadores, o que é perfeitamente compreensível, uma vez que não se constrói um entendimento sólido, cientificamente falando, se não houver divergências de opiniões. Esses conhecimentos destoantes é que, mais tarde, contribuirão para uma discussão salutar e encorpada sobre qualquer assunto na seara científica. Assim, busca-se uma compreensão ampla e desprovida de senso restritivo.

Recentemente, um livro de Michel Foucault, *A Vontade de Saber*, mostrou que ele também rejeitava, e por razões inteiramente distintas das de Parsons, a teoria da “soma zero”. Por isso eu gostaria de resumir três dos seus argumentos.

1) Por que reduzir a dominação à proibição, à censura, à repressão escancarada? Por que só pensar no poder enquanto *limitador*, dotado apenas do “poder do não”, produzindo exclusivamente a “forma negativa do interdito”? O poder é menos o controlador de forças que seu produtor e organizador. Desde o fim do Século XVI, o poder político é, antes de mais nada, a instância que constitui os súditos sujeitos ao dobrá-los a suas pedagogias disciplinares (ensino, exército, etc.).

2) Se esta verdade ainda passa despercebida é porque, “no fundo, a representação do poder continua sendo obcecada pela monarquia”, e pela representação *jurídica* que esta suscitou. Daí a necessidade de “decifrar os mecanismos do poder” deixando de recorrer-se à personagem do Príncipe. O poder é instaurador de *normas*, mais que de *leis*.

3) Deixaremos, então, de representar o poder como uma instância estranha ao corpo social, e de opor o *poder* ao *indivíduo*. Afinal de contas, ainda é muito tranquilizante interpretar o poder apenas como “um puro limite imposto à liberdade”. Representação que, além disto, é muito grosseira. Na verdade, encontramos as relações de poder funcionando em relações muito distintas na aparência: nos processos econômicos, nas relações de conhecimento, no intercurso sexual... De modo que, “no princípio das relações de poder, não existe, como matriz geral, uma oposição binária e global entre dominantes e dominados”.³⁸

Consoante também a essa discussão sobre o poder e sua influência no meio social, inexoravelmente modificando os comportamentos dos entes sociais e a visão que eles venham a ter da vida com os demais, Reinaldo Dias nos apresenta seu conceito sobre o tema. É sob o prisma da interação entre as pessoas que o autor demonstra quão presente nas vidas dos indivíduos, dentro do contexto social, está o poder:

vários indivíduos Y fossem desprovidos de poder. Assim, o poder de um indivíduo implicaria no ‘não-poder’ de outro indivíduo.

³⁷ LEBRUN, Gerard. **O que é poder**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 7.

³⁸ LEBRUN. op. cit. p. 7.

O exercício do poder é um processo social, na medida em que indivíduos ou grupos sociais apresentam condições de modificar ou alterar o comportamento de outros grupos ou pessoas. O exercício do poder está diretamente vinculado à cultura dos grupos sociais que estabelecem aquilo que tem ou não valor naquela sociedade particular. Se a força física é valorizada, é ela que se tornará o principal componente do poder. Caso seja a capacidade dos indivíduos em relacionar-se com a divindade, os sacerdotes terão mais valor e desse modo exercerão mais poder. Em grupos menores, por exemplo num grupo de amigos, terá mais poder aquele que detém os elementos mais valorizados pelo grupo.³⁹

Ocorre que, quando abordamos o poder, sob o enfoque político, e com as particularidades que advém dessa ótica, é constatado que o homem orbita em torno do que se tem firmado sobre a ânsia humana de se sobrepôr na vida social. As sociedades se ergueram amparadas nas relações de poder e foram alçadas a essa situação relacional por conta dos aglomerados humanos, inicialmente comunitários e, posteriormente societários.

Dias discorre, reportando-se a esse tema e introduzindo o assunto sobre a questão do poder, partindo para uma concentração de teor político:

As relações de poder estão disseminadas por toda a sociedade, havendo, no entanto, uma hierarquia que difere de um grupo social para outro. O que é comum a todos é que há um poder supremo a todos os outros, ao qual estão submetidos, que é o poder político. Quer seja com a função de organizar a vida em sociedade, ou de estabelecer a dominação de um grupo pelo outro, é um fato indiscutível a sua ascendência sobre os demais poderes. Sua legitimidade deriva de sua necessidade para estabelecer a necessária convivência social, e desse modo tolera-se em grau maior ou menor a dominação de um grupo sobre os demais.⁴⁰

É interessante analisar as relações humanas em sociedade sob o prisma político. As ideias concebidas acerca do poder quase sempre demonstram que ele é desejável e presente na vida humana, desde o nascimento até a morte. Nada, nenhum tipo de interação social dá-se sem que, de algum modo, esteja presente a condição dos atores sociais diante das relações estabelecidas pelo desejo e intenção de um grupo se sobrepôr a outros tantos, ainda que isso se dê por aceite ou mesmo por estabelecimento pré-concebido. Não é possível fugir dessa realidade.

A despersonalização do poder também constitui para a aceitação desse tipo de dominação. A partir do momento em que se é obrigado a aceitar a dominação de um entre abstrato, fica facilitada a submissão e aceitação de

³⁹ DIAS. op.cit. p. 28.

⁴⁰ Ibidem, loc. cit.

suas determinações. No entanto, o exercício do poder é feito por pessoas reais, que detêm num determinado momento histórico a primazia de determinar as ações dos demais. Esse grupo, dominante em determinado momento, que é sucessivamente substituído por novos indivíduos que perpetuam as relações de poder, é denominado elite.⁴¹

Foucault traça um panorama exemplificativo interessante sobre o corpo humano, observado dentro da teoria de microfísica e da utilização marxista do poder. O ser humano, enquanto ser social e sujeito ao governo de outros homens, é também observado sob uma forma política.

[...] o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem, no entanto, ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física.⁴²

Ocorre, assim, uma espécie de 'legitimação do poder' por parte dos dominados em relação aos seus dominantes. Os primeiros se sujeitam às regras dos dominadores, detentores do poder de forma assentida, sendo que esse processo passa por uma espécie de retroalimentação: dominadores e dominados acabam por interagirem sob uma forma consentida de relação vertical.

Nesse ponto, ao se falar em dominantes e dominados, outra nuance da compreensão sobre o assunto é apresentado, qual seja, o conceito de dominação. O poder se apresenta isolado da dominação? Cabe aqui uma melhor ótica sobre esse aspecto, de forma a se correlacionar o poder, sua aquisição e manutenção, dentro de um universo de produção de informações e obediência resultante da aquisição do *status quo* por parte de uma camada dominante. Nesse caso, a dominação é apresentada como um caso especial de poder.

⁴¹ DIAS. op.cit. p. 28.

⁴² FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25.^a ed. Rio de Janeiro: Editora Graal. 2009. p. 29.

1.2.1 Dominação

Quando se fala em 'dominação', dentro do contexto sociológico, refere-se à capacidade de existir poder de mando de um sobre outros, mediante uma ordem vigente, dentro de uma determinada associação de pessoas. Há um propósito na dominação, que é o fato de estar acima dos demais indivíduos, de uma forma específica, fazendo com que sua vontade ou seus mandamentos sejam acatados sem resistência, quer por convencimento, quer por outra maneira mais opressiva de imposição.

O poder também pode ser visto como uma espécie de controle, no qual se tem imposição de regras e submissão de desígnios. Sob esse prisma, surge a ideia de dominação, que apresenta um modo diferente de manifestação do poder, ensejando mando e pretensa obediência e aceitação.

Até aqui, observou-se que o aparelhamento do Estado, se valendo do mecanismo ideológico de direcionamento social, posta-se com notável eficiência. As condições de sujeição às ideias reduzem a capacidade de contraposição das pessoas e influenciam seus comportamentos. Nesse viés, abordando sobre a denotação de poder por parte do Estado, expõe Chauí:

Como, porém, o Estado não poderia realizar sua função apaziguadora e reguladora da sociedade (em benefício de uma classe) se aparecesse como realização de interesses particulares, ele precisa aparecer como uma forma muito especial de dominação: uma dominação impessoal e anônima, a dominação exercida através de um mecanismo impessoal que são as leis ou o Direito Civil. Graças às leis, o Estado aparece como um poder que não pertence a ninguém. Por isso, diz Marx, em lugar de o Estado aparecer como poder social unificado, aparece como um poder desligado dos homens. Por isso também, em lugar de ser dirigido pelos homens, aparece como um poder cuja origem e finalidade permanecem secretos e que dirige os homens.⁴³

A autora, com suas colocações, busca demonstrar o quanto o Estado pode exercer seu caráter dominador sem necessariamente se expor. É justamente aí que fica evidente a ideologia política, que tenta retratar as incongruências humanas e explicar a conduta das pessoas, enquanto integrantes de determinada sociedade e submetidas aos regimes políticos vigentes.

⁴³ CHAUI. op. cit. p. 78-9.

Nesse aporte, o estudo da sociologia da dominação, em que se pretende verificar a estrutura e o funcionamento dela, face ao poder e à sua representação social, é cabido um tópico sobre as formas de transição, apresentando o conceito como sendo um dos elementos de grande importância nas interações e ações em sociedade.

Todas as áreas da ação social, sem exceção, mostram-se profundamente influenciadas por complexos de dominação. Num número extraordinariamente grande de casos, a dominação e a forma como ela é exercida são o que faz nascer, de uma ação social amorfa, uma relação associativa racional, e noutros casos, em que não ocorre isto, são, não obstante, a estrutura da dominação e seu desenvolvimento que moldam a ação social e, sobretudo, constituem o primeiro impulso, a determinar, inequivocadamente, sua orientação para um 'objetivo'. Particularmente nas formações sociais economicamente mais relevantes do passado e do presente – o regime feudal, por um lado, e a grande empresa capitalista, por outro – a existência de 'dominação' desempenha papel decisivo. Dominação, como logo veremos, é um caso especial de poder.⁴⁴

Continuando o pensamento weberiano, dois tipos de associação podem ser estabelecidos quando se fala de dominação: a política e a hierocrática. Sobre a associação política, tem-se que:

A uma associação de dominação denominamos associação política, quando e na medida em que sua subsistência e a vigência de suas ordens, dentro de determinado território geográfico, estejam garantidas de modo contínuo mediante ameaça e a aplicação de coação física por parte do quadro administrativo. Uma empresa com caráter de instituição política denominamos Estado, quando e na medida em que seu quadro administrativo reivindica com êxito o monopólio legítimo da coação física para realizar as ordens vigentes.⁴⁵

Nesse diapasão, tentando aclarar o entendimento acerca da dominação, suas nuances e reflexos dentro da teoria do poder:

[...] entendemos que relações de dominação são relações de poder que se estabelecem de maneira sistemática e de forma assimétrica, pois grupos particulares de agentes, no caso específico, os militares, possuem poder de uma maneira permanente e em grau significativo, que permanece ainda inacessível a outros grupos.

Objetivamente, esse poder está na presença militar no aparelho estatal, seja na missão messiânica (tradicional) de defensores da pátria, seja no

⁴⁴ WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 1. 4.^a ed. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Universidade de Brasília, 2014. p. 187.

⁴⁵ Ibidem, p.34.

tratamento diferencial do sistema previdenciário, nos assentos de ministros militares no gabinete governamental, nos serviços de inteligência, na espionagem política, na segurança pessoal do presidente, na coordenação dos serviços de informação das polícias militares (PMs), no preceito constitucional de defensores da lei e da ordem e em toda uma relação de prerrogativas e espaços militares existentes, ainda, nesse regime político. (Zaverucha, 1994; 2000). Regime este adjetivado na bibliografia ora como autoritário, ora como “democracia tutelada”.⁴⁶

Mas, diante da complexidade do assunto, bem como a ideia de que a dominação é uma variável do poder, manifestada sob a forma de imposição fática da vontade, traz-se de forma explícita o conceito de dominação:

Por “dominação” compreenderemos, então, aqui, uma situação de fato, em que uma vontade manifesta (‘mandado’) do “dominador” ou dos “dominadores” quer influenciar as ações de outras pessoas (do “dominado” ou dos “dominados”), e de fato as influencia de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandato a máxima de suas ações (“obediência”).⁴⁷

Esse é outro aspecto que merece um acurado olhar, uma vez que não tem como destrinchar o poder da dominação. Quem está num patamar superior, dentro do contexto social, acaba por exercer influência maior sobre as camadas abaixo. Ocorre que essa influência vem sob a forma de impotência, incapacidade de subverter essa ordem, por parte dos estratos sociais mais inferiores.

Em toda parte, e sempre, constata-se o problema da obediência civil. A ordem emanada do Poder obtém a obediência dos membros da comunidade. Quando o Poder faz uma declaração a um Estado estrangeiro, o peso dessa declaração está na capacidade do Poder em fazer-se obedecer, em obter pela obediência os meios de agir. Tudo repousa sobre a obediência. E conhecer as causas da obediência é conhecer a natureza do Poder.⁴⁸

Jouvenel, em suas observações sobre o poder do Estado e seu crescimento, perante a vontade dos integrantes da sociedade, demonstra que o

⁴⁶ THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Tradução do Grupo de Estudos sobre Ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. Apud SANTOS, Everton Rodrigo. **Poder e dominação no Brasil**: a Escola Superior de Guerra (1974-1989). Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 23.

⁴⁷ WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 2. 4ª ed. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Universidade de Brasília, 2012. p. 191.

⁴⁸ JOUVENEL, op. cit, p. 39.

poder se estabelece, independente de vontade ou aceitação explícita, se perfazendo no tempo:

Do século XII ao século XVII, o poder público não cessou de aumentar. O fenômeno era reconhecido por todas as testemunhas, evocava protestos sempre renovados e reações violentas. Desde então, ele continuou a crescer num ritmo acelerado, estendendo a guerra à medida que ele própria se estendia. E então não o reconhecemos mais, não protestamos mais, não reagimos mais. Essa passividade inteiramente nova é devida à bruma que envolve o Poder. Antigamente ele era visível, manifestado na pessoa do Rei, que se declarava um senhor e cujas paixões eram conhecidas. Hoje, mascarado por seu anonimato, ele pretende não ter existência própria, ser apenas o instrumento impessoal e sem paixão da vontade geral.⁴⁹

As relações sociais, ainda que não obrigatoriamente, sugerem dominação. No entanto, essa pretensa relação opressora se dá de forma muito diversa, ora sendo sutil, ora sendo incisiva, mas o fato é que, havendo a dominação, há uma forma de poder de um indivíduo ou grupo sobre outra amostra social.

Como indica Weber, ao pontuar sobre a influência que a concepção de dominação manifesta sobre as relações sociais e, conseqüentemente, acerca da forma como se apresenta o poder:

Todas as áreas da ação social, sem exceção, mostram-se profundamente influenciadas por complexos de dominação. Num número extraordinariamente grande de casos, a dominação e a forma de como ela é exercida são o que faz nascer, de uma ação social amorfa, uma relação associativa racional, e noutros casos, em que não ocorre isto, são, não obstante, a estrutura da dominação e seu desenvolvimento que moldam a ação social e, sobretudo, constituem o primeiro impulso, a determinar, inequivocamente, sua orientação para um 'objetivo'. Particularmente nas formações sociais economicamente mais relevantes do passado e do presente – o regime feudal, por um lado, e a grande empresa capitalista, por como logo veremos, é um caso especial do poder. Como nas outras formas de poder, também e em especial na dominação, seus detentores não pretendem, exclusivamente e nem mesmo em regra, perseguir, apoiados nela, interesses puramente econômicos, como conseguir para si um farto abastecimento de bens econômicos.⁵⁰

A dominação pode se dar de diversas maneiras, mas, invariavelmente, quando o poder advindo da vontade de prevalecer é oriundo de uma forma opressora e violenta, essa manifestação de poder deve ser revista. A mera imposição por meio da força já seria uma demonstração que esse poder já não se mantém senão pela imposição violenta.

⁴⁹ JOUVENEL, op. cit, p. 32.

⁵⁰ WEBER, 2014, p.186.

Assim, a dominação tem sua maneira própria de manifestar-se. Segundo Hannah Arendt, no que tange a manifestação estatal da dominação:

Governo algum, exclusivamente baseado nos instrumentos da violência, existiu jamais. Mesmo o governante totalitário, cujo principal instrumento de dominação é a tortura, precisa de uma base de poder – a polícia secreta e a sua rede de informantes. Somente o desenvolvimento de soldados-robôs, os quais, como se mencionou anteriormente, eliminariam o fator humano completamente e, provavelmente, permitiriam a um homem apertar um botão e destruir quem bem entendesse, poderia transformar essa ascendência fundamental do poder sobre a violência. Mesmo a dominação mais despótica de que temos conhecimento, o domínio do senhor sobre os escravos, que sempre o excederam em número, não repousava em instrumentos de coerção superiores como tais, mas em uma organização do poder mais aperfeiçoada isto é, na 'solidariedade organizada dos senhores'. Homens isolados sem outros que os apoiem nunca têm poder suficiente para fazer uso da violência de maneira bem-sucedida. Assim, nas questões internas, a violência funciona como o último recurso do poder contra os criminosos ou rebeldes – isto é, contra indivíduos isolados que, pode-se dizer, recusam-se a ser dominados pelo consenso da maioria. E quanto aos combates propriamente ditos, vimos no Vietnã como pode uma imensa superioridade no que diz respeito aos instrumentos da violência tornar-se impotente se confrontada por um inimigo mal equipado mas bem-organizado e muito mais poderoso. Esta lição, certamente devia ter sido aprendida da história da guerra de guerrilha, que remonta, pelo menos, à derrota, na Espanha, do exército até então invicto de Napoleão.⁵¹

Nesse sentido a autora, dialogando com o serviço secreto, traz que o poder se exerce principalmente por meio de mecanismos sutis de dominação. A violência, que estaria implícita nessa forma de imposição, seria apenas para demonstrar a face visual e a exteriorização das formas com as quais esse poder se apresenta.

Chauí apresenta, dentro desse estudo dos modos de dominação, o viés do domínio por via ideológica, representada por uma disputa de classes pela supremacia das ideias. Assim, pontua que

[...] é impossível compreender a origem e a função da ideologia sem compreender a luta de classes, pois a ideologia é um dos instrumentos da dominação de classe e uma das formas de luta de classes. A ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados.⁵²

⁵¹ ARENDT, 1994, p. 31.

⁵² CHAÚÍ, op. cit, p.94

A ideologia aqui está reportada como ferramenta apta ao domínio das ideias de uma classe sobre outra, numa verdadeira luta. Dessa maneira, fala-se em dominação atrelada ao poder, mas também à ideologia.

Para o estudo que está sendo levado a efeito, faz-se necessário ter a noção de dominação por meio do poder e da ideologia, sobre vários prisma e aspectos. A questão aqui reportada é a aquisição e manutenção desse poder, sob o ponto de vista de mando social e poderio de ideias concebidas de forma a sobrepujar outras concepções.

Arendt fez importantes considerações sobre as características da dominação e, dentre essas anotações, chama a atenção no que pertine à percepção que o dominado tem do dominante, e a consequente retroalimentação do poder que o primeiro exerce sobre o segundo. Essa relação estaria baseada na importância da 'função social do domínio' e traz à baila um raciocínio inusitado, quando diz que o desinteresse do opressor sobre o oprimido faz com que o equilíbrio das condições de relação entre esses seja esfacelado. Assim, o segundo grupo se portaria com desprezo diante do primeiro, a partir do momento em que fica explícito esse rompimento objetivo.

O que faz com que os homens obedeçam ou tolerem o poder e, por outro lado, odeiem aqueles que dispõem da riqueza sem o poder é a ideia de que o poder tem uma determinada função e certa utilidade geral. Até mesmo a exploração e a opressão podem levar a sociedade ao trabalho e ao estabelecimento de algum tipo de ordem. Só a riqueza sem o poder ou o distanciamento altivo do grupo que, embora poderoso, não exerce atividade política são considerados parasitas e revoltantes, porque nessas condições desaparecem os últimos laços que mantêm ligações entre os homens. A riqueza que não explora deixa de gerar até mesmo a relação existente entre o explorador e o explorado; o alheamento sem política indica a falta do menor interesse do opressor pelo oprimido.⁵³

Não obstante, dentro desse aspecto e sob o mesmo enfoque, a busca pela maneira mais óbvia de ter uma superioridade social, no que tange a esse trato com o poder, seria a utilização da capacidade de antecipação da qual muitos líderes se valeram muito bem, como nos mostra a história.

É aí que surge no contexto a necessidade de inserir um estudo sobre a atividade de inteligência. Ela lida com a produção de um conhecimento de caráter assessorial, o qual foi tão bem utilizado por governos e seus representantes e que, nos dias atuais, se mostram como verdadeiras manifestações de poder.

⁵³ ARENDT, 1968, p.16-7

1.3 ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA (OU ATIVIDADE DE INFORMAÇÕES)

A segunda metade do século XX apresentou à sociedade brasileira um novo país, impulsionado por transformações e influenciado por correntes diversas, tanto econômicas quanto ideológicas. A Segunda Guerra Mundial demonstrou não só os horrores da disputa bélica, mas o quanto as nações não poderiam prescindir de algo valioso ao mundo de então e bem mais nos dias atuais: o conhecimento.

O poder, nas suas mais diversas demonstrações e enquanto afeto ao Estado, tem em sua constituição um componente potente, que é o conhecimento. Esse se traduz na informação elaborada por meio de análise metodológica, que tem o objetivo de criar um produto final apto a direcionar o entendimento e as decisões de governo.

No entanto, vale aqui ressaltar que nem toda informação será tida como um conhecimento. A informação, inicialmente poderá ser compreendida como o repasse de alguma notícia, sendo a transmissão de uma mensagem interpretada, partindo da utilização de dados, com o objetivo de que esses sejam levados até um receptor.⁵⁴

O conhecimento, sob a ótica proposta, vem a ser o produto, o resultado da análise desses dados, originado sob a forma de um documento assessorial, encaminhado com exclusividade a um tomador de decisão de nível estratégico. Quanto à importância desse conhecimento, parte-se do princípio que a sua concepção se deu sob o enfoque da imparcialidade e de metodologia própria de confecção, tendo sido elaborado por profissional extremamente capacitado para isso.

Já a inteligência está bem relacionada, no sentido de atividade, com a ação capaz de gerar o produto, o conhecimento. Mais adiante será melhor esclarecido quando a utilização do termo 'inteligência', no contexto de segredos de Estado e processos decisórios governamentais.

Por hora, tem-se a inteligência não como algo isolado, simplesmente produzido e arquivado depois de lido. Esse entendimento expõe ação, uma atividade contínua, de geração de conhecimento, de forma própria e com objetivos pré-

⁵⁴ DUMONT, Danilo M; RIBEIRO, José Araújo; RODRIGUES, Luiz Alberto. **Inteligência pública na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Revan, 2006. p. 25.

determinados. A isenção e o poder dela, enquanto ferramenta apta à tomada de decisão, são amplamente discutidos e questionados, o que não foi diferente no período da história brasileira em comento.

1.3.1 Nuances históricas e motivos existenciais da atividade de inteligência

A utilização das informações (ou 'inteligência', em termo mais recente) como ferramenta estratégica de assessoramento na tomada de decisões é algo antigo e a história, desde seus primórdios, apresenta uma infinidade de ocasiões em que isso ocorreu. Sempre houve uma real 'necessidade de conhecer' e de estar a frente das ações inimigas. Isso fazia com que as partes desejosas por manter, ou mesmo expandir seus domínios, obtivessem êxito.

É uma tendência observada que toda sociedade hodiernamente organizada tenha, por via de regra, orientação verticalizada, com uma base ampla, espessa, na qual se concentra a maioria dos cidadãos. Noutra polo, existe uma parcela bem menor, seleta, onde residem os representantes legítimos, investidos de poder e dotados da capacidade de tomarem decisões abrangentes e que interferem na rotina social dos demais.

Os desígnios da vida em sociedade, bem como o controle social, estão, invariavelmente nas mãos dessa minoria representativa e poderosa. Ela se vale do fato de ser expoente legal dos seus representados, sendo responsável pela tomada de decisão, nos mais diferentes níveis de poder.

John Keegan, historiador militar, apresenta nuances de como o conhecimento do inimigo esteve presente em praticamente todos os embates históricos, desempenhando um papel fundamental no assessoramento dos governantes e dos líderes dos exércitos que, para obterem êxitos em suas campanhas, necessitavam antever os passos dos inimigos:

É impossível ter sucesso na condução da guerra sem informações recentes e de boa qualidade", escreveu o grande duque de Marlborough. George Washington concordava: "A necessidade de obter informações de qualidade é evidente e não precisa ser objeto de debate". Nenhum soldado, marinheiro ou aeronauta discordaria deles. Desde os tempos mais remotos, os líderes militares sempre procuraram obter informações sobre o inimigo, seus pontos fortes, suas debilidades, suas intenções e sua organização bélica. Visitantes estrangeiros vindos de terras que mais tarde Alexandre, o

Grande, conquistaria recordam a insistência de suas perguntas a respeito do tamanho da população em seus países, da produtividade do solo, da direção dos rios e estradas que os atravessavam, da localização das cidades, baías e praças fortificadas e da identidade dos cidadãos importantes, feitas no tempo em que ainda menino, ele reinava na corte da Macedônia na ausência de seu pai, Filipe, em campanha militar no exterior. O jovem Alexandre coletava o que hoje se chamaria inteligência econômica, regional ou estratégica, e o conhecimento que acumulou lhe foi de grande utilidade quando iniciou a invasão do Império Persa, de enorme extensão e composição altamente diversificada.[...] ⁵⁵

Delmo Arguelhes mostra como os pilotos da Grande Guerra tinham de se superar a cada dia, na busca da melhor situação para o combate aéreo, bem como das informações necessárias acerca do inimigo:

O papel da observação, por si só, tem uma importância fundamental na guerra, ao permitir o acompanhamento dos movimentos dos adversários atrás das linhas de combate. Balões de observação, estáticos, já eram utilizados, fornecendo assim uma visão privilegiada do teatro de operações. A vantagem do avião era justamente penetrar no espaço aéreo inimigo e obter informações sobre movimentação de tropas e localização de baterias de artilharia. ⁵⁶

Assim, nota-se que a busca do conhecimento, como forma de se impor ao opositor, acompanhou a história das civilizações em diversos momentos. Seus dirigentes, carecendo tomar uma decisão de nível estatal, ampla e complexa, acabavam por necessitar de informações antecipadas que tivessem a capacidade singular de orientá-los quanto ao melhor caminho a ser seguido.

Napoleão Bonaparte, numa de suas passagens históricas, esclarece de que maneira vinha a se informar, quando necessitava de mais conhecimentos acerca do inimigo e seu posicionamento no terreno. Após tomar conhecimento por meio de um soldado que passava ao acaso, ferido numa batalha que ocorrera em outro ponto, ele relata como foi que muitas vezes recebeu informações que o ajudaram a tomar decisões:

[...] soldados feridos e vendedores de víveres logo percorreram quatro a cinco léguas e chegaram com notícias. Assim foi que muitas vezes recebi notícias. Eu montava meu quartel-general na bifurcação de um caminho, numa estrada, e fazia perguntas aos passantes. É esta a verdadeira espionagem: 1.º interrogar prisioneiros e desertores, esta é a melhor

⁵⁵ KEEGAN, John. **Inteligência na guerra**: conhecimento do inimigo, de Napoleão à Al-Qaeda. Tradução de S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 25.

⁵⁶ ARGUELHES, Delmo de Oliveira. **Sob o céu das valquírias**: as concepções de heroísmo e honra dos pilotos de caça na Grande Guerra (1914-18). Curitiba: CRV, 2013. p. 48.

maneira. Eles conhecem a força de sua companhia, batalhão, regimento em geral, o nome de general comandante e até do general de divisão, os lugares onde dormiram, o caminho que percorreram. É assim que se passa a conhecer o exército inimigo; 2.º os camponeses e viajantes. Tiramos proveito. Os viajantes estão sempre de passagem. Há também os que chegam; 3.º as cartas interceptadas, sobretudo se são de um oficial de estado-maior, e nesse caso são importantes; mas as que mais habitualmente vêm a ser apreendidas são dos oficiais de tropa e de postos avançados, que sabem poucas coisas. Certamente, quando é possível saber da condição do exército, como Czernitchev⁵⁷ é muito bom, mas muito raro.

Donde meu hábito de mandar acender uma fogueira de acampamento numa estrada, na saída de uma ponte, na entrada de uma aldeia, numa encruzilhada, para fazer perguntas.⁵⁸

Vê-se que, principalmente em situações nas quais se envolve a tomada de decisões em níveis estratégicos, os conhecimentos que canalizam medidas antecipatórias para o processo decisório são de fundamental importância. No caso da guerra, em tempos antigos como nas campanhas napoleônicas, o saber prévio era uma ferramenta de aquisição e manutenção do poder sobre o inimigo. Assim Napoleão, em agosto do ano de 1808, faz observações sobre os modos de obtenção de dados:

Não temos informações sobre o que o inimigo faz. Sempre se diz que não é possível ter notícias, como se esta posição fosse extraordinária num exército, como se fosse habitual encontrar espíões. Na Espanha, como em qualquer outro lugar, é necessário enviar tropas de batedores para sequestrar o pároco ou o prefeito, um chefe de convento ou o diretor dos correios, e sobretudo todas as cartas, às vezes o responsável pelas carruagens de correios, ou quem exerce suas funções. Eles ficam detidos até falar, sendo interrogados duas vezes por dia; são mantidos como reféns e incumbidos de enviar viajantes a pé e de dar notícias. No momento em que se decidir tomar medidas de força e rigor, será possível obter notícias. É necessário interceptar os correios, as cartas.⁵⁹

Num outro momento, o líder francês continua com seus ensinamentos sobre a necessidade de se obter conhecimentos prévios dos locais e da situação das linhas inimigas:

Não resta dúvida de que, mesmo na linha dos franceses, os habitantes estão informados do que acontece; com mais forte razão ainda fora da linha. Que impede então de capturar os homens marcantes, levá-los e

⁵⁷ Coronel e ajudante de campo do czar, o príncipe Czernitchev (ou Tchernitchev) foi enviado a Paris para o casamento de Napoleão e Maria Luísa em 1810. Também tinha uma missão de espionagem. Conseguiu apoderar-se de um relatório sobre a situação das forças francesas e enviou relatórios regulares, graças às suas relações com um funcionário do Ministério da Guerra, cuja identidade só tardiamente seria descoberta pela polícia. (Thierry Lentz, *L'Effondrement du système napoléonien 1810-1814*, Paris, Fayard, 2004, pp 231, 245-247).

⁵⁸ BONAPARTE, Napoleão. **Sobre a guerra**: a arte da batalha e da estratégia. Apresentação e notas de Bruno Colson; tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. p. 105.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 106.

libertá-los depois, sem maltratá-los? Constatá-se assim, quando não se está num deserto, mas numa região povoada, que se o general não está informado é porque não soube tomar as medidas convenientes nesse sentido. Os serviços prestados pelos habitantes a um general inimigo não o são por afeição, nem mesmo para receber dinheiro; os mais reais entre os obtidos são oferecidos para ter salvaguardas e proteções, para conservar os bens, a vida, a cidade, o mosteiro.⁶⁰

O general Sun Tzu (também conhecido como Sunzi), na sua obra ‘A arte da guerra’⁶¹, que teria sido escrita em torno do século VI a.C., em datas usuais nas diversas traduções⁶², sai da análise exclusiva quanto aos procedimentos de guerra. Além disso, sua obra influenciou gerações de comandantes militares pelo mundo. Nela ele faz inferências quanto ao conhecimento prévio dos cenários de disputa, bem como dos procedimentos a serem utilizados em busca da melhor percepção das ações futuras dos opositores. Promove ainda ponderações acerca da postura que governantes devem adotar, visando o sucesso irrestrito.

Assim, o general chinês dedica o capítulo treze de sua obra inteiramente ao uso especial de espiões que os governantes e os dirigentes militares devem fazer. Esse trecho, já naquela época, era bastante objetivo ao falar desse tipo de utilização, uma vez que é intitulado como ‘o uso de espiões.’

Destarte, se vê esclarecido, em alguns trechos desse capítulo específico que o uso de espionagem é um tema muito delicado e que, provavelmente, não exista lugar em que a espionagem não possa ser empregada. O autor também assevera, quando faz referência à possibilidade que um dirigente tem de aproveitar as potencialidades que a inteligência favorece:

Um governante esclarecido e um general sábio são vencedores porque suas ações se baseiam em sua vidência.
A vidência não pode ser alcançada por meio de espíritos, nem deuses, nem por analogia com o passado, nem mesmo por cálculos; depende, exclusivamente, dos homens que conhecem o inimigo.

⁶⁰ BONAPARTE, op. cit, p. 106.

⁶¹ TZU, Sun. **A arte da guerra**: os treze capítulos originais. Tradução de André da Silva Bueno. São Paulo: Jardim dos livros, 2012. Na tradução da obra, diretamente do chinês arcaico para o idioma português, sem a influência do mundo Lusófono, o título da obra seria ‘*Lei da Guerra*’ (*Bing Fa*, em chinês), bem como Sun Tzu seria chamado ‘Sunzi’.

⁶² Essa data de confecção da obra (que na tradução literal do chinês para o português se chamaria ‘*Lei de guerra*’ e não ‘*A arte da guerra*’, como é mundialmente conhecida) não é bem aceita nem mesmo pelos comentaristas chineses, que preferem acreditar que ele teria vivido dois a três séculos depois, tendo sido escrita aproximadamente entre 481 e 221 a.C. Em todo o caso, prevalece como referência universal a obra tendo sido escrita no século VI a.C.

[...]

Somente um soberano sábio e um general habilidoso são capazes de utilizar pessoas inteligentes como espiões e empregá-los, garantindo a realização de grandes feitos. As operações secretas são fundamentais na guerra e, delas dependem a movimentação do exército.⁶³

De igual forma, outro estrategista mundialmente referenciado, o general alemão Carl von Clausewitz, também dedica significativa atenção à produção de conhecimentos sobre o inimigo, nas questões bélicas. A atividade de inteligência, nesse sentido, muito deve aos ensinamentos de antigos estrategistas militares, que viam na antecipação de ações, calcadas em conhecimentos produzidos a partir de fragmentos de informações que outrora estavam indisponíveis ao entendimento comum, uma grande arma bélica e com um extraordinário potencial não bélico, na oportunidade de ser utilizada como ferramenta estratégica voltada para o poder político.

Assim, Clausewitz acerca do seu entendimento de inteligência, inserido no contexto da guerra, traz:

Por “inteligência” referimo-nos a todo o tipo de informações sobre o inimigo e o seu país - a base, em resumo, dos nossos planos e operações. Se considerarmos a verdadeira base destas informações, o quanto elas são pouco confiáveis e momentâneas, logo perceberemos que a guerra é uma estrutura frágil que pode desmoronar facilmente e enterrar-nos em suas ruínas. Os livros didáticos concordam, evidentemente, que só devemos acreditar numa inteligência confiável e que nunca devemos deixar de suspeitar, mas qual a utilidade destas frágeis assertivas? Elas pertencem àquele tipo de sapiência a que, à falta de coisa melhor, os maus escritores de sistemas e de compêndios recorrem quando suas ideias se esgotam.⁶⁴

Da mesma forma, o autor faz referência quanto à dificuldade de se formular uma informação correta, principalmente no ambiente de guerra, asseverando que, para a obtenção do sucesso, o oficial⁶⁵ deve ter um conhecimento amplo sobre diversos temas e situações reais. Note-se que o autor também se mostra cético quanto à fidedignidade das informações prévias trazidas durante as situações de combate:

⁶³ TZU, op. cit, p. 131.

⁶⁴ CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. Tradução de Teresa Barros Pinto Barroso. Brasília/São Paulo: Editora da UnB/Martins Fontes, 1979. p.129.

⁶⁵ Nesse caso, traçando um paralelo para os dias atuais, esse Oficial, a quem Clausewitz se refere, estaria fazendo o papel de um analista de inteligência, que é aquele profissional que produz os relatórios de inteligência (estimativas de informações), baseado num conhecimento prévio sobre aquele assunto e a partir de fragmentos colimados de diversas fontes.

Na guerra, muitos relatórios de inteligência são contraditórios, outros, em número ainda maior, são falsos e a maioria é precária. O que podemos razoavelmente pedir de um oficial é que ele possua um padrão de julgamento que ele só adquire a partir do conhecimento dos homens, das coisas e do bom senso. Ele deve orientar-se pelas leis da probabilidade. Estas leis são difíceis de aplicar quando os planos são esboçados num escritório, longe da esfera de ação. A tarefa torna-se infinitamente mais árdua no auge do próprio combate, com relatórios chegando em grande quantidade. Em momentos como estes, uma pessoa tem sorte se as suas contradições anularem-se umas às outras e deixarem um tipo de estimativa para ser avaliada de uma maneira crítica. Será muito pior para o novato se o acaso não o ajudar desta maneira e se, ao contrário, um relatório concordar com outro, confirmá-lo, ampliá-lo, der-lhe colorido, até que ele tenha que tomar uma decisão rápida - que é logo percebida como sendo equivocada, bem como que os relatórios eram mentiras, exageros, enganos e assim por diante.⁶⁶

Abordando a questão do poder e da dominação que advém do primeiro, os governos têm de se assumirem como dependentes de informações prévias. Essas versam sobre uma diversidade de acontecimentos que envolvem o Estado e, num determinado momento, podem auxiliar no processo de tomada de decisões.

Ressalte-se que esse auxílio à melhor escolha, por meio da antecipação de conhecimentos, se mostra como uma ferramenta que carece de uma intervenção humana apta a fazê-la desempenhar seu papel. Mesmo com a sua potencialidade e robustez, bem como à sua capacidade de concatenar as ideias produzidas acerca de um assunto específico, esse interposição é necessária.

Não obstante, a mobilidade governamental e a capacidade de se tomar conhecimento e apreendê-lo, encerrando-o visceralmente e apenas dispondo no momento ideal, é que faz dele, agora traduzido em segredo, um grande fator de vantagem. Nesse caso, o detentor se apresenta em posição de domínio, num processo decisório, ante aos dominados. Escreve Weber:

A posição dominante do círculo de pessoas que constitui aquele complexo de dominação, diante das 'massas' dominadas, baseia-se quanto à sua conservação, naquilo que recentemente se vem chamando de 'vantagem do pequeno número', isto é, na possibilidade existente para a maioria dominante de comunicar-se internamente com rapidez especial, de dar origem, a cada momento, a uma ação social racionalmente organizada que serve para a conservação de sua posição de poder e de dirigi-la de forma planejada. Por esse meio, uma ação social ou de massas ameaçadora pode ser reprimida sem grande esforço, a não ser que os resistentes tenham criado para si dispositivos igualmente eficazes para a direção planejada de uma ação social também voltada para o domínio. A 'vantagem do pequeno

⁶⁶ CLAUSEWITZ, op. cit, p. 129.

número' é plenamente eficaz quando os dominadores guardam *segredos* de suas intenções, das decisões e do conhecimento, atitude que se torna mais difícil e improvável de acréscimo. Todo aumento do dever de guardar o 'segredo oficial' é um sintoma da intenção dos dominadores de intensificar o poder por eles exercido ou da convicção de este estar exposto a uma ameaça crescente. Toda dominação que pretenda continuidade é, em algum ponto decisivo, *dominação secreta*.⁶⁷

Essa visão de Weber dá a dimensão necessária quanto à antecipação de ações e aquisição do conhecimento. De outro modo, também remete à necessidade de proteger esse produto da informação, fazendo disso uma vantagem significativa. Isso estaria dentro de um propósito de manutenção do poder, por meio da proteção das suas informações.

1.3.2 A inteligência como atividade: segredos, produção de conhecimento, proteção das informações e assessoramento na tomada de decisão

Existe real necessidade de produção de conhecimentos que amparem os melhores caminhos a serem seguidos, principalmente no âmbito do Estado. Essa afirmativa enquadra-se, na atualidade, dentro do próprio conceito que a inteligência apresenta, enquanto 'atividade'. Ela providencia o conhecimento, sob a forma de segredos, antecipações de cenários, de documentos que são confeccionados a partir de fragmentos de informações, concluídos por meio de um processo de análise. A isso se chama 'produção de conhecimento'.

A construção de informações que aqui é tratada tem a ver com a coerente e dinâmica forma como o assunto é abordado, intentando demonstrar a necessidade de amparo de informações para a melhor escolha da adoção específica de políticas voltadas para o sucesso de caminhos e soluções. É uma postura consultiva, de caráter optativo, não determinante.

A produção de informações abrange as ações que um analista ou oficial de informações executa quando recebe ordem de produzir uma informação sobre determinado assunto. Significa, em suma, o processo pelo qual a massa de dados e informes é transformada numa Informação conclusiva, para utilização em nível de formulação ou ação política. Inclui todas as

⁶⁷ WEBER, 2012, p. 196.

atividades ligadas ao planejamento, supervisão, revisão (*editing*) e coordenação da produção de informações.⁶⁸

De outra forma, existe a preocupação de se guardar esses segredos, de modo que não caiam em mãos adversas, o que representaria uma ameaça, ou até mesmo um retrocesso, na manutenção do poder por meio da informação. Esse processo de proteção do conhecimento de inteligência, com a intenção de salvaguarda, é universalmente conhecido como 'contrainteligência'.

Considera-se a atividade como processo de produção de conhecimento, que tem a possibilidade de servir como balança decisória e proteção que essas informações trabalhadas recebem. O fito é de que não possam ser descobertas e utilizadas por pessoas ou organizações adversas. Surge daí a caracterização dos dois grandes ramos que a inteligência apresenta doutrinariamente, enquanto atividade: inteligência e contrainteligência.

1.3.3 Conceito moderno de atividade de inteligência

Com a evolução da humanidade e o advento de tecnologias, organizações sociais mais elaboradas, frentes de estudo, dentre outros, há de considerar a exposição acerca do conceito de atividade de inteligência trazido pelo pesquisador argentino José Manuel Ugarte:

Denomina-se inteligência a um produto de inteligência, que é conhecimento, informação elaborada. Também, a uma atividade ou função estatal. E a uma organização, que geralmente constituem um conjunto de organizações.

Isto foi sempre assim, tanto na literatura acadêmica sobre a inteligência, como na prática. A obra clássica de Sherman Kent leva as partes a se dividirem, observando que "Inteligência é conhecimento", "Inteligência é organização" e "Inteligência é atividade". A inteligência é o que define Jeffrey Richelson como "o produto resultante da coleta, avaliação, análise, integração e interpretação de toda a informação disponível sobre um ou mais aspectos de nações ou áreas externas."^{69 70}

⁶⁸ PLATT, Washington. **Produção de informações estratégicas**. Tradução dos major Álvaro Galvão Pereira e capitão Heitor Aquino Ferreira. Rio de Janeiro: Bibliex, 1974. p. 33-4.

⁶⁹ Se denomina [sic] inteligência a un producto, que es conocimiento, información elaborada. También, a una actividad o función estatal. Y a una organización, que suele constituir un conjunto de organizaciones. Esto fue siempre así, tanto en la literatura académica sobre inteligencia, como en la práctica. La obra clásica de Sherman Kent encabeza las partes en que se divide señalando que 'La inteligencia es conocimiento', 'La inteligencia es organización', y 'La inteligencia es actividad'.

Antes de tudo, para que se possa criar uma atmosfera ambientada dentro do estudo proposto, é preciso conceituar inteligência, de forma mais adequada e concernente ao objetivo da pesquisa, uma vez que o termo 'inteligência' pode ser utilizado em amplos sentidos.

Ainda que o conceito de inteligência não seja amplamente divulgado e cause um pouco de confusão para o leitor menos preparado, torna-se bastante compreensivo esse desconhecimento, visto que a natureza sigilosa da atividade cria barreiras para a livre compreensão.

Outra razão pela qual se estuda pouco a atividade de inteligência no Brasil deve-se ao fato de que essa é uma área do conhecimento tremendamente hermética. São poucos os que têm acesso a uma doutrina de inteligência, restritamente àqueles "iniciados" da chamada "comunidade de inteligência."⁷¹ Com isso, fica difícil ao pesquisador comum desenvolver seus trabalhos sobre um tema que tem sua doutrina ainda mantida, pelos próprios órgãos de inteligência, em segredo.⁷²

Por esse motivo e por ter passado tanto tempo sendo remetida a uma atividade limítrofe entre a legalidade e a ilegalidade, a moralidade e a imoralidade, é que a produção do conhecimento com base em informações adquiridas se mostrou enclausurada num universo restrito. Somente as pessoas que tinham interesse direto e necessidade de conhecer lidavam com esse conhecimento, sob a forma de produto de inteligência.

Os tempos vêm mudando e, com os novos contextos sociais, econômicos e tecnológicos, a inteligência tem sido desmistificada e passada a ser de conhecimento mais acessível. No que se intenciona, a inteligência vem bem relacionada com as informações que se pretendem construir, por meio de um setor especializado, e que tenha o fulcro de auxiliar no processo decisório.

Inteligencia es lo que define Jeffrey Richelson como 'el producto resultante de la recolección, evaluación, análisis, integración e interpretación de toda la información disponible concerniente a uno o más aspectos de naciones o áreas extranjeras.

⁷⁰ UGARTE, José Manuel. **El control público de la actividad de inteligencia em América Latina:** Un examen a través de las normas jurídicas que lo implementan y de su aplicación práctica. Buenos Aires:– CICCUS, 2012. p. 16.

⁷¹ O conceito de 'comunidade de inteligência' (ou 'comunidade de informações') será estudado adiante.

⁷² GONÇALVES, Joanival Brito. **Atividade de inteligência e legislação correlata.** Rio de Janeiro: Impetus, 2010. p. 6.

Certamente é possível teorizar sobre a natureza da informação e sobre o impacto dos fluxos totais de informação na economia, no Estado e na vida social de modo geral. Porém, a inteligência de que trata esse livro refere-se a conjuntos mais delimitados de fluxos informacionais estruturados. Nesse caso, uma definição mais restrita diz que inteligência é a coleta de informações sem o consentimento, a cooperação ou mesmo o conhecimento por parte dos alvos da ação. Nesta acepção restrita, inteligência é o mesmo que segredo ou informação secreta.

Mantive ao longo da pesquisa uma forte ancoragem na definição restrita de inteligência aplicando-a ao estudo dos serviços governamentais que atuam nessa área. Ignorar a definição restrita implicaria perder de vista o que torna afinal essa atividade problemática. No mundo real, porém, as atividades dos serviços de inteligência são mais amplas do que a espionagem e também são mais restritas do que o provimento de informações em geral sobre quaisquer temas relevantes para a decisão governamental. Isso coloca uma dificuldade muito concreta, não meramente semântica, para uma conceituação precisa da atividade de inteligência que permita diferenciá-la, simultaneamente, da noção excessivamente ampla de informação e da noção excessivamente restrita de espionagem.

Para superar essa discrepância entre a definição restrita e o leque de atividades concretamente desenvolvidas pelos serviços de inteligência, é preciso levar em conta uma segunda dimensão do conceito restrito de inteligência que tomarei como ponto de partida para esse livro. Enquanto a primeira dimensão destaca os meios especiais utilizados para coletar informações sem a cooperação e/ou o conhecimento de um adversário, essa segunda dimensão é analítica e diz basicamente que inteligência diferencia-se da mera informação por sua capacidade explicativa e/ou preditiva. A combinação dessas duas faces ou dimensões fundamentais do conceito de inteligência traduz-se numa organização característica do processo de trabalho aí envolvido.⁷³

Em sentido convergente, Joannisval Gonçalves, mais uma vez, apresenta um entendimento aclarado a propósito do tema:

[...] refere-se aos meios pelos quais certos tipos de informação são requeridos, reunidos (por meio de coleta ou busca), analisados e difundidos, e, ainda, os procedimentos para a obtenção de determinados dados, em especial aqueles protegidos, também chamados de “dados negados”⁷⁴. Esse processo segue metodologia própria, a metodologia de produção de conhecimento, ensinada nas escolas de Inteligência por todo o globo.⁷⁵

Essa visão mais clássica da inteligência é base para que os demais tipos sejam definidos dentro de uma doutrina própria levada a efeito na atividade. Nesse diapasão, a palavra ‘inteligência’ é empregada, no sentido de se lidar com assuntos de relativo grau de sigilo e que visam o apoio técnico ao tomador de decisões:

⁷³ CEPIK, Marco. **Espionagem e democracia**: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 28.

⁷⁴ Dado negado é o mesmo que dado sigiloso, ao qual só se pode ter acesso quem tem a real necessidade de conhecer, vez que “é essencial à atividade de inteligência o trabalho sob a égide do ‘segredo’.” in GONÇALVES, op. cit., p. 11.

⁷⁵ GONÇALVES, op. cit. p. 8.

Esta definição contém os três principais sentidos segundo os quais a inteligência é, geralmente, compreendida, a que acrescentaremos um quarto:

- a) inteligência como organização (serviço de inteligência ou comunidade de inteligência);
- b) inteligência como processo ou atividade;
- c) inteligência como produto ou conhecimento de inteligência;
- d) inteligência como método.

O vocábulo *inteligência*, portanto, é empregado de forma polissêmica.

Inteligência é a organização instituída (ou designada) como sistema ou órgão de inteligência.

Inteligência é a atividade (ou processo) que a organização de inteligência prática, como produção do conhecimento de inteligência, operações de inteligência, ações de busca, técnicas operacionais, contrassabotagem, contraespionagem etc.

Inteligência é o resultado produzido pela organização por meio de seu processo ou atividade, ou seja, é o conhecimento de inteligência (registrado em seus documentos de inteligência).

Inteligência é o método que o serviço de inteligência utiliza, a saber, o ciclo de produção do conhecimento, no qual são empregadas operações de inteligência, ações de busca e técnicas operacionais. Podemos abordar o aspecto do método como parte do processo ou atividade, mas considerá-lo de maneira separada é útil para nossa análise.⁷⁶

Com relação a isso e com um prisma convergente, Gonçalves aborda o tema:

Esses três aspectos também podem ser entendidos como produto, organização e processo.

- **Inteligência como produto, conhecimento produzido:** trata-se do resultado do processo de produção de conhecimento e que tem como cliente o tomador de decisão em diferentes níveis. Assim, o relatório/documento produzido com base em um processo que usa metodologia de inteligência também é chamado de inteligência. Inteligência é, portanto, conhecimento produzido.
- **Inteligência como organização:** diz respeito às estruturas funcionais que têm como missão primordial a obtenção de informações e produção de conhecimento de inteligência. Em outras palavras, são as organizações que atuam na busca do dado negado na produção de inteligência e na salvaguarda dessas informações, os serviços secretos.
- **Inteligência como atividade ou processo:** refere-se aos meios pelos quais certos tipos de informação são requeridos, reunidos (por meio de coleta ou busca), analisados e difundidos, e, ainda, os procedimentos para a obtenção de determinado dados, em especial aqueles protegidos, também chamados de “dados negados”. Esse processo

⁷⁶ FEITOZA, Denilson. **Operações de inteligência, ações de busca e técnicas operacionais como provas.** In: _____. Direito processual penal: teoria, crítica e práxis. 8. ed. Ver., ampl. e atual. Niterói: Impetus, 2011, p. 1028.

segue metodologia própria, a metodologia de produção de conhecimento, ensinada nas escolas de inteligência por todo o globo.⁷⁷

Afirma-se, então, que a atividade de inteligência é o processo pelo qual informações são buscadas ou coletadas, para, depois de analisadas, produzir o conhecimento, o qual será utilizado por quem tem a incumbência de decidir. É o caso da Administração Pública, por meio de seus administradores, objetivando a defesa dos interesses da coletividade.

O conceito básico de inteligência, fundamental para a definição dos demais conceitos recentes sobre as diversas áreas de emprego, refere-se à inteligência governamental, envolvendo a figura do Estado como grande usuário de seu produto.

Inteligência governamental é baseada em um conjunto específico de organizações com a denominação 'serviços de inteligência' ou, às vezes, 'comunidades de inteligência'. Atividade de inteligência é o que fazem e conhecimento de inteligência é o que produzem.⁷⁸

Feitoza, refletindo sobre as funções da atividade de inteligência e no que concerne à definição do seu objetivo, ou seja, o conhecimento produzido sob o fulcro de análise especializada, faz apontamentos sobre o assunto:

A inteligência pressupõe que seu produto (conhecimento de inteligência) se destina a um decisor importante, geralmente um tomador de decisão em posição estratégica. Por isso, o sistema de inteligência nacional tem como destinatário o chefe de Estado e o chefe de governo (no caso brasileiro, o presidente da República exerce as duas funções).⁷⁹

Dessa forma, a atividade de inteligência, cumprindo seu papel de informar, tem sua estrutura calcada, de forma universal, em dois ramos distintos no processo de produção de conhecimento, todavia interligados entre si. O primeiro cuidando especificamente dessa produção de informações necessárias e aptas ao procedimento de tomada de decisões e o outro, em sentido diferente, tendo por

⁷⁷ GONÇALVES, op, cit, p. 7-8.

⁷⁸ KENT, Sherman. **Informações Estratégicas**. Tradução de Hélio Freire. Rio de Janeiro: Bibliex, 1967. Apud FEITOZA, Denilson. **Operações de inteligência, ações de busca e técnicas operacionais como provas**. In: _____. Direito processual penal: teoria, crítica e práxis. 8. ed. Ver., ampl. e atual. Niterói: Impetus, 2011, p. 1028.

⁷⁹ FEITOZA, op. cit, p. 1029.

atribuição a proteção desses conhecimentos sensíveis, de forma a não torná-los disponíveis a quem não tenha a necessidade de a eles terem acesso.

1.3.4 Os dois ramos da atividade de inteligência: inteligência e contrainteligência

As várias doutrinas de inteligência abordam essas duas funções básicas da inteligência, que seria a produção do conhecimento (ou inteligência propriamente dita) e a proteção desse conhecimento (denominada contrainteligência). A fim de auxiliar esses dois ramos, existe um setor específico, geralmente chamado de 'operações de inteligência', que é resultante do esforço de se buscar informações protegidas ou não disponíveis num primeiro momento. Dessa forma, a inteligência seria o ramo responsável pela reunião e análise de dados, para subsidiar as ações de quem é incumbido de tomar decisões.

O Glossário das Forças Armadas, um verdadeiro dicionário doutrinário de termos militares, define inteligência da seguinte forma:

INTELIGÊNCIA – Ramo da Atividade de Inteligência voltado para a obtenção e a análise de dados e para a produção e a disseminação de conhecimentos de Inteligência, dentro e fora do território nacional, sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda da sociedade e do Estado.⁸⁰

Enquanto a inteligência é a responsável pela produção do conhecimento, a contrainteligência tem a função tanto de salvaguardá-lo, bem como de obstruir operações de inteligência adversas. Contraineligência vem a ser

[...] um aspecto da atividade de inteligência que engloba um conjunto de medidas destinadas a neutralizar a eficiência dos serviços de inteligência adversos, salvaguardar os segredos de interesse da Segurança Nacional, bem como identificar as agressões à população.⁸¹

⁸⁰ INTELIGÊNCIA. In: Brasil. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. - MD35-G-01: 2007, p. 138.

⁸¹ GONÇALVES, op.cit, p.60.

Nesse sentido, o Glossário das Forças Armadas também definiu contrainteligência:

CONTRA-INTELIGÊNCIA⁸² – Ramo da atividade de inteligência voltado para a detecção, identificação, neutralização, obstrução e prevenção da atuação da Inteligência adversa e das ações de qualquer natureza que constituam ameaças à salvaguarda de dados, conhecimentos e seus suportes (documentos, áreas e instalações, pessoal, material e meios de tecnologia da informação) de interesse da sociedade e do Estado.⁸³

Já as operações de inteligência, são uma aplicação de procedimentos dessa atividade, por meio de ações específicas e pessoal especializados na busca de dados (fragmentos de informações) não disponíveis. Elas envolvem um aspecto mais reservado da inteligência, enquanto atividade.

Este talvez seja o traço mais sigiloso da atividade de inteligência, uma vez que emprega técnicas e métodos próprios, na intenção de alcançar tais segredos e informações, de um modo geral. As ‘operações’ não constituem um ramo autônomo dentro do ‘universo das sombras’ (como também é conhecida a atividade de inteligência) uma vez que esse filão operacional acaba por suprir necessidades dos dois ramos, inteligência e contrainteligência.

Vejamos como o Glossário das Forças Armadas apresenta a definição para essa atividade de busca pelo fragmento de informação indisponível:

OPERAÇÃO DE INTELIGÊNCIA – Conjunto de ações de busca, com o emprego de técnicas operacionais e meios especializados, planejado e executado com vistas à obtenção de dados de interesse dos trabalhos desenvolvidos pela atividade de inteligência, visando ao atendimento de seus usuários.⁸⁴

A definição de operação de inteligência é envolta em polêmica, uma vez que existe uma possibilidade de má interpretação do seu objetivo, com o risco de se

⁸² Antes do novo acordo ortográfico firmado em janeiro de 2009 pelos países que adotam a Língua Portuguesa como oficial, a grafia do ramo da atividade de inteligência em comento era ‘Contra-inteligência, separado por hífen’.

⁸³ CONTRA-INTELIGÊNCIA. *In*: Brasil. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. - MD35-G-01: 2007, p. 66.

⁸⁴ OPERAÇÃO DE INTELIGÊNCIA. *In*: Brasil. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. - MD35-G-01: 2007, p. 180.

tornar invasivo quanto aos direitos individuais das pessoas, frente à necessidade de segurança que o Estado procura ter. Assim, operações de inteligência

[...] compreende o conjunto de ações técnicas destinadas à busca do dado negado. Trata-se, sem dúvida, da atividade mais polêmica relacionada à inteligência, uma vez que seus métodos envolvem, necessariamente, técnicas e ações sigilosas [...] ⁸⁵

Muito se fala em ‘serviços secretos’ querendo se reportar à inteligência propriamente dita. Entretanto, deve-se considerar que o termo ‘inteligência’ pode assumir diferentes papéis, significando produto, atividade e organização. Porém, também podemos verificar a expressão ‘serviços de inteligência’. Há, por vezes, muita impropriedade na utilização desse termo.

Serviços de inteligência não são meros instrumentos passivos dos governantes, agentes perfeitos de sua vontade ou mesmo materializações de um tipo-ideal de burocracia racional-legal weberiana. Antes de mais nada, porque sua atuação impacta as instituições e o processo político de muitas formas e porque essas organizações têm seus próprios interesses e opiniões acerca de sua missão. Embora o tema da intervenção dos serviços de inteligência e de segurança na vida política mais geral seja de grande interesse, tratar os serviços de inteligência como variáveis independentes que influenciam as instituições políticas tende a ser um esforço frustrante quando se sabe tão pouco sobre a origem e o desenvolvimento desses serviços. Por isso, no texto que segue os serviços de inteligência serão considerados como variáveis dependentes. Como não existem ainda estudos sistemáticos sobre o processo através do qual os serviços de inteligência chegaram ou poderiam chegar a tornar-se organizações dotadas de “valor e estabilidade”, ou seja, instituições, o procedimento expositivo adotado procurará responder sistematicamente à pergunta sobre a origem, o desenvolvimento e a atual configuração organizacional dos sistemas nacionais de inteligência, mas sem deixar de explicitar as lacunas existentes no conhecimento a respeito. ⁸⁶

Os serviços secretos serão mais bem abordados à frente. Por hora, se vê que a inteligência, como ferramenta apta ao assessoramento, dentro do processo decisório, tem o escopo inicial de promover o conhecimento antecipado para os tomadores de decisões.

No entanto, é inegável que, uma vez sendo possuidor das condições que dariam suporte para a manifestação precípua do poder de mando, a inteligência também se perfaz como um poderoso instrumento de aquisição e manutenção do

⁸⁵ GONÇALVES, op.cit, p. 63.

⁸⁶ CEPIK, Marcos. Sistemas nacionais de inteligência: Origens, lógicas de expansão configuração atual. Em <[http:// www.senado.gov.br/comissões/CCAI/txt/Cepik.htm](http://www.senado.gov.br/comissões/CCAI/txt/Cepik.htm)> Acesso em 29 setembro 2015.

poder. Ela possibilita a melhor escolha dos caminhos a serem seguidos, calcada em antecipação de conhecimentos sensíveis.

CAPÍTULO 2

O COMUNISMO NO BRASIL E O 'INIMIGO INTERNO'

O ato inaugural do comunismo no Brasil se deu quando da implantação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), no ano de 1922. Após três meses de implantação, somente conseguiu funcionar na legalidade durante sete meses em 1927 e, depois, entre 1945 e 1947. Nesse ano foi novamente relegado à ilegalidade, sob o argumento de que era um partido estrangeiro.⁸⁷

Sobre o caráter revolucionário marxista, ele está intimamente atrelado à questão econômica, bem como à exploração que os trabalhadores sofrem ao longo do processo de produção imposto pelo rito capitalista. Nesse viés, o Estado se apresenta como opressor e instrumento de dominação.

O caráter revolucionário da teoria marxista provém da colocação de que as forças produtivas são controladas por uma minoria que conseguiu aproveitar-se da população trabalhadora apropriando-se da mais-valia ou valor excedente. O trabalhador vende sua força de trabalho como uma mercadoria, que é adquirida no mercado pelos capitalistas que buscam reduzir seu custo a um valor mínimo. Esta é uma situação altamente explosiva e que favorece a luta de classes, que tem como protagonista maior a classe operária. Para Marx, o Estado é um instrumento das classes dominantes para manter seu poder de dominação sobre as demais classes na sociedade capitalista; do mesmo modo, a religião e o sentimento nacionalista são manipulados pelo poder econômico como formas de dominação. Neste sentido é que a revolução proletária deve destruir o Estado, a religião e o nacionalismo, pois são instrumentos de dominação de uma classe sobre outra.⁸⁸

O receio de implantação da ditadura do proletariado, como também é conhecido o comunismo, era justificável por quem estivesse no poder. Suas bases eram lançadas sobre a necessidade de total ruptura do Estado, nos moldes em que ele se apresentava, privilegiando a existência de uma classe mediante a exploração de outra.

Observando as palavras de Karl Marx e Friedrich Engels pode-se compreender esse aspecto temerário que deveria tomar os detentores do poder político de então:

⁸⁷ FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio**. Rio de Janeiro: Record, 2005. p.54.

⁸⁸ DIAS, op. cit, p. 78.

Horrorizai-vos porque queremos abolir a propriedade privada. Mas em vossa sociedade a propriedade privada está abolida para nove décimos de seus membros. E é precisamente porque não existe para estes nove décimos que ela existe para vós. Acusai-nos, portanto, de querer abolir uma forma de propriedade que só pode existir com a condição de privar de toda propriedade a imensa maioria da sociedade.

Em resumo, acusai-nos de querer abolir vossa propriedade. De fato, é isso que queremos.

[...]

Os operários não têm pátria. Não se lhes pode tirar aquilo que não possuem. Como, porém, o proletariado tem por objetivo conquistar o poder político e erigir-se em classe dirigente da nação, tornar-se ele mesmo a nação, ele é, nessa medida, nacional, embora de nenhum modo no sentido burguês da palavra. As demarcações e os antagonismos nacionais entre os povos desaparecem cada vez mais com o desenvolvimento da burguesia, com a liberdade do comércio e o mercado mundial, com a uniformidade da produção industrial e as condições de existência que lhe correspondem. A supremacia do proletariado fará com que tais demarcações e antagonismos desapareçam ainda mais depressa. A ação comum do proletariado, pelo menos nos países civilizados, é uma das primeiras condições para sua emancipação.⁸⁹

Essas ideias, extremamente radicais, assustaram bastante a sociedade e os representantes do poder do Estado. Tal proposta de destruição total daquilo que vigia, em prol do estabelecimento de novas bases sociais, era muito ameaçadora, sob todos os pontos de vista imagináveis. Asseveram os autores, por ocasião do encerramento dos seus pensamentos:

Os comunistas não se rebaixam a dissimular suas opiniões e seus fins. Proclamam abertamente que seus objetivos só podem ser alcançados pela derrubada violenta de toda a ordem social existente. Que as classes dominantes tremam à ideia de uma revolução comunista! Os proletários nada têm a perder nela a não ser suas cadeias. Têm um mundo a ganhar. Proletários de todos os países, uni-vos!⁹⁰

Assim, há de se compreender o porquê de os comunistas terem sido rechaçados de pronto, quando da instalação do Partido Comunista no Brasil. Os ideais de igualdade não foram muito bem aceitos, num primeiro momento. Posteriormente houve bastante instabilidade política, uma vez que os comunistas começaram a ganhar simpatizantes no território nacional, o que exigia uma postura mais incisiva por parte do governo constituído, de orientação capitalista, contra esse opositor ferrenho que havia surgido.

⁸⁹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Ebook. Ed. Ridendo Castigat Mores, 2005. p. 38-9.

⁹⁰ Ibidem, p. 68.

2.1 BREVE EXPLICAÇÃO SOBRE O COMUNISMO E AS TEORIAS ECONÔMICAS DO 'IMPERIALISMO'

As concepções do comunismo, como alternativa política e econômica, foram adotadas em boa parte do Leste Europeu e Ásia. Posteriormente houve sua disseminação por outras partes do mundo, principalmente por conta da difusão das ideias de Karl Marx (1818-1883). Com sua teoria, impôs uma ideologia relativa aos meios de produção, à propriedade e a forma como o Estado lidava com isso. Era uma ótica amplamente de cunho materialista, que influenciava diretamente outras estruturas calcadas na cultura e política.⁹¹

Desse modo, as relações de produção determinam o modo no qual a sociedade se organiza para utilizar as forças produtivas, ao mesmo tempo em que são criadas diferentes estruturas políticas baseadas em classes sociais. As mudanças sociais e históricas ocorrem, principalmente, pelo desenvolvimento da infraestrutura econômica, e não tanto devido à super estrutura política e ideológica.⁹²

Já Bonavides reitera o caráter de ditadura do proletariado quando afirma, fazendo menção à questão partidária, que o partido socialista “é o partido de uma classe: o proletariado e sua ditadura. Partido único, que não pode repartir a liderança com outros partidos”.⁹³

Sob esses aspectos acerca do comunismo, um movimento maciço de rejeição foi sendo incutido no âmbito da sociedade. Essa repulsa foi originada nas camadas mais superiores do poder estatal, em oposição ao imperialismo que o Estado impunha aos trabalhadores, que eram oprimidos e explorados.

Para fazer frente a isso, houve empenho por parte do governo, no sentido de coibir as práticas comunistas no Brasil, bem como combater os divulgadores da sua ideologia. Assim, a intenção era que essas pessoas fossem caracterizados como os verdadeiros ‘inimigos da sociedade’.

No entanto, para que se pudesse saber a quem seria direcionado o combate, deveria primeiramente descobrir a verdadeira face desse opositor. Nesse caso, deveriam ser produzidos conhecimentos a esse respeito. Entretanto, o país

⁹¹ DIAS, op. cit. p. 77.

⁹² Ibidem, p. 77-8.

⁹³ BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 21 ed. São Paulo: Malheiros, 2014. p. 398.

ainda não estava pronto para esse tipo de guerra, carecendo de um serviço de inteligência que pudesse trazer as informações necessárias.

A teoria marxista repousa sobre a convicção, que serve de fundamento para todo pensamento marxista, de que todos os problemas políticos constituem o reflexo de forças econômicas. Como consequência, o fenômeno político do imperialismo é um produto do sistema econômico em que ele se origina - isto é, o capitalismo. As sociedades capitalistas, segundo as teorias marxistas, são incapazes de encontrar, dentro de si próprias, mercados suficientes para seus produtos e investimentos adequados para seu capital. Por esse motivo, elas têm a tendência a escravizar inclusive áreas mais amplas não capitalistas e, como última etapa, até mesmo outras áreas capitalistas, de modo a poder transformá-las em mercados para seus produtos em excesso e transferir-lhes sua capacidade superavitária de capital para investimentos.⁹⁴

Desse modo vê-se que, consoante o pensamento comunista de Marx, o capitalismo está intimamente ligado ao imperialismo, não tendo como separá-los em suas essências, ou mesmo, considerar o segundo como subdivisão política do primeiro. A grande nocividade desse sistema, que se entranha, necessariamente, ao aspecto econômico, gera o consumismo exacerbado, o que causa descompensação entre a capacidade de consumo da população e o que o mercado tem a oferecer. O resultado desse composto, de um modo geral, é o monopólio sobre a vida econômica dos indivíduos.

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DO BRASIL RELATIVO AO COMUNISMO APÓS A SEGUNDA GRANDE GUERRA

O Brasil aqui tratado é um país envolto num período de grande perturbação social e alterações significativas na configuração econômica, fortemente influenciado pela bipolaridade conflagrada entre as duas principais nações do pós Segunda Guerra Mundial: Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

No entanto, o que ocorria com no país, na segunda metade do século XX, era reflexo de algo que se desenvolveu durante algumas décadas, relativo ao

⁹⁴ MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. Tradução de Oswaldo Biato. São Paulo: Editora da UnB, 2003. p. 104.

conceito de comunismo. Essa acepção passou por um processo de evolução ao longo do tempo.

As sementes do comunismo moderno germinaram bem antes do século 20 [sic]. A palavra em si – comunismo – foi inventada tardiamente. Só ganhou aceitação universal na França, na Alemanha e na Inglaterra na década de 1840. Desde então sempre esteve relacionada com o desejo de seus partidários de destruir as fundações da sociedade e reconstruí-la em outras bases. Os comunistas nunca desanimaram na busca de seus objetivos. Concentraram no Estado e na economia seu ódio constante pelo sistema predominante. Argumentaram que somente eles – e não seus muitos rivais da esquerda política – têm o preparo ideológico e prático para transformar a vida dos seres humanos. A busca de certo igualitarismo perdurou em seus objetivos. Determinação e paciência para lograr mudanças sempre foram características típicas deles. O compromisso com organizações militantes ainda existe. Mas o comunismo em si sempre foi difícil de definir como fenômeno. É pouco provável uma conciliação ou unidade de vistas definitiva a esse respeito. O comunismo de um indivíduo é o anticomunismo de outro comunista, e é improvável que essa situação mude algum dia.⁹⁵

Numa abordagem sucinta, vê-se que o comunismo, em âmbito mundial, foi evoluindo e sofrendo algumas alterações. Sua ideologia conseguia ser implementada por esforços dos membros dos partidos comunistas dos diversos países em que conseguiram firmar suas bases. A cronologia⁹⁶ apresenta um primeiro momento, que vai das origens até o ano de 1917, com a instalação do primeiro Estado comunista: a União Soviética.

Posteriormente, entre 1917 e 1929, houve o período de mais de uma década, denominado ‘experiência’, o qual envolveu algumas revoluções na Europa e o começo da sondagem aos países americanos, cujo modelo soviético de comunismo começava querer a ser implantado.

O período entre 1929 a 1947 ficou conhecido como ‘desenvolvimento’ do comunismo, envolvendo uma estratégia global de fixação da ideologia stalinista, cujos ideais foram implementados durante a Segunda Grande Guerra.

A ‘disseminação’ deu-se de 1947 até 1957 e vislumbrou o mundo no pós Segunda Guerra Mundial e exatamente no instante em que os Estados Unidos e a União Soviética passaram a ser reconhecidas como as principais potências do globo, cada uma arrebanhando com ideais e projetos econômicos, o seu bloco específico de países simpatizantes. Foi exatamente nesse momento da História que

⁹⁵ SERVICE, Robert. **Camaradas**: uma história do comunismo mundial. São Paulo: Difel, 2015, p. 29.

⁹⁶ Ibidem, passim.

o Brasil se tornou um 'objeto de desejo' para americanos e russos. Um tentando mantê-lo cativo economicamente, outro desejando conquistá-lo ideologicamente.

Com a morte de Stalin⁹⁷ (em 5 de março de 1953), que foi o Secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética de 1922 a 1953 e, necessariamente, o Chefe de Estado daquele país, depois de haver implementado ajustes e reformas necessárias aos ideais partidários, o comunismo passou pelo período de 'mutação' (1957-1979), vindo a se instalar, pela primeira vez, num país americano: Cuba. Daí em diante, houve profundas manifestações de mudança, se distanciando um pouco da figura opressora da ditadura do proletariado e tentando conquistas simpatizantes com o discurso ideológico.

Sob o clima de polarização mundial, as décadas de 1950 a 1960 apresentaram farta produção literária, influenciada tanto por parte dos seguidores da doutrina comunista vinda da antiga União Soviética, como por autores que tinham suas cartilhas elaboradas sob o direcionamento americano. Esse pensamento, não obstante, chegou aos países das Américas, o que acendeu uma fagulha de desconfiança quanto aos desígnios continentais para daí em diante.

No Brasil não foi diferente. O receio de que a 'ideologia de esquerda' ecoasse por todo o país era algo latente e ia de encontro aos interesses daqueles que se opunham às ideias apregoadas pelos governos de Jânio Quadros (1960-1961). Com a sua renúncia, ascendeu ao poder João Goulart (1961-1964). Esse último período, foi o de maior confabulação contra os ideais comunistas antes do golpe que colocaria o general Castelo Branco na presidência do país.

Tivemos, de setembro de 1961 a 1.º de abril de 1964, à frente do país um governo não tanto de formação esquerdista, mas que seguia essa orientação, evidenciada nas soluções encaminhadas, no campo econômico-social, pelas linhas mestras da sua política doméstica ou internacional e, mais do que tudo, pelo prestígio emprestado aos elementos eufemisticamente ditos "nacionalistas" ou "socialistas", dentro de uma gama de variedades tão larga que comportava desde patriotas equivocados até impatriotas conscientes. Ou seja, de nacionalistas autênticos a comunistas autênticos em cambulhada cívica; assim, o esquerdista, não importando de que grau ou cor, por inspiração do governo, tornou-se o homem da situação, de tal maneira que o centrista passou a ser visto como a suspeita de acomodação e o democrata posto à direita, na cartografia das posições políticas. Foi o grande sucesso da guerra ideológica interna.⁹⁸

⁹⁷ Sobre Stalin, ver: MONTEFIORE, Simon Sebag. **Stalin, a corte do czar vermelho**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Cia das Letras, 2006. 912p.

⁹⁸ PÔRTO SOBRINHO, Antônio. **A guerra psicológica no Brasil**. Fundo de Cultura, 1965. p. 98.

Havia, pois, mesmo nas literaturas que analisavam o período passado recentemente, uma inquietação exposta nas ideias, uma vez que demonstravam que o comunismo tinha poder análogo ao de uma epidemia, podendo proliferar-se por meio do contágio de pensamentos. Tais percepções intelectuais, de início tinham uma posição individualizada, mas que poderia assumir, com o decorrer do tempo, caráter coletivo e irreformável, por assim dizer.

Ora, a ação do governo e dos grupos dominantes conseguiu fazer do esquerdismo ou mesmo do comunismo a 'tipicalidade' do momento, levando o democrata a colocar-se em posição atípica dentro do seu próprio regime. O esquerdismo governamental, por uma inclinação instintiva da massa à imitação de modelos superiores, transmitia atitudes estereotipadas, que, segundo o estudo de Meynaud e Alain, nascem 'de uma imagem que pode estar ligada a uma palavra, a um objeto ou a uma ação política'. Essa ação política ou estereótipo é o esquerdismo.⁹⁹

Na década de 1960, durante a vigência da Guerra Fria, o financiamento acadêmico de obras anticomunista era notório e os Estados Unidos investiam pesado nisso, sob o argumento de que, para combater o avanço comunista, de cunho ideológico, as 'armas' a serem usadas deveriam ser da mesma ordem, ou seja, de alcance que fosse além do simples monitoramento das atividades comunistas na América.

A Guerra Fria continuou sendo não só uma disputa ideológica para as mentes ocidentais, mas também uma competição no desenvolvimento de armas. Todos os institutos acadêmicos e as elites intelectuais da política americana eram hostis à União Soviética. Era o caso também da maioria de entidades dessa natureza na Europa Ocidental (embora algumas produzissem obras desprovidas de qualquer influência decorrente de críticas à história e à política soviéticas).¹⁰⁰

A história mostra que essa situação perdurou ainda por cerca de mais duas décadas e que, após 1979, de forma crescente, houve considerável descrédito dos ideais comunistas, ainda mais pela quantidade de partidos que surgiam, todos fazendo interpretações particulares sobre a temática comunista, buscando sua identidade própria e, por vezes, se distanciando das ideias marxistas. A esse período pode-se chamar de 'declínio', em que pese os gritos de abertura política e

⁹⁹ PÔRTO SOBRINHO. op. cit, p. 100.

¹⁰⁰ SERVICE, op. cit, p. 438.

rompimento da situação vigente estar tomando vulto no âmbito do Brasil. Pedia-se a abertura democrática, com a conseqüente extinção do regime militar, o que ocorreria alguns anos depois.

2.3 A CRIAÇÃO DA FIGURA DO 'INIMIGO INTERNO' NO BRASIL

O estudo dos cenários sociais, bem como o entendimento que é buscado acerca da realidade que envolve o homem, dentro do jogo de sobrevivência e convivência uns com os outros, determina que, quem detém a maior parcela de conhecimento e que sabe caminhar por entre os obstáculos, sem vacilos ou titubeios, é quem, invariavelmente, obterá a melhor vantagem sobre qualquer outro grupo ou indivíduo que almeje o mesmo objetivo.

Nos meandros da obtenção, ou mesmo da manutenção do poder, valendo-se do prisma político-social e da representatividade de massa por parte de um núcleo que concentra a tomada de decisão para com esses representados, a vantagem de saber algo ou faculdade de antever situações pode ser determinante para quem pretende estabelecer firmemente sua posição.

Sob esse aspecto, é inegável que a busca pela informação mais fidedigna, mais detalhada, mais promissora é um fato e um objetivo do qual não se pode prescindir. Tolice seria dizer que uma pessoa pode tomar a decisão certa ao resolver atravessar uma ponte estreita completamente no escuro e sem enxergar um passo à frente. A prudência, para essa mesma pessoa, a faria aguardar o surgimento de ao menos um fio de luz que, ainda que fosse produzido por uma lamparina, poderia dar mais firmeza a cada passo dado, mesmo que não enxergasse o final do percurso.

Tal comparação, ainda que improvável, faz inferir que a prudência pela melhor escolha é algo imprescindível. Isso se faz presente no campo das decisões em nível de governo, onde cada posicionamento pode ter reflexos em várias outras áreas estatais e, conseqüentemente, na vida dos governados.

A busca pelo conhecimento antevisto pode resultar no completo sucesso, ao passo que a sua desconsideração terá a potencialidade de direcionar ao absoluto fracasso. E, caso não ocorra severamente nem uma nem outra conseqüência, a

estagnação governamental pode se instalar, trazendo resultados criogênicos para quem pretende a continuidade do *status quo*.

Interessante perceber que a polaridade gerada pela disputa do poder se deu a nível mundial, intensificada após 1945, quando do final da Segunda Guerra Mundial. Ela teve um desdobramento cheio de capítulos e episódios nas décadas que se seguiram, indo desde o sucesso alcançado pelos comunistas em vários países do lado oriental do globo, nos quais implantavam suas ditaduras comunistas. Houve também a tentativa de se inserir no contexto americano.

Para esses comunistas, o imperialismo promovido pelos EUA havia substituído o imperialismo britânico na intenção de domínio mundial, sendo mais incisivo nas Américas. Em razão disso, a ‘guerra ideológica’ promovida por meio da maciça propaganda, tinha o viés de destruir as estruturas desse império por meio de conscientização das pessoas simpáticas ao movimento comunista, mas também por meio da supressão à força das resistências que porventura houvesse, no sentido de obstruir esse objetivo.

Essa disputa entre o comunismo e a nova modalidade de império, acabou por estabelecer cenário bastante semelhante ao que existia anteriormente, quando o mundo acabou dividido em dois grandes eixos de países que disputavam a hegemonia por meio da guerra. Ocorre que, de um modo muito mais sutil, a disputa de então, servidas por meios bélicos, agora já não se perfazia. As diferenças se voltaram para o campo econômico mas, sobretudo, ideológico. Contudo, não houve recrudescimento em relação a abrir mão de uma postura mais incisiva de ambas as partes.

No Brasil, o ‘perigo comunista’ era uma grande preocupação após a guerra e houve a necessidade de implementar um serviço secreto que pudesse fazer frente a esse perigoso inimigo. Assim, foi criado em 6 de Setembro de 1946, o Serviço Federal de Informações e Contra-informação (SFICI), primeiro órgão brasileiro, de fato, voltado para o serviço de inteligência¹⁰¹.

Lucas Figueiredo o define, frente ao objetivo para o qual fora criado e à atuação dos militares das Forças Armadas, que seriam seus gestores, em que pese ser um órgão civil:

¹⁰¹ BRASIL. **Decreto-Lei N.º 9.775 ‘A’**, de 6 de setembro de 1946.

Naquele momento, mais importante que montar o serviço secreto era desenvolver uma doutrina para o órgão. Afinal, a cultura das Forças Armadas era toda voltada para a defesa das fronteiras e para a luta no exterior. Gerir um serviço secreto que teria como alvo a população de seu próprio país era uma missão bem diferente. E os militares não faziam a mínima ideia de como se lutava nesse novo tipo de guerra.

Se não sabiam como lutar, sabiam muito bem contra quem pretendiam lutar: os comunistas. O *Serviço* fora criado sob medida para eles. As Forças Armadas estavam entaladas com os admiradores de Karl Marx desde 1935, quando eles patrocinaram um desastrado levante armado no Rio, em Natal e no Recife¹⁰². A tentativa dos comunistas de fazer a revolução no Brasil resultara numa desconfiança insuperável por parte dos militares. Esse sentimento anticomunista no seio das Forças Armadas foi intensificado na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nos campos de batalha da Itália, a FEB atuara subordinada ao Exército dos Estados Unidos e, por conta disso, muitos oficiais brasileiros voltaram da guerra “americanizados”.

[...]

Dos Estados Unidos, herdaram também a fobia ao comunismo.¹⁰³

Os Estados Unidos, após a Segunda Grande Guerra, assumiram um papel anticomunista declarado e o mundo, por conta da bipolarização imposta, que ficou conhecida como Guerra Fria¹⁰⁴, ou se posicionava do lado americano, ou assumia as cores vermelhas da União Soviética e, conseqüentemente, do comunismo. Essa disputa pelo poder mundial acabava por trazer reflexos em nível global, mais incisivamente no continente africano e americano, nos quais os EUA intervieram.

[...] A fim de alimentar o anticomunismo na América Latina, os EUA começaram a investir pesado na doutrinação dos militares da região, sobretudo no Brasil. Os oficiais brasileiros passaram então a ser assediados por seus colegas americanos com convites para estágios nas academias militares dos Estados Unidos.

[...]

Por intermédio de seu secretário de Estado, John Foster Dulles¹⁰⁵, os Estados Unidos cobravam insistentemente de JK¹⁰⁶ a implantação do serviço secreto brasileiro. Passados dez anos de sua criação, o Sfici existia

¹⁰² Esse levante armado ficou conhecido com a Intentona Comunista de 1935, tendo sido levado a efeito, nas capitais dos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro. Foi promovido por militares influenciados pelos movimentos comunistas que se instalavam nas Américas. Mais a respeito em: ARAGÃO, José Campos. **A intentona comunista de 1935**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1972. 151p.

¹⁰³ FIGUEIREDO, op. cit, p. 53.

¹⁰⁴ Sobre o início da Guerra Fria tem-se um excelente panorama em: KNIGHT, Amy. **Como começou a Guerra Fria**: O caso Igor Gouzenko e a caçada aos espiões soviéticos São Paulo: Record, 2008. 362p.

¹⁰⁵ John Foster Dulles, foi advogado e Secretário de Estado Americano, durante o Governo do presidente Dwight Eisenhower (1953-1961).

¹⁰⁶ Referindo-se a Juscelino Kubitschek de Oliveira, foi presidente do Brasil entre 1956 e 1961.

apenas no papel e nas mentes dos oficiais da Escola Superior de Guerra¹⁰⁷. Dulles queria o Sfici na ativa, ou, em outras palavras, no encaço dos comunistas e de quem fosse identificado.¹⁰⁸

Começava aí um significativo empenho da recém-criada inteligência brasileira em buscar os inimigos comunistas, objetivando cumprir aquilo que os americanos tinham como base, que era o combate fervoroso à ideologia da ditadura do proletariado nas Américas. Esse intento tinha uma razão econômica fortíssima e estava alinhado com o objetivo dos militares, bem como de boa parte da sociedade, que era avessa às ideias comunistas que se difundiam de modo progressivo no Brasil.

Essa imagem anticomunista também foi reforçada pelo pensamento francês, inspirado na Guerra da Argélia, na qual a França se via às voltas com a insurgência na Argélia, então sua colônia. As expertises adquiridas durante esse período, na década de 1950, serviram também para influenciar, ainda que em menor escala, os objetivos que se delineavam para a inteligência brasileira.

Foi a doutrina francesa que serviu de alicerce ao edifício teórico que elaborou a tese do *inimigo interno* e redesenhou a Doutrina de Segurança Nacional¹⁰⁹. Segundo essa teoria militar, o adversário a ser combatido é o *inimigo interno*, representado por comunistas, intelectuais, operários, camponeses, líderes sindicais, estudantes e artistas, simpatizantes de ideias consideradas *subversivas*. Para lutar contra o inimigo interno, os militares brasileiros criaram a Lei de Segurança Nacional (LSN).^{110 111}

[...]

Todo o *savoir-faire*¹¹² da ‘guerra contrarrevolucionária’ foi transmitido pelos franceses, num percurso triangular que chegou à América Latina passando pelos Estados Unidos. Associados na formação dos militares para o combate à subversão, americanos e franceses eram, no entanto, concorrentes na venda de armas ao novo poder instalado no Brasil e, posteriormente, nos outros países.

Ressalte-se que a imagem gerada para os comunistas e seus simpatizantes era a de um inimigo real, aos moldes do que se combatia nos campos

¹⁰⁷ A Escola Superior de Guerra será melhor abordada à frente, mas sobre ela, há várias obras específicas, dentre elas: SANTOS, Everton Rodrigo. **Poder e dominação no Brasil: a Escola Superior de Guerra (1974-1989)**. Porto Alegre: Sulina, 2010. 223p.

¹⁰⁸ FIGUEIREDO, op. cit, pp. 55, 61.

¹⁰⁹ Sobre a Doutrina de Segurança Nacional, essa será abordada adiante.

¹¹⁰ A Lei de Segurança Nacional também será abordada à frente, nesse trabalho.

¹¹¹ DUARTE-PLON, Leneide. **A tortura como arma de guerra - Da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. pp. 37, 39.

¹¹² Expressão francesa muito utilizada para demonstrar conhecimento acerca de um tema. Em tradução literal significa ‘saber fazer’.

de batalha. O pensamento era não poupar esforços para que o ‘mal comunista’ não prosperasse por essas terras e, nesse sentido, o serviço de informações (inteligência), bem orientado quanto ao seu papel único e exclusivo de então, seria uma ferramenta bastante adequada para se ajustar às engrenagens de manutenção do poder estabelecido.

A partir daí, alguns adjetivos foram criados sistematicamente para identificar e personificar todo aquele que se opusesse ao governo. Destaque-se que a posição de neutralidade, nesse contexto, poderia ser interpretada como branca colaboração com os ideais comunistas, de forma que não eximia a pessoa de ser alvo de levantamentos e vigilâncias por parte do aparato da inteligência.

Palavras como ‘comunistas’, ‘inimigo vermelho’, ‘inimigo interno’ ‘subversivo’, dentre tantas outras, foram utilizadas amplamente para criar, não só dentro do serviço secreto, mas também no seio da sociedade, uma identidade própria de quem estivesse numa posição contrária ao governo¹¹³. Essa personificação serviria para caracterizar ainda mais os ideais da Segurança Nacional no país, bem como para estabelecer o ‘território’ onde as pessoas poderiam andar, ideologicamente falando.

A inteligência, nesse sentido, havia sido concebida para crescer e controlar a vida das pessoas, como um aparelho silencioso (mas não desconhecido) de posse daqueles que não abririam mão do poder e nem o perderia para os comunistas. Passava a atividade de inteligência, por si só e diante dessa peculiaridade, a se caracterizar como verdadeira ideologia a ser seguida.

Assim, fica claro que a instalação do comunismo, levado a efeito por partidos políticos e simpatizantes ‘de esquerda’, não foi algo que simplesmente chegou e se propagou nas cabeças das pessoas, de uma hora para outra. Houve todo um processo, um trabalho ideológico e doutrinário por trás disso, o qual corroborava com os ditames soviéticos, mas eram inversos aos ideais estadunidenses de continuidade do processo de dominação econômica e política, no qual se estabelecia como a grande potência do pós Segunda Guerra Mundial.

Os partidos comunistas fora da União Soviética, segundo a visão de muitos opositores do comunismo, não passavam, naquela época, de meros instrumentos de observação e produção de conhecimento para a URSS. Na

¹¹³ FIGUEIREDO, op. cit, passim.

impossibilidade de enviar agentes de inteligência – ou os ‘espiões’ da época – para os países onde esses partidos firmavam sua expressividade e pregavam os ideais soviéticos, os seguidores partidários poderiam ser muito úteis, no sentido de repassarem as informações sobre a situação que tinham ciência, eventualmente.

Nesse sentido, reportando-se à constituição dos partidos comunistas fora da União Soviética como instrumento de espionagem russa:

Os partidos comunistas, fora da União Soviética, têm sido usados apenas intermitentemente pelo Governo russo para fins de espionagem. Todas as vezes que algum dos seus elementos é apanhado em actos de espionagem, isso desacredita o Partido como organização local e idealista do ponto de vista político, e expõe-no a mostrar-se tal como realmente é: um instrumento de uma potência estrangeira hostil, um cúmplice de Moscovo¹¹⁴. Sempre que tais situações sucederam, como aconteceu frequentemente na Europa da década de 20, observou-se que, por uns tempos, houve um acentuado declínio no trabalho de espionagem levado a cabo pelos partidos comunistas locais.¹¹⁵

De fato, a ‘ameaça vermelha’ afligia o ocidente e os governos, sob a ótica da Segurança Nacional, herdada dos EUA, pretendiam combatê-la firmemente. Para isso, os serviços secretos tiveram um papel preponderante, como será visto adiante.

2.4 O ANO DE 1964 (GOLPE OU REVOLUÇÃO?) E O COMBATE AO ‘INIMIGO INTERNO’

Quando é discutido se o que houve no Brasil em 1964 foi um golpe ou uma revolução, é bom que se saiba de qual ‘lado da história’ está posicionada a pessoa que busca tal explicação. Para muitos, o que houve foi um clássico golpe de estado, com os militares ascendendo ao poder, alavancados por uma cobertura de parte da sociedade brasileira e pelos ideais econômicos e políticos norte-

¹¹⁴ O livro, cujo título original é ‘The Craft of Intelligence’, foi escrito originalmente em inglês e a tradução utilizada aqui foi realizada em Lisboa, no ano de 1963, seguindo o idioma português escrito e falado em Portugal, à época. Daí que algumas palavras podem ter a escrita um pouco diferente para os brasileiros, a exemplo de ‘Moscovo’, capital da União Soviética, que no Brasil teria a escrita ‘Moscou’.

¹¹⁵ DULLES, Allen. **Ofício de Espião**. Tradução de Lopes D’Azevedo. Lisboa: Livraria Bertrand, 1963. p.153. Em relação ao seu posicionamento, Dulles é bem firme e contundente. Suas informações a respeito do Partido Comunista se justificam, uma vez que sua análise tem sólidas bases e respaldo de todo um serviço voltado para suprir seu país, os Estados Unidos da América, com os melhores conhecimentos possíveis sobre o ‘inimigo’.

americanos. Para outros, foi uma verdadeira revolução, com a abrupta retirada de cena de um governo que não estaria correspondendo aos anseios da população, o que teria legitimado a ação dos militares.

O fato é que os militares, com o apoio de um grupo de políticos e parcela do empresariado brasileiro, destituíram o presidente João Goulart e se imiscuíram no governo, sendo que alguns estudiosos se referem a essa passagem histórica como sendo um ‘golpe civil-militar’¹¹⁶. Na verdade, ainda que tenha havido apoios diversos, foram os militares que, na madrugada de 31 de março de 1964, assumiram o país e trataram de adotar uma série de medidas enérgicas contra os opositores.¹¹⁷

No termo ‘revolução’, um cuidado muito grande deve ser tomado para não diminuir o sentido da palavra, dentro de um contexto social e de manutenção do poder. Também não se deve dimensioná-lo além do seu significado, de forma que a revolução seja considerada como algo grandioso, sem obedecer alguns parâmetros que o assunto requer.

Bonavides esclarece, voltando sua atenção para o aspecto sociológico do conceito de revolução, no que tange às mudanças que são impressas na sociedade, perante o fenômeno revolucionário:

Entendemos que se a mudança se refere ao pessoal de governo, não houve revolução, mas golpe de Estado; se a mudança porém atingiu a Constituição política e a forma de governo já é possível falar em revolução, a saber, revolução política; se, porém, as transformações se verticalizarem mais, descendo a grandes profundidades sociais, com “ascensão de uma nova classe ao poder” ou “aparição de um novo sistema de camadas sociais, redistribuição da propriedade ou até mesmo sua abolição”, com o advento de novas formas de vida econômica, aí o cientista político reconhecerá então a revolução social, objeto da temática sociológica e constitutivo da verdadeira sociologia da revolução.¹¹⁸

Trazendo um entendimento contrário de ‘revolução’, na concepção moderna e sob aspecto meramente sociológico, afirma-se “que a destituição violenta de um governante ou de vários governantes e sua substituição por outras pessoas,

¹¹⁶ Um dos melhores relatos sobre essa época, inclusive do envolvimento de entidades civis chefiadas por militares (IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e o IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e todos os seus detalhes tem-se em: DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**: Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 2.^a ed. Traduzido pelo Laboratório de Tradução da Faculdade de Letras da UFMG. Petrópolis: Vozes, 1981.

¹¹⁷ FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro. Record, 2001. p. 72.

¹¹⁸ BONAVIDES, op.cit, p. 533.

sem mudanças da forma de governo, como acontece nas chamadas revoluções da América Latina, não constitui revolução”.¹¹⁹

Para se tomar algo como revolucionário, deve-se ter em mente que existe uma necessidade de subverter a ordem vigente, sobre determinado assunto ou estado de coisas, levando-se em conta uma ruptura abrupta com as estruturas consolidadas até então e trazendo à baila, novos parâmetros de obediência formal.

Sim, obediência. Ao falar em necessidade de obedecer, infere-se que o contrato social existente até então, no qual os cidadãos são obrigados a acatar, independe da sua vontade, mas em razão da sua condição inata. Revolucionar é, antes de mais nada, romper com aquilo que se julga ultrapassado, é impor uma nova ordem diante da anterior que, via de regra, é deposta por estar unicamente ligada à quebra da autoridade, ou mesmo, o seu enfraquecimento gradual.

No trabalho de Andrew C. Janos, intitulado ‘A tomada do poder – estudo sobre o papel da força e do consentimento popular’, o pesquisador americano, fazendo explanações bastante consistentes acerca dos motivos da revolução, referente à questão da quebra ou do enfraquecimento de uma autoridade central e representativa, perante uma massa dominada. Assim:

[...] a autoridade não existe independentemente da sociedade. Quando os valores e as expectativas sociais sofrem mudanças, a estrutura da autoridade sofre, também, crises, transformações e eventual desintegração.

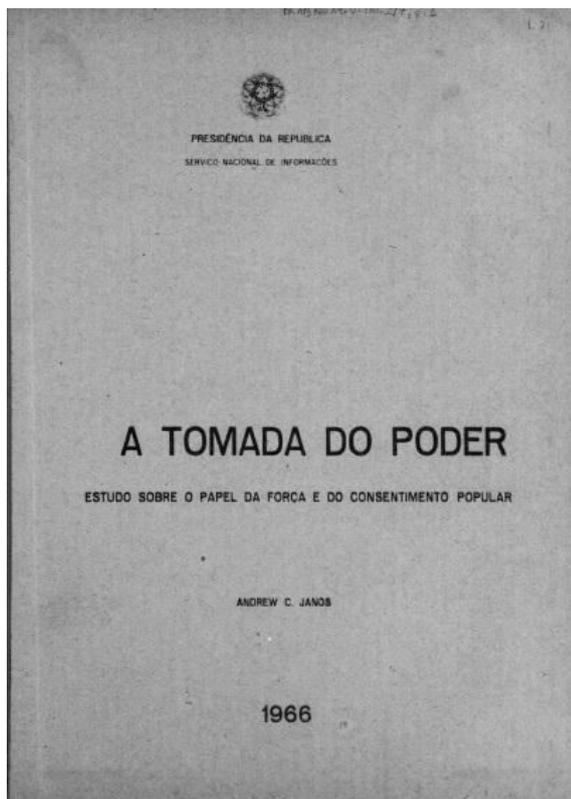
A revolução é a forma mais extremada e final da crise de autoridade. É a dissolução completa dos laços existentes entre governantes e governados, o advento de novas finalidades e estruturas de força, em substituição às antigas.¹²⁰

Janos deixa bem clara a sua ideia de que a revolução é um mover crescente relativo a muitos fatos, diferente do que é imaginado, vislumbrando no ato revolucionário algo que tenha sido repentino, originado de uma hora para outra. A bem da verdade, ela se dará a partir do momento que haja um colapso de autoridade, com um consenso generalizado em âmbito social, uma vez que a aceitação da sociedade é primordial para o sucesso.

¹¹⁹ HEBERLE, Rudolf. **Hauptprobleme der politischen soziologie**. Stuttgart: Verlag, 1967. Apud BONAVIDES, op. cit.

¹²⁰ ARQUIVO NACIONAL. BR_RJANRIO_X9_0_TAI_2,07. p. 3.

Figura 1 – Trabalho ‘A tomada do poder’



Fonte: Arquivo Nacional (2015)¹²¹

Em relação a ‘golpe de estado’, Bonavides ensina que o termo tem características bem distintas da revolução, trazendo seu aspecto intransigente e vigoroso:

Não obstante as afinidades que tem com os conceitos de revolução, guerra civil, conjuração e putsch, o golpe de Estado não se confunde com nenhuma dessas formas e significa simplesmente a tomada do poder por meios ilegais.

Seus protagonistas tanto podem ser um governo como uma assembleia, bem assim autoridades já alojadas no poder.

São características do golpe de Estado: a surpresa, a subitaneidade, a violência, a frieza do cálculo, a premeditação, a ilegitimidade.

Faz-as [sic] sempre a expensas da Constituição e se apresenta qual uma técnica específica de apoderar-se do governo, independente das causas e dos fins políticos que a motivam.¹²²

No caso brasileiro, sem querer entrar necessariamente na discussão dos motivos que levaram à queda do presidente João Goulart e à conseqüente assunção

¹²¹ ARQUIVO NACIONAL. BR_RJANRIO_X9_0_TAI_2,07

¹²² BONAVIDES, op. cit, p. 549.

do poder por parte dos militares das Forças Armadas,¹²³ a questão do choque de autoridade era notória, uma vez que Jango¹²⁴ era tido pelos militares como muito próximo aos ideais comunistas tendo, inclusive, feito uma viagem à China, que havia se convertido ao comunismo há pouco mais de uma década.¹²⁵

Nesse sentido, o jornalista americano Tim Weiner, relatando a situação vigente no Brasil do início da década de 1960 e esclarecendo sobre a CIA e sua influência nos países americanos, principalmente em relação à intenção dos Estados Unidos em impedir a expansão comunista no continente americano, faz uma análise dos fatos:

Na segunda-feira, 30 de julho de 1962, John F. Kennedy entrou no Salão Oval e ligou o moderno sistema de gravação novo em folha que mandara instalar no fim de semana. A primeira conversa que gravou foi sobre uma conspiração para subverter o governo do Brasil e tirar do poder o presidente João Goulart.

Kennedy e seu embaixador no Brasil, Lincoln Gordon, discutiram o gasto de US\$ 8 milhões para interferir nas eleições seguintes e preparar o terreno para um golpe militar contra Goulart – “para expulsá-lo, se necessário”, disse o embaixador Gordon ao presidente. O posto da CIA no Brasil deixaria “claro, discretamente, que não somos necessariamente hostis a qualquer tipo de ação militar, em absoluto, se ficar claro que o motivo da ação militar é...”

[...] ‘Contra a esquerda’, completou o presidente. Ele não deixaria que o Brasil ou qualquer outra nação do hemisfério ocidental se tornasse uma segunda Cuba.¹²⁶

Posicionando-se sobre os verdadeiros motivos do golpe de 1964 e trazendo uma análise pontual sobre o assunto, Fico assevera que o golpe foi algo construído não só pelos militares, mas por toda uma confluência de pessoas, dos mais variados seguimentos, que tinham cada qual diante da sua necessidade, interesses de impedir a permanência de Jango no poder:

Os estudiosos do golpe de 1964 e do período histórico que se seguiu têm insistido em um ponto: não deveríamos usar as expressões ‘golpe militar’ e ‘ditadura militar’, pois seriam mais corretas as designações golpe e ditadura ‘civil-militar’. A preocupação é louvável porque tem em vista justamente o fato de que houve apoio civil ao golpe e ao regime. Eu sustentaria, no entanto, um ponto de vista um pouco diferente: não é o apoio político que determina a natureza dos eventos da história, mas a efetiva participação dos agentes históricos em sua configuração. Nesse sentido, é correto

¹²³ Especificamente sobre o golpe de 1964 e todas as características dos momentos que a antecederam, consultar: FICO, Carlos. **O golpe de 64**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014. 148p.

¹²⁴ Apelido de João Belchior Marques Goulart, presidente do Brasil (1961-1964).

¹²⁵ FICO, 2001, op. cit, p. 13.

¹²⁶ WEINER, Tim. **Legado de cinzas**: uma história da CIA. Tradução de Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 219.

designarmos o golpe de Estado de 1964 como civil-militar: além do apoio de boa parte da sociedade, ele foi efetivamente dado também por civis. Governadores, parlamentares, lideranças civis brasileiras – e até o governo dos Estados Unidos da América – foram conspiradores e deflagradores efetivos, tendo papel ativo como estrategistas. Entretanto, o regime subsequente foi eminentemente militar e muitos civis proeminentes que deram o golpe foram logo afastados pelos militares justamente porque punham em risco o seu mando. É verdade que houve o apoio de parte da sociedade também à ditadura posterior ao golpe – como ocorreu durante o período de grande crescimento da economia conhecido como ‘milagre brasileiro’ –, mas, como disse antes, não me parece que apenas o apoio político defina a natureza de um acontecimento, sendo possivelmente mais acertado considerar a atuação dos sujeitos históricos em sua efetivação. Por isso, admito como correta a expressão ‘golpe civil-militar’, mas o que veio depois foi uma ditadura indiscutivelmente militar.¹²⁷

Não foi, portanto, uma ação unicamente gestada nos quartéis. A deposição de João Goulart foi um ato extremo e que objetivava contenção do avanço comunista internamente. Demonstrava ainda alinhamento definitivo à política econômica norte-americana, que há tempo expandia seus horizontes sobre a América.

Assim, após a assunção dos militares no poder, na pessoa do general Castelo Branco¹²⁸, a intenção deles era ‘moralizar o país e cuidar especialmente dos corruptos e subversivos’. Era o momento ideal para que as ideias de tomada de poder por parte dos comunistas fossem severamente sufocadas. Para isso, a atividade de inteligência, a qual estivera morna até então, recebeu um substancial implemento de importância.¹²⁹

2.5 A SUBVERSÃO E OS ANTAGONISMOS DE ESTADO

Largamente utilizado no Brasil entre as décadas de 1950 a 1980, com severa concentração após o início da década de 1960, o termo ‘subversão’ serviu para identificar todo e qualquer movimento popular ou mesmo pensamento contrário aos ideais de Segurança Nacional que os governos militares haviam concebido como necessário para o desenvolvimento do país.

Os simpatizantes do comunismo e os integrantes de movimentos reivindicatórios eram os principais acusados de subversão, imputação essa que

¹²⁷ FICO, 2014, op. cit. p. 10.

¹²⁸ Humberto de Alencar Castelo Branco era general quando assumiu a presidência do Brasil, no ano de 1964. Foi o presidente do Brasil entre 1964 e 1967.

¹²⁹ FIGUEIREDO. op. cit. p. 121.

tinha um efeito ígneo para a deflagração de graves conflitos sociais, principalmente no contexto da Guerra Fria, que dividia o mundo em dois polos.

A acusação de ser subversiva toda e qualquer pessoa que inclinasse à transgressão, à desobediência, ao enfrentamento frontal ao direcionamento político, econômico ou mesmo, ideológico, pesava sobre os ombros daqueles que tivessem sua conduta assim balizada. A capacidade que as forças de seguranças tinham em lidar com esse novo problema foi colocada à prova nesses anos, visto que estavam acostumadas ao combate bélico, há bem poucos anos.

O poder estava em disputa. Se por um lado o país, após 1964, esteve sob novos ditames, consoante o pensamento da lógica totalitária da segurança, por outro, a ameaça representada pelos simpatizantes da doutrina de Karl Marx ganhava força e, mais tarde, as ruas, nas pessoas de estudantes, sindicalistas, políticos. Houve um emprego indiscriminado e indevido desse termo, de modo que existe, ainda nos dias de hoje, muita confusão conceitual a respeito.

Mucchielli adverte sobre o risco abusivo do termo ‘subversão’, o qual não deve ser confundido com todas as formas de insurreição, de agitação revolucionária, contestação violenta, atentados políticos ou diferentes ataques à ordem pública, bem como com propaganda antigovernamental ou complô contra a segurança do Estado.¹³⁰

Dessa forma, ao designar toda e qualquer afronta à ordem, às leis e ao ordenamento vigente na sociedade, a rotulação como ‘ações subversivas’ acabava por se mostrar inadequada. De igual modo, quando se fala em oposições políticas ou pensamentos ideológicos contrários, por si só, sem ação oposta que tenha o cunho de disputa de poder, essa concepção não seria subversão, e sim, um posicionamento de ideias frente a um tema específico.

De uma certa forma, todas essas atividades são “subversivas”, no sentido em que subversão (do latim *survertere*: agitar, perturbar) significa etimologicamente *perturbação da ordem estabelecida*. Mas, na qualidade de técnica específica (o que, aliás, a dissocia de toda ideologia e a coloca ao serviço de qualquer causa) a subversão não é nem uma agitação, nem mesmo uma propaganda política propriamente dita. Ela não é um complô armado, nem um esforço de mobilização das massas; ela é uma técnica de enfraquecimento do poder e de desmoralização dos cidadãos; esta técnica está fundamentada no conhecimento das leis da psicologia e da psico-

¹³⁰ MUCCHIELLI, Roger. **A subversão**. Tradução de Georgina Simão Cury e Mitsi Rodrigues Vaz Garcia. São Paulo: Mundo Cultural, 1979. p. 14.

sociologia porque ela visa tanto à opinião pública quanto ao poder e às forças armadas d que este dispõe. Ela é *ação sobre a opinião* por meios sutis e convergentes, que vamos descrever.¹³¹

A concepção da ideia de subversão, bem como a sua visão prática, foi motivo de preocupação, inclusive, dos órgãos de informações da época, principalmente do SFICI, precursor do expoente máximo das preocupações com a expansão do pensamento subversivo no país, o SNI, que foi criado em 1964. Segundo o Glossário de Informações:¹³²

SUBVERSÃO – (1) Ação tendente a enfraquecer a lealdade de uma pessoa ao seu governo ou organização como prelúdio à defecção ou ao trabalho de recrutamento.
(2) Esforços para alterar o caráter ou fidelidade de um organização.

Mucchielli, com entendimento convergente ao conceito trazido no Glossário de Informações, mas buscando esclarecer sobre o caráter menos agressivo da subversão, traz que

A subversão é, pois, mais insidiosa que sediciosa. A ruína do Estado (desde que se trate de subversão interna) ou a derrota do inimigo (desde que se trate de subversão organizada do exterior) são perseguidas e obtidas por vias radicalmente diferentes da revolução (compreendida no sentido de confrontação entre exércitos opostos e de batalha territorial). O Estado visado desmoronará por *si mesmo*, na indiferença da “maioria silenciosa” (pois esta é um produto da subversão); o exército inimigo cessará *por si mesmo* de combater, porque ele estará completamente desmoralizado e enfraquecido pelo desprezo que o cerca; o chefe que tenha tentado manter a ordem, ou o quadro que se tenha oposto aos agentes subversivos, ou ainda os governos estabelecidos anteriormente, todos se esfumarão *por si mesmos*; ninguém os terá cassado oficialmente: eles partirão sozinhos, sob o olhar indiferente da população, pelo efeito da deterioração de toda autoridade.¹³³

Martins traz, referindo-se à preocupação que os militares tinham em relação ao ‘expansionismo comunistas’, influenciados pelas tendências norte-americanas e preocupados quanto à bipolaridade estabelecida pela guerra fria:

¹³¹ MUCCHIELLI, op.cit. p.14-5.

¹³² ARQUIVO NACIONAL. BR_RJANRIO_X9_0_TAI_1,13 (Glossário de Informações). O Glossário de Informações foi um manual reservado do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), datado de 1960, utilizado nos cursos de formação, com o intuito de capacitar os agentes do sistema de informações dentro dos princípios estabelecidos pela Doutrina de Segurança Nacional. Trazia diversos conceitos, termos e expressões e tratados no âmbito do Serviço de Informações.

¹³³ MUCCHIELLI, op.cit. p.15

E é a geopolítica, tão criticada pelos norte-americanos no decorrer da Segunda Guerra por ter sido a fonte para as teorias e práticas expansionistas e genocidas da Alemanha, que será apropriada em muitos de seus conceitos, evoluindo de acordo com o próprio evoluir da conjuntura internacional, sobre a *guerra total* ou *generalizada*, a *guerra fria*, a *guerra limitada*, a *guerra revolucionária* ou *subversiva*.¹³⁴

Esse posicionamento do autor está diretamente voltado para a ideia que os militares tinham em relação à doutrinação ampla quanto à Segurança Nacional, no conceito de atuação total do Estado na tutela da vida dos cidadãos, sendo responsável, inclusive, pelo direcionamento do pensamento ideológico da população, na intenção de protegê-la da ‘ameaça comunista’, direcionando, assim, o país ao progresso e bem-estar. Era a geopolítica, como o autor bem disse, que iria abarcar todos os assuntos de interesse nacional, inclusive como combater as ameaças que poderiam impedir o alcance desses objetivos, dentre as quais, a subversão.

Quanto aos conceitos de ‘guerra total’, ‘guerra fria’, ‘guerra revolucionária e subversiva’, esses também fizeram parte do corolário de ideias do governo daquelas épocas. Todos os esforços de estabelecimento de um governo forte estavam voltados para o combate às bases de proposição dos movimentos que levassem às tais ‘guerras’.

No compêndio de instruções intitulado ‘Estágio de Noções básicas de Guerra Revolucionária e Anticomunismo’¹³⁵, datado de 31 de agosto de 1962, várias noções desses conceitos de guerra são trazidas à baila, inclusive havendo um capítulo específico do curso, chamado de ‘*Segurança contra-subversão*’, que aborda de forma incisiva a preocupação que os militares tinham em combater a ideia do comunismo, mesmo sem terem ainda chegado ao poder, o que só ocorreu no dia 1.º de abril de 1964.

Consoante lição ministrada nesse capítulo do curso, abordando acerca das atividades subversivas, “A destruição das defesas de uma Nação é um dos principais objetivos dos elementos subversivos, na tentativa de preparar a posse, com êxito, de um país, mediante a revolução”.¹³⁶ Os ensinamentos delineavam como

¹³⁴ MARTINS, Roberto R. **Segurança Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 14.

¹³⁵ BRASIL. Ministério da Guerra. Estado-Maior do Exército. Estágio – Noções básicas de Guerra Revolucionária e Anticomunismo. Rio de Janeiro: 1962. Essa obra será abordada no próximo capítulo, como fonte primária de pesquisa.

¹³⁶ FERREIRA, Aurélio Alves de Souza *et al.* Estágio – Noções básicas de Guerra Revolucionária e Anticomunismo. **Ministério da Guerra**. Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro: 1962. p.1.

finalidades da ação subversiva, atuações nos campos políticos, psicossocial, econômico e militar, de forma a engendrar-se nessas áreas e atuarem maciçamente, consoante metodologia própria.

Assim, na mesma compilação da instrução, sob uma ótica bem direcionada, é vista a preocupação que as Forças Armadas (FFAA) tinham em dar uma resposta a esse problema que a subversão comunista representava:

Devemos nos convencer que estamos em plena fase da guerra fria e não podemos esquecer, que é imprescindível conhecer o comunismo, suas táticas e sua estratégia para estarmos em condições combatê-lo. A subversão comunista, em processo subterrâneo de evolução em nosso território, deve ser observada e combatida nas FF AA e pelas FF AA, com exata compreensão, de seus métodos e processos; por isso mesmo, dedicaremos uma sessão especial, para estudarmos a subversão comunista no Brasil. Aqui, nos cingiremos, apenas, a uma referência.¹³⁷

Dessa forma, o que fica explícito é que a utilização do termo 'subversão' e suas variações, não observou uma fidelidade à tentativa de caracterização da ameaça que o avanço comunista representava perante os ideais de Segurança Nacional apregoados pelos militares (e por parte da população brasileira) daquela época. Ser 'subversivo' passou a ser todo aquele que, de alguma forma, representasse um perigo, na tentativa de desestabilização do governo, independente se fosse simpatizante das teorias de Marx, terrorista, estudante, bandido, padre ou sindicalista. Quem quer que fosse contrário ao posicionamento oficial seria considerado um subversivo.

¹³⁷ Idem, p. 3.

CAPÍTULO 3

CENÁRIOS DO BRASIL E A GÊNESE DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA BRASILEIRA

O mundo, ao término da Segunda Grande Guerra, estava às voltas com novas concepções de 'guerra'. Prosperava uma diferente modalidade de combate, muito mais abrangente que as guerras do passado, travadas eminentemente com recursos bélicos e sob o esteio de estratégias militares. O estudo da estratégia deveria ser voltado para outra realidade, com um inimigo diferente daquele dos campos de batalha, quer por seu potencial ideológico, quer por sua atuação silenciosa e contínua.

Golbery do Couto e Silva, oficial do Exército e um dos idealizadores da Segurança Nacional no Brasil, fez observações pessimistas, incutindo a ideia de que a guerra seria contínua dali em diante, sob novas modalidades e com riscos iminentes à segurança das pessoas:

A insegurança do cidadão dentro de cada Nação e a insegurança de uns Estados em face dos outros, a visão onipresente da guerra – guerra civil ou guerra subversiva ou guerra internacional – dominam o mundo de nossos dias e explicam, por si sós, essa ânsia neurótica com que os indivíduos – desamparados, as multidões – em pânico, os povos – desiludidos e aflitos, a Humanidade, enfim, se ergue e se lamenta e se debate, disposta até a escravizar-se a quaisquer senhores e a quaisquer tiranias, desde que lhe ofereçam, num prato de lentilhas, um pouco de segurança e paz. E, assim, acaba ou acabará afinal por perder, com a Liberdade traída, a própria Segurança por que tanto almejava.¹³⁸

Acerca desse panorama global e sob um ponto de vista político, o 'combate' agora permeava o campo das ideias, da propaganda ideológica e das desconstruções internas, fazendo com que a dúvida acerca do futuro fosse o sentimento mais evidente nas preocupações estatais para de ali em diante. As Forças Armadas e, notadamente o Exército, perceberam que suas atuações no pós-guerra deveriam ter alterações substanciais. Saía do cenário o combate em campo aberto, corpo a corpo, e entrava a guerra insidiosa, sorrateira, atuando sobre ideias e concepções, voltada para o convencimento e a mobilização das massas.

¹³⁸ SILVA, Golbery do Couto e. **Planejamento estratégico**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 364.

3.1 A IDEOLOGIA DA SEGURANÇA NACIONAL

A tarefa de adequar a esse novo cenário, no qual a intervenção militar direta não se justificaria como há algumas décadas atrás, exigiu das Forças Armadas uma verdadeira reinvenção das suas atuações no cenário nacional. Passou-se a condensar objetivos concebidos para uma nova realidade, aliando o poder combativo com o propósito de criação de uma base ideológica e doutrinária na qual o país encontrasse sustentáculo consentâneo aos seus propósitos de desenvolvimento como nação forte.

Alinhado com a concepção norte-americana acerca de segurança total contra as ameaças exógenas que precipitavam a inserirem-se no campo endógeno, o pensamento sobre as necessidades brasileiras de se proteger igualmente passou a fazer parte do ideário militar. Golbery expõe essa preocupação de forma alarmada, como que aconselhando e conclamando ao combate:

Homens de todas as latitudes e de todas as raças – a guerra é global -, homens de todas as idades – a guerra é permanente -, homens de todas as profissões e dos credos mais diversos – a guerra é total -, devemos pois, olhar bem de frente essa Esfinge dos novos tempo [sic], para decifrar-lhe o mistério tremendo que em si mesmo encerra e fortalecerno-nos na defesa da Liberdade, que é exigência essencial e impenhorável da condição humana, para que nem na guerra acabemos por soçobrar, vencidos, nem por ela mesmo soçobre, afinal, conosco a Humanidade inteira.¹³⁹

Antônio Arruda, citando as palavras do marechal Juarez Távora¹⁴⁰, em palestra realizada na ESG, concorda com o conceito sobre Segurança Nacional, que diz ser ela:

O grau relativo de garantia que, por meio de ações políticas (internas e externas), econômicas e psicossociais (inclusive as atividades técnico-científicas) e militares, um Estado proporciona à coletividade que jurisdiciona, para a consecução e salvaguarda de seus Objetivos Nacionais, a despeito dos antagonismos existentes¹⁴¹.

Essa compreensão sobre Segurança Nacional impõe a amplitude do conceito como uma expressão da pretensa ‘mão alongada do Estado’, em tutelar amplamente a vida dos seus administrados, sob vários aspectos (político, administrativos, econômicos, etc.). Nesse sentido, tem-se o advento de novos

¹³⁹ SILVA, op. cit, p. 364.

¹⁴⁰ Távora foi o segundo comandante da ESG, de dezembro de 1952 a agosto de 1954.

¹⁴¹ ARRUDA, Antônio. **ESG**: história de sua doutrina. São Paulo: Edições GRD, 1980. p. 21.

elementos nessa concepção pluralista, o que massifica a crença de um Estado ‘quase total’, com seu norte voltado para o alcance dos objetivos nacionais.

O marechal Távora aduz, focando estabelecer conceitualmente, o entendimento desses tais objetivos. Isso se dá sobre a possibilidade de a Segurança Nacional ser afetada em seus valores expressos:

Objetivos nacionais são realidades ou aspirações, relacionadas com a integração física, política, econômica ou social de uma nação e que consubstanciados objetivamente no espírito da elite, se transmite a sensibilidade do povo-massa como hábitos ou necessidades unânimes ou generalizadas da coletividade nacional.¹⁴²

Duas conclusões que podem ser extraídas, concernentes ao entendimento sobre Segurança Nacional: a primeira está voltada para a intervenção dos militares na política nacional, como resposta à resolução dos problemas nacionais enfrentados até então. Já a segunda conclusão tem a ver com a ênfase dada ao projeto político nacional, com a elaboração de uma Doutrina deslocada de vontades particulares e focada no interesse nacional, podendo ainda contemplar os interesses civis, em última análise.¹⁴³

Para Martins, “a Segurança Nacional não faz distinção entre *inimigo externo* ou *interno*. Para ela, o inimigo é, por excelência, o *comunismo internacional*.”¹⁴⁴ O autor é claro em afirmar que o significado da ideia de segurança mudou e foi bastante utilizado no Brasil pós-64, uma vez que os tempos “eram outros”.¹⁴⁵ Nesse mesmo sentido, tendo as atenções voltadas para a ameaça que os ideais comunistas representavam para o país, o maior risco seria que o pensamento ideológico oriental reverberasse. Isso se deveria ao fato de que o comunismo “se infiltra, propaga sua ideologia, ganha adeptos no seio do povo”.¹⁴⁶

Mário Pessoa, com pensamento voltado para as novas configurações que a guerra ideológica apresentava, expõe:

O conceito de Segurança Nacional ampliou-se à proporção em que foram sendo revelados os múltiplos fatores que a condicionavam, surgidos

¹⁴² ARRUDA, op. cit, p. 21.

¹⁴³ SANTOS, Everton Rodrigo. **Poder e dominação no Brasil**: a Escola Superior de Guerra (1974-1989). Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 37.

¹⁴⁴ MARTINS, op. cit, p. 9.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 7-8.

¹⁴⁶ Ibidem, op.cit, p.9

principalmente com a moderna concepção de guerra interestatal e com a luta ideológica entre os mundos democrático e socialista.¹⁴⁷

Golbery, raciocinando sobre o papel que a Segurança Nacional poderia vir a desempenhar perante os objetivos do país, discorre a respeito dos antagonismos vividos pelo Estado à época e expõe sob outra ótica:

Nesse campo de primacial importância para a vida da Nação, do qual dependem, na verdade, a sua sobrevivência, sua integração cada vez maior, a prosperidade do povo e um sólido prestígio internacional e onde se joga na paz contra a tragédia da guerra e na guerra contra a miséria da derrota, não há de fato – nem poderia haver em sã consciência – quem negue no Governo a responsabilidade total e, pois, o direito incontestável de agir, orientando, mobilizando, coordenando, para tal fim, todas as atividades nacionais. E a concentração maior de poder que daí resultar, em mãos dos delegados da vontade do povo, a ampliação da esfera de atribuições reservada ao Poder Executivo, as restrições impostas aos próprios direitos de cidadania na forma prevista nos textos constitucionais são corolários iniludíveis de toda situação de reconhecida gravidade para a Segurança Nacional – a aplicação de tais corolários comportando, como é evidente, grande margem de flexibilidade que lhes permita convenientemente adequar-se ao progressivo aumento ou relaxação das tensões externas ou internas que se estejam a manifestar.¹⁴⁸

Tal pensamento tornou-se recorrente e serviu como base para o desenvolvimento de um arcabouço doutrinário nos estudos da geopolítica no país. Isso fez com que a visão de Segurança Nacional apresentasse uma tutela total do governo perante o povo, alterando o entendimento anterior de que haveria somente garantias de incolumidade para a população.

O contexto daquela época era de grande conflitualidade, angústias e antagonismos. Por esse motivo, sem entrar no mérito da questão, o entendimento de Golbery remetia à ideia de que o cidadão não poderia, por seus próprios esforços, contribuir para a segurança e o desenvolvimento do país, sentenciando:

A Segurança Nacional exige um planejamento específico e este será, com toda certeza, uma verdadeira escola da técnica a aplicar mais tarde, quando entrarmos confiantes e resolutos na era da planificação geral, racionalizando por fim as atividades do Estado e coordenando sabiamente, sem quebra dos princípios democráticos, as iniciativas públicas e privadas.¹⁴⁹

¹⁴⁷ PESSOA, Mário. **O direito da segurança nacional**. São Paulo: Bibliex, 1971. p. 113.

¹⁴⁸ SILVA, op.cit, p. 23.

¹⁴⁹ SILVA, op. cit, p. 26.

As bases doutrinárias estavam lançadas desde a criação da ESG e vinham sendo desenvolvidas ano a ano, no intuito de gerar uma verdadeira doutrina voltada para a Segurança Nacional. Com isso, os referenciais de desenvolvimento do país estariam definitivamente lançados e a conquista do poder seria chancelada por meio dos ideais que estavam sendo sedimentados, dia a dia, afastando a ameaça comunista.

Antônio Arruda observou que

Logo depois, a guerra fria e a guerra revolucionária puseram em destaque outros aspectos insidiosos da guerra contemporânea. Essas novas modalidades de conflito procuram o controle progressivo da Nação, pela destruição sistemática dos seus valores, das suas Instituições, do seu moral. A agressão já não vem apenas de fora, para a qual basta a defesa, entregue às Forças Armadas. Agora a população é atacada como um todo, e, para resguardá-la, é necessário algo mais abrangente.¹⁵⁰

Ainda segundo Arruda, “surgiu daí um conceito novo – o de Segurança Nacional – mais amplo que o tradicional conceito de Defesa”.¹⁵¹ Essa posição consolida aquilo que veio a ser a principal característica da utilização ideológica da atividade de inteligência no Brasil até a abertura democrática.

3.2 A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

A inteligência brasileira, ou serviço de informações (como ficou mais conhecida no passado) que foi praticamente implementada na década de 1950 e praticada até os idos de 1970, tinha o escopo não apenas de informar e auxiliar nas tomadas de decisões em nível governamental, mas também o de influenciar a opinião pública e promover um alinhamento comportamental à Doutrina de Segurança Nacional. Essa doutrina foi germinada na Escola Superior de Guerra (ESG) e recepcionada amplamente pelos militares das Forças Armadas.

A Doutrina de Segurança Nacional foi o mecanismo ideológico máximo da manutenção do poder nos governos militares, uma vez que se pautava por uma

¹⁵⁰ ARRUDA, Antônio. **ESG**: história de sua doutrina. São Paulo: Edições GRD, 1980. p. 4.

¹⁵¹ Ibidem, p. 19. A Defesa prende-se a um sentido estritamente militar. É um conceito que põe ênfase nas perspectivas de agressão externa, cuja repulsa cabe às Forças Armadas e que se identifica com os tempos em que a guerra convencional dominava inteiramente o campo militar.

concepção de que o 'inimigo' poderia embrenhar-se nos mais diversos segmentos do poder público. De igual modo, essa ameaça estaria possivelmente inserida no seio da comunidade, sob certa atividade e assumindo relevância social, o que poderia colocar em risco as bases de crescimento econômico, social e político pelas qual o país passava então, consoante avaliação do próprio governo da época.

Os ensinamentos doutrinários que seriam repassados à população, inegavelmente baseados na geopolítica, deveriam abarcar todos os detalhes das vidas das pessoas, conduzindo-as no sentido contrário aos ditames comunistas. Esses ideais eram frontais às concepções marxistas que tanto afligiam o ocidente. Nesse sentido, o general Lyra Tavares, opina acerca da necessidade de criar bases doutrinárias para que as pessoas pudessem ser levadas a concordar com os pensamentos concebidos dentro da ideia de que o governo deveria ser o grande protagonista das mudanças vindouras:

A tarefa educativa é extremamente difícil e delicada, tanto mais que a população rejeita tudo que de qualquer modo se assemelhe a propaganda. Por outro lado, essa mesma população está continuamente exposta a influências antidemocráticas que provêm de tendências radicais da extrema direita e, sobretudo da extrema esquerda. O Governo Federal tem, pois, obrigação de fazer todos os esforços possíveis para opor resistência às forças subversivas e demolidoras, educando a população pela disseminação da ideia de Democracia.¹⁵²

Tavares, ao expor seus parâmetros educativos para a população brasileira, a essa época já demonstrava nitidamente quais as intenções que seriam levadas adiante pela caserna frente aos rumos do país. O impedimento do avanço comunista estava intimamente ligado a um ideal de desenvolvimento nacional. As ameaças que o Brasil poderia vir a enfrentar seriam principalmente de cunho ideológico de esquerda e o inimigo de agora já vinha 'assombrando' a cena social interna há algum tempo.

O problema da defesa do Estado democrático contra os antagonismos internos, notadamente os agentes de ações subversivas que podem ameaçar a sua segurança, assume importância maior, nos dias de hoje, em razão dos processos novos de solapamento da ordem política e social constituída.

Não basta que o Estado esteja organizado em condições de enfrentar a eventualidade de uma guerra "ostensiva", caracterizada pela agressão

¹⁵² TAVARES, A. Lyra. **Segurança Nacional**: antagonismos e vulnerabilidades. Rio de Janeiro: Bibliex. 1958. p. 50.

militar partida do Exterior, pela manutenção das Forças Armada permanentes. Cumpre considerar o perigo de solapamento das instituições nacionais e do regime por meio das chamadas ações “invisíveis” que se dirigem, de centro do território, com o apoio externo, por processos sutis e técnicas cada vez mais aperfeiçoadas. Essas ações, orientadas contra os pontos vitais da organização nacional, são montadas cuidadosamente, e aproveitam, muitas vezes, elementos nacionais devidamente catequizados e instruídos, sobretudo os colocados em posição favorável para a execução mais fácil e mais segura dos planos estabelecidos.¹⁵³

Também é de relevância o fato de que, com a escalada mundial da disseminação doutrinária comunista, o Brasil, convergente como era às diretrizes emanadas dos Estados Unidos, seguia as orientações que melhor lhe convinham, dentro da bipolaridade mundial delineada pela Guerra Fria. Com isso, as motivações para o governo se interpor diretamente no cotidiano dos cidadãos, na intenção de promover ampla proteção social e ideológica, foram respaldadas na adoção dessa doutrina, que seria um passo evolutivo do pensamento ideológico.

Além do mais, a crescente interdependência entre as Nações, tornando o mundo cada vez menor, sujeita o Brasil a uma contextura internacional visivelmente complexa e instável, em que os fenômenos, sobretudo de ordem política e econômica, alcançam repercussão cada vez maior. E quem não seja suficientemente preparado, agora, para compreender esses fenômenos extraordinariamente mutáveis, não será capaz de reagir aos seus efeitos no futuro. Não é menos verdadeiro também que o passo inicial para a inteligente interpretação dos interesses em disputa, no conturbado plano externo, e do permanente conflito que marca um mundo dividido em unidades nacionais ou grupos multinacionais, reside no conhecimento prévio das estruturas políticas internas, da dinâmica de seu funcionamento e, em particular, na consciência da legitimidade dos valores consagrados e mantidos pelas instituições locais. Sem essa formação basilar, jamais o cidadão disporá da sensibilidade necessária à diligente visualização do contexto maior, onde os novos povos afirmam suas convicções e decidem seus destinos.¹⁵⁴

Após o término da Segunda Guerra Mundial, o efetivo brasileiro atuante pela da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e que combateu nos campos de batalha na Itália, retornou influenciado pela atuação estadunidense e com outro entendimento sobre o Brasil e a necessidade de implementação de medidas inovadoras sobre sua segurança nacional. Essa nova visão também foi fortemente reforçada pela criação do *National War College (NWC)*, em Washington, no ano de

¹⁵³ TAVARES, op. cit, p.51.

¹⁵⁴ GURGEL, José Alfredo Amaral - **Segurança e democracia**: uma reflexão política. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1975. p. 24.

1945. Tal instituição inovava quanto “à necessidade de estudos que estabelecessem novos princípios face à nova realidade do mundo”.¹⁵⁵

De forma revolucionária, os militares sentiam a necessidade de que o país pudesse agir diante dos novos desafios que eram conflagrados, passada a experiência de um conflito global e perante o cenário de bipolaridade mundial iniciada com a Guerra Fria. Os recursos bélicos para o combate estavam sendo substituídos por outro tipo de ‘armamento’, igualmente poderoso, mas não tão instantâneo, no que diz respeito ao poder destrutivo. Era algo novo no campo das ações sociais, gradual e desafiador até então.

Se a guerra atômica é uma ameaça, a guerra fria é, esta sim, atual. Para a Doutrina da Segurança Nacional, o grande fato atual é a grande novidade da guerra contemporânea: apresenta-se sob a forma de guerra fria. Suas formas são novas, mas é preciso aplicar-lhes todas as características de uma guerra, e responder a esta nova situação por uma estratégia apropriada. A guerra fria é uma guerra permanente: trava-se em todos os planos – militar, político, econômico, psicológico -, porém evita o confronto armado. A segurança nacional é exatamente uma resposta a esse tipo de guerra.¹⁵⁶

Para que os interesses pregados pela Doutrina fossem alcançados, a Segurança Nacional deveria ser levada a efeito no campo acadêmico para que sua prática pudesse ser amplamente respaldada. Necessitava-se de formular conceitos próprios alinhados à realidade brasileira, bem como inovar quanto à atuação das Forças Armadas também no cenário político e de forma primária. Para isso foi criada a Escola Superior de Guerra (ESG), destinada a se tornar um centro de estudos de excelência, voltado para os problemas brasileiros.

Agora, o caráter singular a ser observado no procedimento das Forças Armadas é o relativo à doutrina que defendem. Bem ao contrário do passado, quando somente intervinham em circunstâncias especialíssimas, para o restabelecimento da normalidade, os militares apresentam-se hoje firmados em suas posições, em nome de ideias, princípios, normas e métodos de trabalho, que pacientemente estudaram e consolidaram, a partir de 1949; pouco depois, como se nota, de haverem provocado a extinção do Estado Novo. Tais preceitos, consubstanciados na doutrina de Segurança Nacional, são o produto das observações, análises, comparações e conclusões firmadas na Escola Superior de Guerra, o chamado “Instituto de Altos Estudos”, que há um quarto de século vem reunindo civis e militares, para a discussão conjunta de problemas nacionais.¹⁵⁷

¹⁵⁵ MARTINS, op. cit, p. 10.

¹⁵⁶ COMBLIN, Pe. Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina.** Tradução de A. Veiga Fialho. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 39.

¹⁵⁷ GURGEL, op.cit, p.21.

Santos, inclinado à mesma opinião, discorre sobre o momento inicial de criação e quais os desafios que o novo estabelecimento de ensino enfrentaria, no que tange à massificação dos pensamentos que permeavam o ideário político e evolucionista do universo militar:

Assim, a Escola surge como uma instituição que tentará sistematizar um projeto aos militares e, por extensão, à sociedade, para enfrentar os novos desafios. Esse projeto residiria, entre outras, na confecção de um instrumental, mais especificamente de uma doutrina, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), com perspectivas normativas e valorativas que respondessem às adversidades de então. Esse instrumental não teria como característica elaborar respostas prontas à conjuntura, mas servir como um equacionador dos problemas nacionais, como de fato ocorreu na “revolução de 1964”.¹⁵⁸

Mais tarde essa Doutrina foi reforçada com a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), em 1964, mesmo ano de deposição do presidente João Goulart e assunção do primeiro presidente militar, o general Castello Branco. Num segundo momento, já no início dos anos 1970, houve a consolidação definitiva desse pensamento, com a implantação da Escola Nacional de Informações (ESNI), em Brasília.

Apesar de ser difundida em instituições e centros de ensino de informações, a DSN também foi amplamente reforçada com a edição de leis, decretos-leis, decretos e outros normativos que visavam reforçar a retórica doutrinária. Dentre os principais atos legais que reforçavam a preponderância do poder Executivo sob os demais, pode-se destacar o Ato Institucional n.º 2 (AI-2)¹⁵⁹, a Lei de Segurança Nacional (que na verdade era um decreto-lei e não uma lei propriamente dita)¹⁶⁰, o Ato Institucional n.º 5 (AI-5)¹⁶¹ e a segunda Lei de Segurança Nacional¹⁶² que, igualmente à anterior, tratava-se de decreto-lei editado pelo Executivo.

É interessante observar que nos textos desses dispositivos legais, sempre há a lembrança de que a segurança nacional é uma responsabilidade de todo e

¹⁵⁸ SANTOS, op. cit, p. 90.

¹⁵⁹ BRASIL. Ato Institucional n.º 2, de 27 de outubro de 1965. Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências.

¹⁶⁰ BRASIL. Decreto-Lei n.º 314, de 13 de Março de 1967. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Posteriormente, este decreto-lei foi amplamente reformulado pelo Decreto-Lei N.º 510, de 20 de março de 1969.

¹⁶¹ BRASIL. Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968.

¹⁶² BRASIL. Decreto-Lei n.º 898, de 29 de setembro de 1969. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências.

qualquer cidadão. Também existe a preocupação com a consecução dos objetivos nacionais, a preocupação com os 'antagonismos internos e externos' e com a guerra revolucionária e subversiva.

Pode-se dizer que a Doutrina de Segurança Nacional foi aos poucos perdendo o seu caráter meramente ideológico, servindo de base para um 'endurecimento' das medidas das quais o governo se valia para dar uma pronta-resposta às 'ameaças' contidas nos ideais comunistas. O AI-5 foi, definitivamente, o ato inaugural da transmutação de uma 'ideologia de segurança nacional' para uma 'ação de defesa nacional'.

As informações seriam usadas, de uma vez por todas, como sustentáculo de uma política de 'combate ao inimigo'. Por óbvio que o objetivo sempre foi impedir o avanço do pensamento ideológico vindo do Oriente. Isso exigia um aparelhamento de informações cada vez maior, com o objetivo de estar sempre um passo adiante dos opositores do regime.

No entanto, à medida que as chamadas 'ações subversivas' se tornavam mais incisivas, com manifestações públicas, ameaça de greves, guerrilhas urbanas e no interior do país¹⁶³, houve também o incentivo de radicalização de uma parte dos militares que queriam ações mais duras e pontuais contra aqueles que representavam ameaça aos seus ideais de conservação do *status quo*.

As 'informações' iniciavam um período de indefinição doutrinária. Havia a necessidade de um direcionamento que, até então, vinha sendo pautado no campo ideológico, tendendo ao assessoramento de Estado. A inclinação para a espionagem política pura e simplesmente era algo que lembrava os desmandos ocorridos em vários outros países, onde sistemas de segurança e defesa acabavam por se confundirem e virarem uma estrutura única, a serviço da repressão e dos desmandos¹⁶⁴.

¹⁶³ Cf. SILVA, Eumano; MORAIS, Taís. **Operação Araguaia**: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005. 609p. Ver também GODOY, Marcelo. **A casa da vovó**: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar: histórias, documentos e depoimentos inéditos dos agentes do regime. São Paulo: Alameda, 2014. 612p.

¹⁶⁴ Cf. WISE, David; ROSS, Thomas B. **O governo invisível**: as forças ocultas nos Estados Unidos. 2.^a ed. Tradução de Jório Dauster Magalhães e Silva. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1968. 395p.

3.3 INSTITUIÇÕES E CENTROS DE ENSINO DE INFORMAÇÕES

No Brasil do pós Segunda Guerra Mundial, a implementação da Doutrina de Segurança Nacional urgia em ser disseminada, como forma de primeira resposta ao avanço dos ideais comunistas no país. A criação do SFICI, em 1946, não bastava para que esse objetivo fosse alcançado. Havia a necessidade de ser criada uma sólida cultura de segurança, difundindo-a maciçamente, num primeiro momento, e aprimorando-a a partir do seu estabelecimento.

Essa ideologia pretendida estaria alinhada com o pensamento ocidental de contraposição à instalação do comunismo nas Américas. Para tanto, houve intercâmbio de militares brasileiros com outros países, principalmente os Estados Unidos, nesse primeiro momento. Isso fomentou as bases de edificação da inteligência brasileira, por meio do incentivo à instalação de instituições e centros de ensino próprios, voltados para o estudo e formação dos agentes de inteligência, bem como a planificação doutrinária em nível nacional.

Dentro da caserna já havia o estudo de uma cultura inicial de segurança, em detrimento dos consistentes estudos de defesa. Ainda assim, tais pesquisas eram realizadas de forma incipiente, apenas por coronéis e generais do Exército, mas tão somente em cursos obrigatórios de carreira. Com a necessidade de avanços para a segurança interna do país, em âmbito militar, foi dado o pontapé inicial para a criação paulatina de algumas escolas de informações destinadas a se perpetuarem.¹⁶⁵

3.3.1 Escola Superior de Guerra (ESG)

Sob a orientação majoritária da doutrina do *National War College* americano, dentro da estrutura do Estado Maior das Forças Armadas, foi criada a Escola Superior de Guerra (ESG), instituto de altos estudos destinado a “desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional”.¹⁶⁶

¹⁶⁵ ARRUDA, op. cit, passim.

¹⁶⁶ BRASIL, **Lei N.º 785**, de 20 de agosto de 1949. Cria a Escola Superior de Guerra e dá outras providências.

Comblin informa que iniciativa de se ter instituições de ensino superior organizadas pelas forças armadas e que estudassem os problemas nacionais de forma mais incisiva, foi uma tendência daquela época nos países latino-americanos que adotaram o sistema de segurança nacional, sob inspiração do modelo norte-americano. Aduz ainda que nesses países, os militares assumiram a posição de ensinar “a doutrina de um mundo em guerra, no qual a ciência da guerra constitui a ciência suprema, sob o nome de segurança nacional”.¹⁶⁷

Antes mesmo da necessidade de propalar as ideias sobre a Segurança Nacional, a ESG já estava em ‘gestação’ desde o ano de 1942, por assim dizer, quando da inauguração do primeiro Curso de Comando e Estado-Maior¹⁶⁸, o qual era destinado somente a militares das mais altas patentes do Exército.¹⁶⁹

A origem remota da Escola Superior de Guerra se prende a um curso de Alto Comando, criado em 1942 pela Lei do Ensino Militar e que se destinava apenas a generais e coronéis do Exército.

Esse curso hibernou até 1948, quando foi criada a Escola Superior de Guerra - a primeira ESG¹⁷⁰, digamos assim – que deveria ministrar o Curso de Alto Comando a que se referia a Lei do Ensino Militar¹⁷¹, já agora extensivo a oficiais das três Forças.¹⁷²

Santos esclarece acerca da legitimação e institucionalização da ESG:

A Escola Superior de Guerra (ESG) aparece, embrionariamente, no início dos anos 40. Inicialmente destinada a atender a formação de um público essencialmente militar, logo a instituição estenderia suas tarefas ao mundo civil, pois novas orientações acabaram sendo imprescindíveis, na ótica militar, ao ‘Estado Contemporâneo’, sobretudo, no que dizia respeito à racionalidade das tarefas governamentais. Assim, a Escola surge como uma instituição que tentará sistematizar um projeto aos militares e, por extensão, à sociedade, para enfrentar os novos desafios.¹⁷³

Criada a ESG, uma das suas principais bases de sustentação residia na assertiva de que a Segurança Nacional era uma função mais do potencial geral da

¹⁶⁷ COMBLIN, op. cit., p. 132.

¹⁶⁸ BRASIL. **Decreto-Lei n.º 4.130**, de 26 de fevereiro de 1942. Regula o ensino militar no Exército.

¹⁶⁹ SANTOS, op. cit., p. 93.

¹⁷⁰ Para Arruda, a ESG teve, quatro fases específicas anotadas até a década de 70: a primeira, de 1949 a 1952 (estudo da conjuntura), a segunda, de 1953 a 1967 (estudo da DSN e conceitos), a terceira, de 1968 a 1973 (estudo do Desenvolvimento Nacional) e a quarta fase, a partir de 1973, caracterizada pelos trabalhos em grupo. *In*: SANTOS, 2010, p.91.

¹⁷¹ BRASIL. **Decreto N.º 25.705**, de 22 de outubro de 1948. Estabelece normas para a organização da Escola Superior de Guerra.

¹⁷² ARRUDA, op. cit., p.1.

¹⁷³ SANTOS, op. cit. p. 90.

nação do que do potencial militar.¹⁷⁴ Os cidadãos, juntamente com todas as entidades do governo, tinham a obrigação de zelar pela segurança de todos, reconhecendo também que o desenvolvimento não dependia só de fatores naturais, mas também de fatores culturais.¹⁷⁵

Tomando por base bibliografia da própria ESG vê-se que, desde o início, havia a preocupação de que essa nova instituição de altos estudos não fosse vista tão somente sob o ponto de vista militar. As possibilidades de guerra bélica nos anos que seguiriam à criação da Escola eram consideradas, mas havia uma preocupação também de alinhar o ‘pensamento esguiano’ com a ideologia de Segurança Nacional que o Brasil herdava dos Estados Unidos.

Todos os problemas nacionais, e não só aqueles voltados para os conflitos entre países, eram temas a serem debatidos no âmbito da ESG.

A Escola Superior de Guerra nasceu sob a inspiração de alguns princípios imaginados pelos pioneiros que elaboraram suas normas de implantação. Entre esses princípios, merecem destaque os que afirmam que a Segurança Nacional é função mais do Potencial Geral da Nação do que de seu Potencial Militar, e que o desenvolvimento do Brasil vinha sendo retardado por motivos susceptíveis de remoção, à espera de que se utilizasse a energia motriz contida nas elites capazes de assumir os encargos de direção do esforço nacional. Isto se conseguiria com a criação de um instituto de altos estudos, que funcionasse também como centro permanente de pesquisas.¹⁷⁶

O fato é que a ESG permaneceu durante quase toda a década de 1950 e início da década de 1960 como sendo a principal instituição fomentadora da doutrina para a formação dos profissionais de informações. Seus cursos eram direcionados a civis e militares. Quando da necessidade de se criar o primeiro curso de informações, destinado a formar os quadros do SFICI, tal formação foi direcionada a integrantes da caserna, num primeiro momento.

Após esse período, a ESG cuidou das bases para a sustentação da doutrina, tendo influenciado diretamente a composição do texto da Lei de Segurança Nacional¹⁷⁷ e abrangendo largamente o estudo sobre temas como: poder, política, e estratégia nacionais, desenvolvimento, logística e mobilização do país. Também abrangeu estudos sobre sociedade, estado, nação, ética, moral, ideologia,

¹⁷⁴ GURGEL, op. cit. p.30; ARRUDA, op. cit. p.2)

¹⁷⁵ ARRUDA, op. cit. p. 3.

¹⁷⁶ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Fundamentos da Doutrina**. Rio de Janeiro: ESG, 1981.

¹⁷⁷ Cf. Nota 160.

instituições regimes políticos, guerra contemporânea geopolítica, informações, dentre outros.¹⁷⁸

[...] a Escola Superior de Guerra (ESG) constitui-se num locus de produção e recepção de formas simbólicas de tipo ideológico. Ou seja, a instituição caracteriza-se como um espaço de mobilização dos sentidos para sustentar relações de dominação civil-militares assimétricas e duráveis [...] constituindo-se, dessa forma, como um espaço de resistência ao aperfeiçoamento das relações civil-militares no processo de transição à democracia no Brasil e, conseqüentemente, de sustentação do regime autoritário.¹⁷⁹

Ao final do regime militar, se não diretamente envolvida nos assuntos da 'comunidade de inteligência', a ESG continuou como o aporte necessário à manutenção da doutrina que norteou por décadas as prioridades de informações nacionais. Como um centro de estudos políticos, ela soube traduzir a conjuntura do país em suas ações educativas, permanecendo incólume, mesmo havendo tantas mudanças políticas e instabilidades sociais.

Ainda nos dias de hoje, a Escola Superior de Guerra vem se atualizando e mantendo cursos regulares, com estudos sobre política estratégica, defesa, inteligência estratégica, logística e mobilização nacional, direito internacional e conflitos armados, dentre outros temas de grande relevância para o país.¹⁸⁰

3.3.2 Escola Nacional de Informações (ESNI)

Até o início dos anos 1970, a formação dos agentes e analistas de inteligência, se dava, quase que exclusivamente, na ESG. O primeiro Curso de Informações (CI) destinado a capacitar pessoal para o SFICI foi, inclusive, realizado na própria ESG, no ano de 1958¹⁸¹. Até então, praticamente toda a formação em inteligência dos oficiais das Forças Armadas tinha como matriz os cursos realizados fora do país.¹⁸²

¹⁷⁸ ARRUDA. op.cit; GURGEL. op.cit; passim.

¹⁷⁹ SANTOS, op. cit. p. 129.

¹⁸⁰ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Cursos Regulares. Rio de Janeiro: 2016. Disponível em <http://www.esg.br/index.php/es/cursos/cursos-regulares>>Acesso em 15.mai.2016.

¹⁸¹ BRASIL. **Decreto nº 43.810**, de 29 de maio de 1958. Cria, na Escola Superior de Guerra, o Curso de Informações (CI) e dá outras providências.

¹⁸² FIGUEIREDO, op. cit. p. 222-23; ARRUDA, op. cit, p. 1-2.

Algumas outras iniciativas de formação foram realizadas no âmbito das Forças Armadas. Um dos exemplos foi o Estágio de Guerra Revolucionária e Anticomunismo, promovido em 1962 pelo Ministério da Guerra, sendo ministrado pelo Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), por meio da sua Diretoria Geral de Ensino.¹⁸³

Figueiredo remonta àqueles tempos, lembrando que:

Com infinitas atribuições e na *comunidade de informações*, cresceu no SNI a demanda por pessoal. Pilar do Estado ditatorial, com ramificações em todo o país, o *Serviço* precisava de mão-de-obra qualificada em grande número. Apenas parte dos quadros do SNI passava pelos bancos escolares da ESG e das escolas do Exército, e mesmo assim o ensino nessas instituições era considerado muito vago e, portanto, insuficiente. O serviço secreto carecia de um centro de formação que ensinasse as técnicas de espionagem, que lecionasse várias línguas, que formasse analistas de informações ultra especializados e ainda fosse capaz de reciclar as chefias. O SNI tinha crescido demais e agora precisava de uma escola.¹⁸⁴

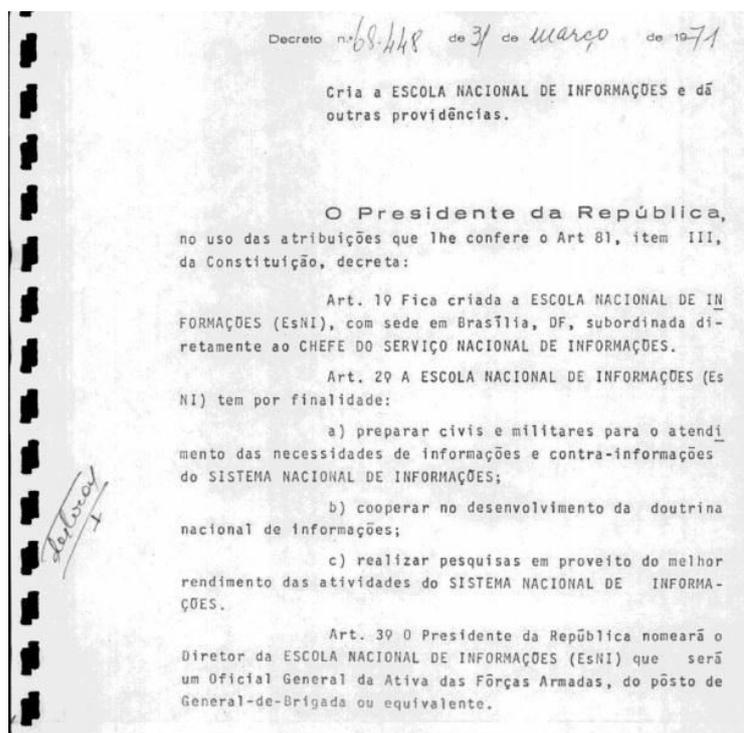
A respeito da necessidade de criação de uma estrutura própria, desvinculada dos estudos específicos sobre política e estratégia que eram levados a efeito no âmbito da ESG, a Escola Nacional de Informações (ESNI) foi criada, conforme Decreto N.º 68.448, de 31 de março de 1971¹⁸⁵. Essa estrutura de ensino foi vinculada ao SNI, sendo ligada diretamente ao seu chefe.

¹⁸³ FERREIRA, Aurélio Alves de Souza *et al.* Estágio – Noções básicas de Guerra Revolucionária e Anticomunismo. **Ministério da Guerra**. Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro: 1962. Encerramento, p. 2.

¹⁸⁴ FIGUEIREDO, op. cit. p. 221.

¹⁸⁵ ARQUIVO NACIONAL. BR_DFANBSB_V8_TXT_AGR_NRE_0073

Figura 2 – Original do Decreto de criação da ESNI



Fonte: Arquivo Nacional (2015)

Ana Lagôa se reporta à criação dessa escola, referindo à necessidade que a chamada 'comunidade de inteligência' tinha de especializar seus integrantes:

A partir da criação da ESNI – Escola Nacional de Informações, a comunidade passou a buscar a formação de um quadro de profissionais de informações, não sujeitos a flutuações de serviço. Mais que uma carteirinha, uma arma e um uniforme, suficientes ao policial comum, o profissional de informações requeria formação especializada. Na primeira semana de maio de 1972, para esse fim, era inaugurada em Brasília, a ESNI. A cerimônia foi discreta. O general Carlos Alberto da Fontoura deu a aula inaugural como chefe do SNI, órgão ao qual a escola se subordina. Na aula, o general disse que aquela não seria uma escola de espiões, mas de técnicos.¹⁸⁶

Fico relembra o caráter doutrinário da ESNI e a necessidade de formação dos quadros do SNI, não apenas de militares, mas também de civis:

Para implementar as atividades de informações, cabia ao SNI incentivar a especialização do pessoal, bem como 'promover a formação de uma correta mentalidade de informação entre os integrantes do SISNI'.¹⁸⁷
[...]

¹⁸⁶ LAGÔA, Ana. **SNI**: como nasceu, como funciona: São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 64.

¹⁸⁷ SISNI é a sigla de Sistema Nacional de Informações. Será abordado adiante.

A escola foi criada, durante o governo Médici, com base na experiência de um grupo de aproximadamente doze oficiais que estiveram no exterior, por um mês, estudando os serviços de informações de alguns países, como os Estados Unidos, Alemanha, Israel, França e Inglaterra. Cerca de 120 pessoas, por ano, eram formadas pela EsNI. Aproximadamente 90 eram civis. Os diversos ministérios selecionavam, previamente, esse pessoal, em sua maioria composto de indivíduos mais jovens.¹⁸⁸

Assim, a ESNI, a partir de 1972 já estava em pleno funcionamento, tendo sido responsável pela formação de milhares de pessoas ligadas ao SNI e a outros órgãos. Sua atuação manteve-se discreta durante vários anos, tendo sua atuação sido praticamente extinta no ano de 1990, juntamente com o SNI, que se transformou em um órgão menor, chamado DI (Departamento de Inteligência)¹⁸⁹. A nova designação da escola passou a ser 'CEFARH' (Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos, que oferecia "somente os cursos de reciclagem, que duravam em média apenas uma semana e meia."¹⁹⁰

Anos mais tarde, em 1999, a ESNI ressurgiu como ESINT (Escola de Inteligência), já dentro da recém criada ABIN (Agência Brasileira de Inteligência) e do SISBIN (Sistema Brasileiro de Inteligência).¹⁹¹

3.4 PRODUÇÃO DOUTRINÁRIA DE INTELIGÊNCIA

Desde o início da década de 1950, a literatura sobre Segurança Nacional recebeu um incremento significativo, com a adoção de ideias de intelectuais norte-americanos que vinham efetuando tal produção literária em seu país, com o incentivo do governo e como forma de conter o avanço da ideologia comunista com o uso da disseminação da doutrina de segurança.

No Brasil não foi deferente, ainda mais porque o que havia de produção, até então, era por conta da recém-criada ESG, a qual estava por constituir sua biblioteca própria, com edições de instrutores e alunos.¹⁹² Isso ainda ocorreria nos próximos anos, sob a influência originária dos EUA. Fato é que, no final dos anos

¹⁸⁸ FICO, 2001, op. cit. p. 82.

¹⁸⁹ BRANDÃO, op. cit. pp 111-12.

¹⁹⁰ FIGUEIREDO, op. cit., p. 453.

¹⁹¹ BRASIL. **Lei nº 9.883**, de 07 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências.

¹⁹² FIGUEIREDO, op. cit. p. 57.

1950 e início da década 1960, já existiam manuais e cursos iniciados, com o intuito de sedimentar os ideais da Segurança Nacional no país, preparando as bases para a assunção dos militares ao poder, os quais se engajavam cada dia mais nos problemas nacionais.

Sob esse cenário, algumas dessas obras e cursos, que na época recebiam classificação sigilosa (reservado, confidencial, secreto ou ultrassecreta), por muitos anos circularam somente no seio dos órgãos de inteligência. Esses materiais não eram do conhecimento de ninguém que não fosse afeto ao serviço de informações.

O estudo e a disseminação doutrinária concernente à ideologia da Segurança Nacional se deram de diversas formas, nas duas principais instituições que abrangeram a atividade de informações: a ESG, como berço ideológico e doutrinário e o SFICI, como órgão executivo e operacional. Apostilas, cursos, palestras, conferências, estudos de caso, aulas práticas, laboratórios, dentre outros, foram os métodos de ensino que, mais tarde, evoluíram para uma série de leis e normas que nortearam inteligência, enquanto atividade.¹⁹³

No livro abaixo, distribuído sob a forma de apostila interna de cunho informativo do Serviço Nacional de Informações¹⁹⁴ (vinculado, por óbvio, à Presidência da República), observa-se a preocupação do SNI em promover um maior esclarecimento à 'comunidade de informações', no que concerne às possibilidades de guerras fora do campo bélico. Essa, de certo, era a maior preocupação dos países que se pautavam pelas orientações econômicas e doutrinárias advindas dos Estados Unidos.

No documento, originalmente publicado em junho de 1965, nos EUA, é observado o prefácio da versão brasileira, demonstrando a influência que exerciam os pensamentos americanos sobre segurança. Ao referir sobre Herman Kahn, autor do livro, o pensamento dos integrantes do serviço de informações brasileiro ficam claros e elogios não são poupados:

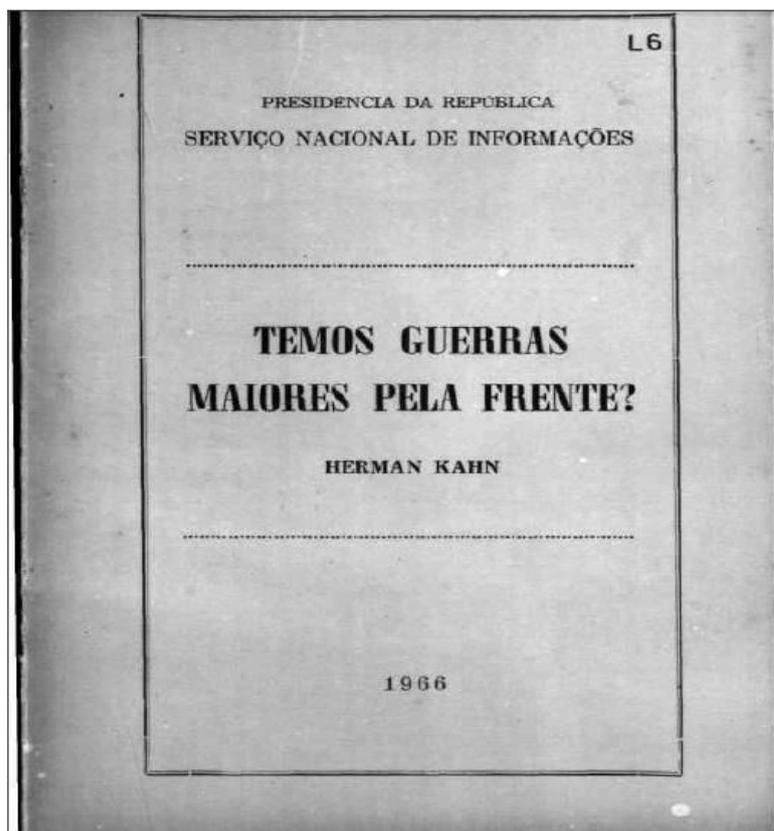
HERMAN KAHN é o autor de um novo livro "On Escalation — Metaphors and Scenarios" que está atraindo a atenção dos planejadores da defesa dos E.U.A. Kahn vem sendo, há anos, "mestre de estratégia" do Departamento de Defesa, da Comissão de Energia Atômica e de outras agências do Governo. Seus pontos de vista têm tido influência vital nas decisões da Casa Branca sobre a estratégia global da América. Físico e matemático,

¹⁹³ FIGUEIREDO, 2005, op. cit, passim.

¹⁹⁴ ARQUIVO NACIONAL. BR_RJANRIO_X9_0_TAI_2,09

Kahn é atualmente diretor do Instituto Hudson, organização sem fins lucrativos, que se especializou na pesquisa política de longo alcance da segurança nacional e da manutenção da ordem internacional. A presente entrevista foi publicada em "U.S. News & World Report", de 7 de junho de 1965.¹⁹⁵

Figura 3 - Capa do Livro 'Temos guerra maior pela frente?'



Fonte: Arquivo Nacional (2015)

A preparação dos novos agentes, as orientações para o serviço, a rotina desses órgãos, praticamente tudo, seguia os ditames dessas obras e cursos, dos quais podemos tomar alguns como base, na investigação da influência doutrinária desses sobre os rumos da inteligência brasileira.

3.4.1 Conferência do curso piloto de informações

Na conferência proferida pelo Brigadeiro João Mendes da Silva, em 1958, na Escola Superior de Guerra (Rio de Janeiro)¹⁹⁶, por ocasião da abertura do Curso

¹⁹⁵ ARQUIVO NACIONAL. BR_RJANRIO_X9_0_TAI_2,09, op. cit.

Piloto de Informações¹⁹⁷, é deixada bem clara a intenção de que a inteligência (referida como 'informações' à época) fosse a principal ferramenta utilizada pelo governo para que os 'interesses nacionais' fossem levados a termo.

Nessa oportunidade, o conferencista proferiu palavras para os estagiários do curso-teste, chamados estagiários, conclamando-os para que durante o período de formação (e após ele), tivessem na inteligência, enquanto atividade, o seu mote principal não só para o desempenho de suas funções, mas como verdadeiro vetor ideológico:

Isso exige, inicialmente que nos coloquemos de inteligência aberta, forrando o que vamos examinar e desenvolver no Curso com essa capa preciosa e preservadora que é o Espírito de Informação. Raciocinemos voltados para a Informação, escrevamos voltados para a Informação, discutamos voltados para a Informação, planejemos voltados para a Informações [sic], vivamos, sintamos, existamos para a Informação, dentro da Informação, servindo a Informação, sempre Informação. Implantemos a mentalidade da Informação. [...]

A informação tem três grandes grupos de trabalho – não raro sem o contato um com o outro – todos ligados entre si menos pelas posições relativas do que por esse espírito da Informação, essa devoção à Informação, essa mentalidade da Informação:

- o da busca de informes
- o da produção da Informação
- o da difusão da Informação.¹⁹⁸

O que se observa, durante toda a aula inaugural do curso, voltado para o ensino de Informações Estratégicas (Inteligência Estratégica), é a preocupação em demonstrar a importância das informações para o contexto de Segurança Nacional amplamente difundido naquela época.

Essa obsessão por uma cultura de segurança, após mais de uma década de término da Segunda Guerra Mundial, seguia bem a linha estadunidense de pensamento, imersa num contexto de Guerra Fria, no qual o Brasil era ombreado com os Estados Unidos, recebendo apoio, inclusive, para a implantação dessa doutrina.

¹⁹⁶ ARQUIVO NACIONAL. BR_RJANRIO_X9_0_TAI_2,04

¹⁹⁷ O Curso Piloto de Informações, lançado no ano de 1958, na ESG, tinha o escopo de capacitar profissionais para o serviço específico de análise de dados obtidos por meio dos serviços clandestinos e outras fontes, com o escopo de formular relatórios (conhecimentos) para auxiliar na tomada de decisão governamental. Nota-se durante o discurso de abertura que o Brigadeiro João Mendes da Cunha se refere, a todo momento, que o curso deveria ser a base para a atuação no Serviço Nacional de Informações (SNI), mesmo tendo sido realizado seis anos antes da criação oficial desse órgão.

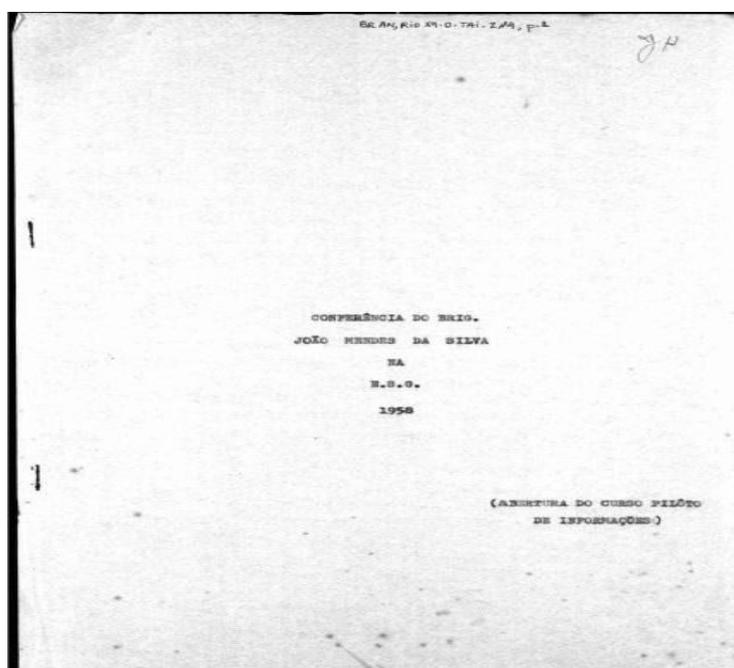
¹⁹⁸ ARQUIVO NACIONAL. BR_RJANRIO_X9_0_TAI_2,04. pp.6-7

No entanto, para que haja verdadeira doutrina acerca de um pensamento, não basta que sejam escritos manuais, normas ou até mesmo leis. O processo de doutrinação vai além, envolvendo o desenvolvimento de uma cultura própria, bem como a preparação por meio do ensino. Nesse sentido, a ESG foi o embrião de todo o ensino de inteligência no Brasil, uma vez que já contava há alguns anos com o apoio da CIA, o principal serviço de espionagem americano.¹⁹⁹

Tanto é verdade que, ainda na conferência do Curso Piloto, o Brigadeiro Mendes informa que no currículo haveriam três períodos de aulas, que totalizariam um ano cronológico. Esse curso teria carga horária inferior ao do Curso Regular, planejado para ser ministrado a partir de 1958.²⁰⁰

Dessa forma, os períodos abrangeriam assuntos básicos e doutrinários ministrados na ESG (1.º período), relacionados com a Segurança Nacional, o Poder Nacional, a Estratégia e o Planejamento; o 2.º período seria relativo ao estudo da informação e o 3.º período seriam estudados os campos 'político, geográfico, psico-social, técnico-científico, biográfico, econômico e militar'.²⁰¹

Figura 4 – Conferência do Curso Piloto de Informações



Fonte: Arquivo Nacional (2015)

¹⁹⁹ Cf. FICO, Carlos. **O golpe de 64**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

²⁰⁰ ARQUIVO NACIONAL. BR_RJANRIO_X9_0_TAI_2,04. p. 9.

²⁰¹ ARQUIVO NACIONAL. BR_RJANRIO_X9_0_TAI_2,04. p. 9, loc. cit.

Observa-se uma tendência bastante importante em ter um curso com esse viés sendo elaborado dentro da Escola Superior de Guerra e ainda diretamente influenciado pela doutrina americana de levantamento de informações. Esse conjunto de aspectos iria influenciar, definitivamente, o direcionamento a ser dado à atividade de inteligência no Brasil, a partir de então:

No primeiro período os senhores estagiários serão integrados na Escola Superior de Guerra, ambiente ideal para a realização do Curso de Informação de vez que ela é um laboratório para a Informação na Pesquisa, na busca, na elaboração da produção e na difusão, através dos outros cursos que aqui são ministrados, Superior de Guerra, de Mobilização de Comando, e Estado Maior das Forças Armadas e dos Serviços. Os que trabalham na Informação não poderiam usar terminologia diferente e nem conceitos outros que os usados nesta Escola onde, a rigor, este Curso de Informação deveria ter sido o primeiro criado e posto a funcionar pois que, a rigor ele deve fornecer os dados de base necessários aos mais importantes trabalhos realizados nos outros.²⁰²

A importância atribuída ao curso, enfatizada pelas palavras do palestrante, não deixam dúvidas de que as informações, a partir de então, seria o principal instrumento de condução das ações governamentais na defesa de seus interesses, que mais tarde seriam explícitos, quais sejam, barrar o avanço da doutrina comunista no país.

Nessa senda, eivado de notório entusiasmo com o futuro das informações no Brasil que se iniciavam ali, naquele ato, observa-se as palavras finais do discurso de abertura do período letivo:

E agora, meus senhores, eu vos concito a por em ação os vossos instrumentos próprios de trabalho, inteligência, memória, dedicação ao trabalho, esforço, capacidade intelectual e muita curiosidade para irmanados, realizarmos o Curso Piloto de Informações, fundação da catedral de Informação.²⁰³

Note-se que, em que pese serem estagiários de uma primeira formação, em teste, portanto, os discentes já eram conclamados a envidarem esforços em torno de uma irmandade embrionária, que tenderia a se tornar coesa, a medida que a doutrina fosse difundida e a cultura de informações prosperasse.

Outro aspecto interessante é a confiança depositada no sucesso (pretendido e esperado) desse e dos cursos vindouros, sob a temática na produção

²⁰² ARQUIVO NACIONAL. BR_RJANRIO_X9_0_TAI_2,04. p. 9.

²⁰³ ARQUIVO NACIONAL. BR_RJANRIO_X9_0_TAI_2,04. p. 10.

do conhecimento. Quando o conferencista fala em 'fundação da catedral de Informação', traz a impressão de querer adornar a atividade de inteligência com nuances sacerdotais, comparando o futuro Serviço Nacional de Informações (que, na própria conferência, ele já havia deixado bem claro que seria criado em breve) à uma catedral.

3.4.2 Apostila sobre o conceito de informações

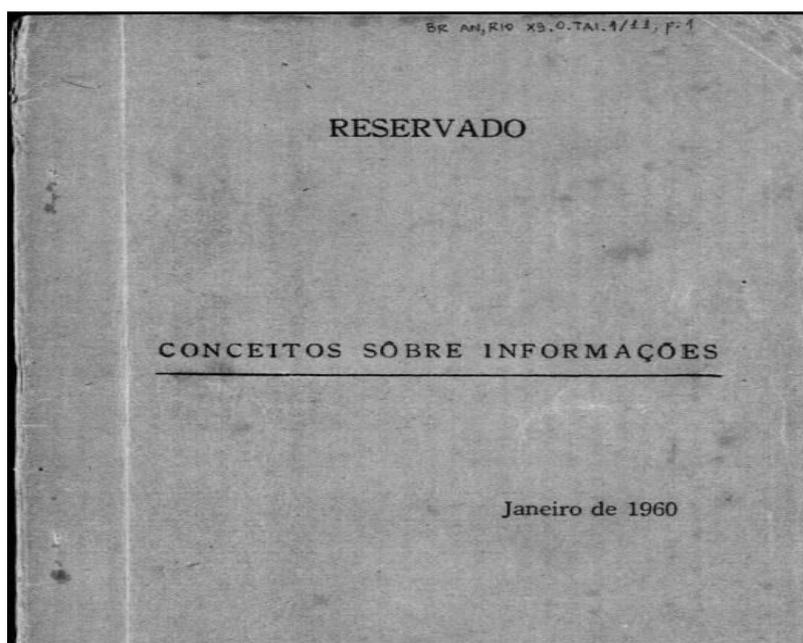
Em Janeiro de 1960, quando o SFICI dava seus primeiros passos, de fato²⁰⁴, durante um dos cursos que ora deixavam de ser embrionários e passavam a contar com frequência relativa, foram editados alguns documentos e apostilas. Tal material tinha o cunho didático e visavam formar os profissionais de informações que executariam com mais propriedade uma atividade que crescia, na medida em que as demandas governamentais por segurança nacional seguiam na mesma direção.

Essa condução de uma política voltada para o combate à ideologia comunista, ainda que não comungada de pleno pelo presidente da República (Jânio Quadros, à época), já era plena na cabeça de um dos seus principais expoentes, o então coronel Golbery do Couto e Silva, Chefe de Gabinete do Conselho de Segurança Nacional²⁰⁵.

²⁰⁴ Apesar de o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI) ter sido criado pelo Decreto-Lei N° 9.775 e 9.775-A, de 6 de Setembro de 1946, o SFICI só funcionou, de fato, a partir da sua regulamentação, por meio do Decreto Reservado n.º 44.489 "A", de 15 de Setembro de 1958, o qual dispunha sobre a sua organização e funcionamento, dando a ele as atribuições específicas de superintender e coordenar as atividades de informações que interessassem à Segurança Nacional.

²⁰⁵ O Conselho de Segurança Nacional (CSN) foi a evolução de vários órgãos ligados à Segurança Nacional. Em 1927, foi criado o Conselho de Defesa Nacional (Decreto n.º 17.999, de 29 de novembro de 1927, alterado pelo Decreto-Lei n.º 23.873, de 15 de fevereiro de 1934), evoluindo para Conselho Superior de Segurança Nacional (Decreto n.º 7, de 3 de Agosto de 1934). Posteriormente teve seu nome alterado para Conselho de Segurança Nacional (Constituição de 1937, Art. 146) e foi organizado pelo Decreto-Lei n.º 5.163, de 31 de dezembro de 1942), o qual incluiu as seções de segurança dos ministérios civis como órgãos complementares. No ano de 1946 o CSN foi regulamentado pelos Decretos-Leis n.º 9.775 e 9.775 "A" (Reservado), de 6 de dezembro. Saliente-se aqui que esses decretos foram os mesmos de criação do SFICI. A Secretaria Geral do CSN foi o órgão de assessoramento direto do Presidente da República responsável até o ano de 1958 por coordenar as atividades voltadas para a necessidade de produção de informações destinadas ao assessoramento do presidente.

Figura 5 – Apostila sobre conceitos sobre informações



Fonte: Arquivo Nacional (2015)

Na apostila sobre o Conceito de Informações²⁰⁶, logo no seu prefácio, pode ser percebida a influência da Escola Superior de Guerra na formação desejada para os integrantes do SFICI. A apostila foi reproduzida do material didático do Curso de Informações, que naquela época já funcionava na ESG. Em seguida, quando da definição do papel que as informações representavam no contexto da tomada de decisão, a noção é ampliada, convergindo para o balizamento da Segurança Nacional, de forma a abranger e influenciar:

Aqueles que por motivos profissionais estudam informações, em geral concordam serem elas, em seu sentido mais amplo, os conhecimentos necessários aos políticos e chefes para tomarem decisões acertadas, devendo também serem proporcionadas por um órgão especializado. Todavia, as opiniões divergem quanto ao grau em que as informações devem influir no processo que leva à decisão. Uma das opiniões é a de que os órgãos de informações devem coletar os dados necessários e relatá-los a quem couber decidir, que os avaliará e integrará aos outros fatores necessários à decisão. Outra opinião, essencialmente uma extensão da primeira, é a de que, além de buscar e transmitir dados aos dirigentes, um órgão de informações deve determinar o valor, a veracidade e a importância dos dados colhidos. Essa responsabilidade adicional amplia consideravelmente a tarefa de um órgão de informações e alivia os dirigentes do trabalho de estudar grande soma de dados. Uma terceira opinião, uma extensão ainda maior da acima relatada, é a de que órgão de

²⁰⁶ ARQUIVO NACIONAL. BR_RJANRIO_X9_0_TAI_1,11

informações deve colocar-se na situação dos dirigentes do outro país e, assim, tentar prever os acontecimentos.²⁰⁷

Observa-se uma nítida tendência, voltada para aquela realidade, de instituir uma ferramenta que opere de forma eficiente o maquinário ideológico que estava sendo construído paulatinamente. O interesse não era só o de assessorar o processo decisório nacional, mas sim, de influenciá-lo frontalmente e, quiçá, indicar qual a melhor decisão a ser tomada, consoante a Ideologia da Segurança Nacional.

3.4.3 Glossário de Informações

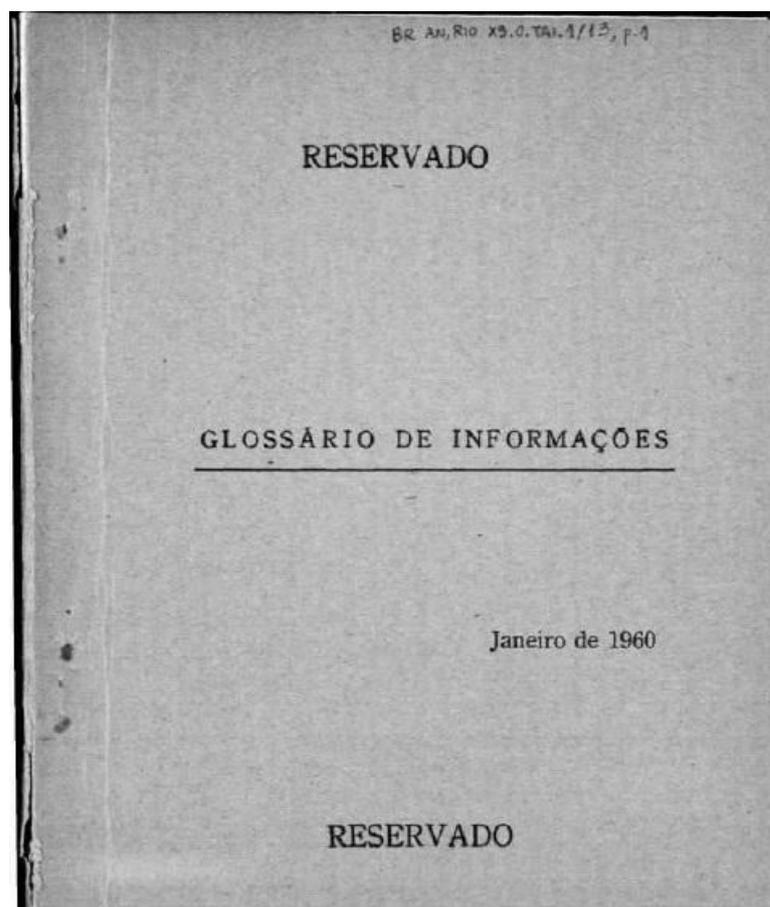
Relacionado como um dos primeiros documentos ligados à embrionária 'comunidade de informações', a elaboração desse glossário²⁰⁸ de termos e expressões ligados à atividade de inteligência (documento esse de classificação sigilosa reservada) denota, já naquela época, um esforço proeminente de fazer com que a linguagem utilizada pelos integrantes do serviço secreto brasileiro fosse uma só. A razão dessa uniformização era justamente a criação de uma identidade cultural, um sentimento exclusivo e de pertencimento, resultando num verdadeiro elo entre os órgãos encarregados da produção da informação em nível estatal.

Não obstante, a criação desse primeiro dicionário de termos do serviço de informações surgiu no momento em que a Doutrina de Segurança Nacional vinha ganhando força. O SFICI, outrora relegado a um plano meramente formal, envidava esforços, por meio dos seus integrantes majoritários, em capacitar, ainda que de maneira incipiente, os integrantes dos seus quadros, talvez vislumbrando já a importância que o serviço de informações assumiria dali em diante. Era o poder e a vigilância total, voltados para a obstrução da ideologia comunista no âmbito do território brasileiro.

²⁰⁷ ARQUIVO NACIONAL. BR_RJANRIO_X9_0_TAI_1,11. p. 3.

²⁰⁸ ARQUIVO NACIONAL. BR_RJANRIO_X9_0_TAI_1,13

Figura 6 – Glossário de Informações



Fonte: Arquivo Nacional (2015)

Note-se que, já no prefácio do Glossário de Informações, a ideia era sistematizar, com um vocabulário pertinente, uma linguagem própria, que inspirasse a impressão de um ambiente comunitário, com unidade de designíons, como se vê:

PREFACIO

Este GLOSSÁRIO representa uma primeira tentativa de sistematizar o emprego de termos técnicos pela comunidade de informações. Em sua elaboração houve a preocupação do adotar, sempre que possível, definições flexíveis. Sua publicação visa divulgar um documento a ser aprimorado com a colaboração de todos os que o compulsarem, para o que solicita-se o envio do qualquer sugestão.²⁰⁹

Vários termos aqui utilizados já caíram em desuso ou foram substituídos ainda naquela época. Nos dias de hoje, muitos seriam impraticáveis porém, naqueles tempos, envoltos numa aura hermética, de ‘combate ao inimigo’ e certos

²⁰⁹ ARQUIVO NACIONAL. BR_RJANRIO_X9_0_TAI_1,13.

de que as expressões e linguajar utilizados ficariam restritos tão somente aos órgãos integrantes da comunidade de informações, a sinceridade e fidedignidade com a qual algumas palavras expressavam o caráter ideológico de algumas práticas, coloca em dúvida a forma como a atividade de inteligência foi inicialmente conduzida no país. Como exemplos, pode-se citar o próprio termo 'clandestino', largamente utilizado para se referir às ações hoje chamadas '*operações de inteligência*' ou mesmo 'pesquisa de inteligência'.

Essa atuação é assim denominada por exigir o emprego de técnicas operacionais, geralmente em ambiente externo e sob forma discreta de agir. A intenção é a obtenção de um dado ou mesmo fragmento de informação, que não esteja disponível em fontes ou locais de fácil acesso. Ocorre que as ações operacionais de hoje eram chamadas 'ações clandestinas' na época do início da inteligência brasileira, o que dava, até mesmo segundo o glossário ora em comento, um ar de ilegalidade, de atuação sub-reptícia.

Algumas dessas palavras do Glossário de Informações, datado de 1960, merecem melhor observação, na intenção de aclarar o viés da formação e nivelamento dos agentes de inteligência de então:

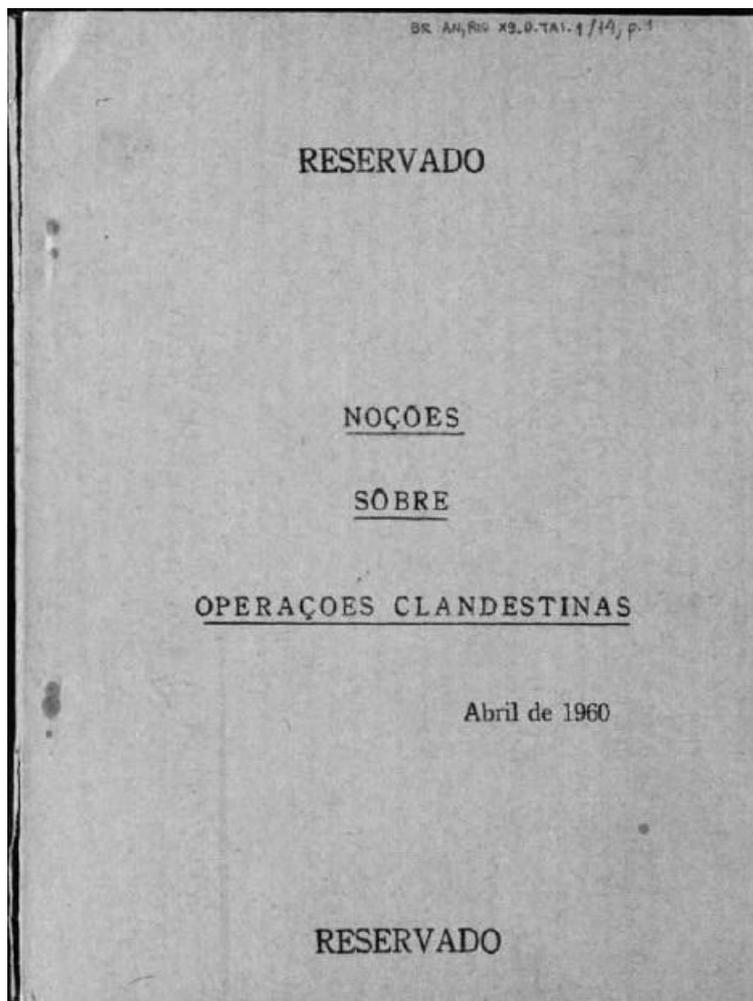
CLANDESTINO – Feito às ocultas. Ilegal. Ações realizadas sem o consentimento e conhecimento do objetivo. Todos os objetivos clandestinos caem em uma das seguintes categorias:

- 1) Colher informes (espionagem)
- 2) Penetrar e destruir (penetração, subversão e provocação)
- 3) Alterar uma situação (Sabotagem, Guerrilha e Guerra psicológica)²¹⁰

O que causa estranheza é que aparece em vários manuais e apontamentos dessa época, a expressão 'clandestino' ou 'clandestinas', referindo-se às próprias ações do serviço secreto do governo, e não dos simpatizantes da ideologia comunista, como seria mais compreensivo. Há inclusive manuais editados sob o título de 'Noções sobre operações clandestinas'. Talvez, tendo consciência do caráter não legítimo de algumas ações praticadas pelos agentes de inteligência, não houve pudor em assumir, *interna corporis*, que ilegalidades poderiam vir a serem cometidas, em prol de um objetivo maior, que era o banimento do pensamento comunista do seio do país.

²¹⁰ ARQUIVO NACIONAL. BR_RJANRIO_X9_0_TAI_1,13.

Figura 7 – Noções sobre operações clandestinas



Fonte: Arquivo Nacional (2015)

Outros termos merecem ainda citação, em relação ao glossário de Informações, principalmente devido à dualidade de seus significados:

COBERTURA – Identidade de proteção usada por pessoa, organização ou instalação para evitar a detecção e investigação das atividades clandestinas.

COMUNICAÇÕES CLANDESTINAS – São os canais utilizados para estabelecer contatos entre agentes e entre os diversos escalões de uma organização clandestina.

REDE – Sistema de organizações clandestinas para fins operacionais. A rede compreende uma sucessão de escalões e os especialistas de cada função específica, necessários ao cumprimento da missão. A expressão cadeia define uma série de agentes que recebem instruções ou informes e vão transmitindo sucessivamente até o agente principal. O sistema celular é característico de uma rede, cujo pessoal é agrupado em pequenas unidades que são relativamente autônomas e isoladas. Para maior segurança, e a da célula só se comunica com as demais através de um único agente da organização e um único membro da célula. Os demais elementos não

conhecem o agente, nem tão pouco a identidade e atividades dos membros das outras células.²¹¹

3.4.4 Estágio - Noções básicas de guerra revolucionária e anticomunismo

Dentre os vários documentos que serviram para demonstrar o universo ideológico que a Segurança Nacional apresentava no Brasil, sem dúvida, um expoente incontestável foi o compêndio do Ministério da Guerra/Estado Maior do Exército, adquirido em um sebo de São Paulo e intitulado “Estágio - Noções básicas de guerra revolucionária e anticomunismo”²¹². Esse documento, datado de 31 de agosto de 1962, foi carregado por uma forte carga ideológica e apresenta a atividade de inteligência, com seus desdobramentos doutrinários e operacionais, como uma ferramenta indispensável, a ser usada no combate contra o ‘inimigo interno’.

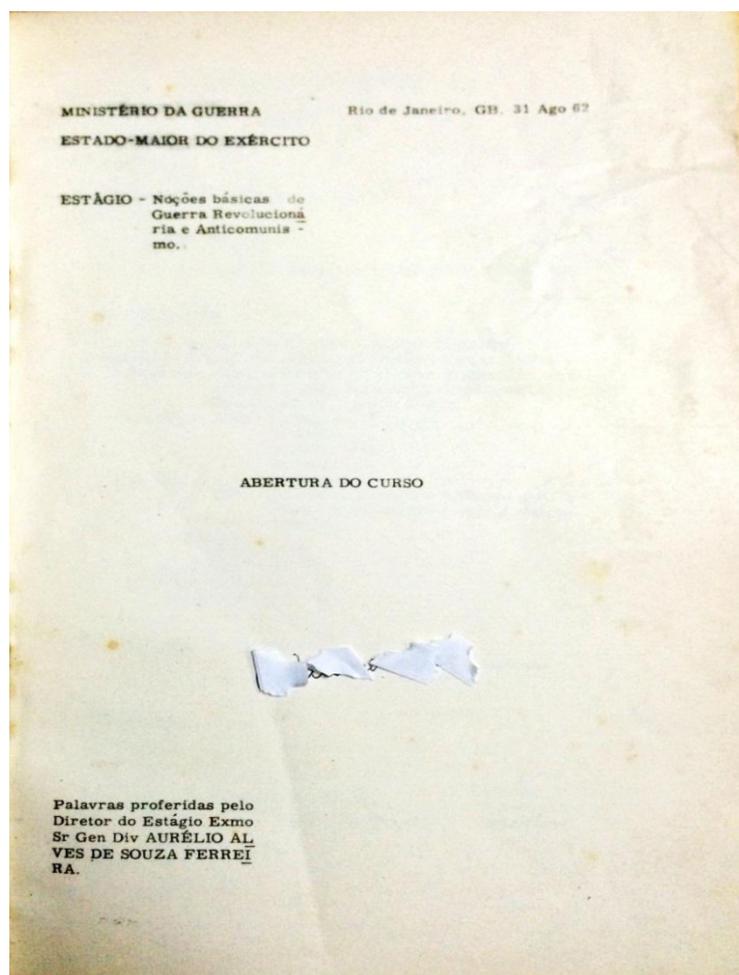
Dentre os participantes, a maioria das 90 vagas ficou para o Estado-Maior do Exército, que era a instituição promotora do curso. Um número de 60 dessas vagas destinadas aos Oficiais das Seções, desde a 1.^a Seção (Recursos Humanos) até a 5.^a Seção (Comunicação Social), passando pela Seção de Informações, Seção de Planejamento e Seção de Logística. Consoante orientação do caderno doutrinário, existia a determinação que, dentre o universo de alunos, os chefes de Seção e Subseção deveriam, de forma compulsória, frequentar o estágio.²¹³

²¹¹ ARQUIVO NACIONAL. BR_RJANRIO_X9_0_TAI_1,13.

²¹² FERREIRA, Aurélio Alves de Souza *et al.* op. cit.

²¹³ *Ibidem*, p. 1.

Figura 8 – Estágio de guerra Revolucionária e anticomunismo



Fonte: Arquivo pessoal (2015)

Outras 30 vagas foram também distribuídas, sendo cinco vagas para cada dessas subunidades militares ou Forças Armadas: DIE (Divisão de Infantaria Expedicionária), DACAA (Diretoria de Artilharia de Costa e Artilharia Antiaérea), DGE (Diretoria de Gestão Especial), ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército), Aeronáutica e Marinha. Todos os alunos desse estágio eram militares, portanto, e chamados 'estagiários', mesmo termo adotado pela ESG para dirigir-se a um dos alunos.

As matérias do estágio foram divididas basicamente em dois eixos estruturantes, sendo o primeiro voltado para o conhecimento amplo acerca do comunismo e guerra revolucionária. O segundo eixo era direcionado para o conhecimento de assuntos que comunicavam peculiaridades com a atividade de inteligência. Assim, sob a ótica inicial do curso tinha-se estudos que abordavam

aspectos básicos do Marxismo, técnicas construtivas e destrutivas, propaganda soviética, lavagem cerebral, arma psicológica, guerrilha, terrorismo, sabotagem, greves, motim, dentre outras. Já na parte de informações, as aulas eram voltadas para ações de segurança, contra-subversão, contraguerrilha, liderança, guerra psicológica, temas esses que hoje em dia não são abarcados pelo ensino da atividade de inteligência como eram nessa época.

O que se percebe, olhando-se a data do curso (31/08/1962), bem como o perfil dos participantes (todos militares das três forças), é que os horários destinados aos temas sobre guerra revolucionária e anticomunismo, de forma explícita, pretendiam preparar os militares para algo bem maior, que estava se desenhando no cenário de um futuro próximo. Era o prenúncio da tomada de poder por parte de integrantes da caserna, o que ocorreria em pouco mais de um ano e meio, no dia primeiro de abril de 1964, por meio da destituição de Jango da presidência do Brasil e a assunção do general Castello Branco.

A despeito disso, por meio das palavras proferidas pelo diretor do estágio, o general de Divisão Aurélio Alves de Souza Ferreira, pontua:

Se quisermos, realmente, defender a democracia precisamos nos preparar para a luta que teremos que travar, não esquecendo nunca, que os métodos, os processos, a tática e a estratégia empregada pelos comunistas varia segundo as características psico-sociológicas [sic] do meio em que se aplica. O cenário geográfico, as condições econômicas ou a tradição histórica de um povo modificam as formas de atuação, mas em suas linhas gerais, em seu conteúdo essencial e em sua sistemática, há sempre uma orientação doutrinária comum que deve ser estudada cuidadosamente para que possa ser combatida eficientemente.²¹⁴

Em seguida, o palestrante, que teve suas palavras agregadas às páginas ao corpo do compêndio de matérias, prossegue de forma explícita seu discurso, sendo ainda mais claro quanto aos objetivos daquele treinamento e as motivações que serviram de esteio para que ele ocorresse:

O nosso estágio representa um esforço de coordenação e de pesquisa despreziosa de documentação existente nos arquivos do ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Não podemos contar, como em outros países, com o concurso de sociólogos ou psicólogos, temos que nos restringir, por uma imposição dos nossos próprios recursos financeiros, às possibilidades que nos oferecem a vontade de aprimorar os nossos próprios conhecimentos, através do esforço idealista que anima nossa própria oficialidade. Se ao terminarmos os nossos trabalhos, tivermos contribuído para despertar ou

²¹⁴ FERREIRA, Aurélio Alves de Souza *et al*, op. cit, p. 3.

estimular o estudo dos problemas concernentes à Guerra Revolucionária e ao anticomunismo, teremos atingido nossos objetivos. Estamos ainda convencidos, que aqui serão fundadas as bases de um futuro Curso de Guerra Revolucionária e que das ideias que ventilarmos há de nascer uma melhor compreensão do processo revolucionário do mundo ideológico moderno.²¹⁵

Nesse sentido, sob um enfoque mais direcionado às informações e ao complexo serviço que essas poderiam trazer para o combate aos aludidos antagonismos e ameaças revolucionárias às quais o Brasil estava sujeito (consoante o ideário militar), o término do estudo sobre 'Segurança contra-subversão' faz nítida referência à importância que se atribua à atividade de inteligência e a suas maneiras de operação, em busca do conhecimento prévio:

É necessário que se conheçam as ideias básicas e as táticas subversivas do movimento subversivo que se pretende combater, para que se possa obter êxito na ação contra-subversiva. Se pretendemos combater o comunismo, é imprescindível, que conheçamos sua tática e sua estratégia, suas ideias básicas, seus métodos e seus processos. Só a utilização judiciosa dos informantes, dá busca nos arquivos, da análise, da ligação e da investigação podem conduzir a um conhecimento exato da subversão e proporcionar os dados indispensáveis à ação contra-subversiva. Subestimar as possibilidades de um movimento subversivo ou improvisar as medidas repressivas podem conduzir o Serviço de Informações a fracassos irreparáveis.²¹⁶

Cabe a observação pontual a esse último trecho citado, no qual o marechal Juarez informa, com a utilização de linguagem direta que o conhecimento prévio das potencialidades de um movimento subversivo, bem como a atuação com o fito de debelar o avanço de tal levante, seria da alçada do Serviço de Informações. A atividade de inteligência, nesse caso, surge como peça chave para a consecução dos objetivos de Segurança Nacional, atuando preventiva e repressivamente. Tal atuação, nos dias de hoje, é completamente fora do contexto doutrinário que veio sendo aperfeiçoado com o passar dos anos e com a experiência democrática.

²¹⁵ FERREIRA, Aurélio Alves de Souza *et al*, op. cit, p. 3.

²¹⁶ *Ibidem*. p. 17.

3.5 ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA COMO ORGANIZAÇÃO: A 'COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES'

Falar em rede de informações e a forma como essa teia foi montada no Brasil, remete à maneira que o Estado se portou diante da necessidade de produção de conhecimentos e tomada de decisões. O centro desse sistema era o Serviço Nacional de Informações e existia um conceito novo de guerra, que se desenvolvia no âmbito interno do país e sob o signo ideológico. Para combater um 'inimigo' com as mesmas armas usadas por ele, os esforços do governo deveriam ir além de a criação de um serviço de informações.

O Estado, com sua estrutura de funcionamento, contém o governo, os ministérios, o exército, a polícia, os tribunais, os presídios, etc. Essas estruturas, num rápido relance, podem ser identificadas como aparelhos repressivos de Estado, os quais funcionam, se não pelo emprego da violência em sua amplitude e caracterização física, pelo menos no limiar dela, vez que pode utilizar o fator de coerção para impor vontade.

No entanto, quando se trata de aparelhos de Estado, não se refere tão somente à existência do funcionamento repressivo da engrenagem estatal. Existem, no entanto, outros instrumentos que, aliados aos primeiros, trazem o equilíbrio perfeito entre a força e o campo das ideias. São os chamados aparelhos ideológicos de Estado.²¹⁷

Althusser assim os define:

Daremos o nome de Aparelhos Ideológicos de Estado a um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. Delas propomos uma listagem empírica, que obviamente terá que ser examinada em detalhe, verificada, corrigida e reorganizada. Com todas as restrições envolvidas nessa exigência, podemos, de momento, considerar as seguintes instituições como Aparelhos Ideológicos de Estado (a ordem em que as listamos não tem nenhuma importância particular):

- . o AIE religioso (o sistema das diferentes Igrejas)
- . o AIE escolar (o sistema das diferentes 'escolas', públicas e particulares)
- . o AIE familiar
- . o AIE jurídico;
- . o AIE político (o sistema político, incluindo os diferentes partidos);
- . o AIE sindical;
- . o AIE da informação (imprensa, rádio e televisão etc.);

²¹⁷ ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (Notas para uma investigação) *in* ADORNO, Theodor W. [et. Al.] **Um mapa da ideologia**. Organização de Slavoj Zizek; tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 114.

. o AIE cultural (literatura, artes, esportes etc.)²¹⁸

Assim, é feita a distinção entre aparelhos ideológicos de Estado e aparelhos repressivos de Estado, apontando que “é a seguinte diferença fundamental: o aparelho repressivo de Estado funciona ‘*pela violência*’ ao passo que os aparelhos ideológicos de Estado funcionam ‘*pela ideologia*’”.²¹⁹

Em relação à expressão ‘comunidade de informações’, essa merece análise mais detida. A noção de comunidade, nesse caso, está direcionada a um público específico, destoando, de certa forma, da sua concepção sociológica e política. Essa envolve identidade cultural, localização geográfica, existência de laços de dependência mútua, solidariedade irracional e vínculos psíquicos entre os componentes do grupo.²²⁰

Os integrantes do serviço de inteligência estariam ligados, afóra as limitações espaciais e geográficas, por uma cultura própria e que identificaria aquele grupo de ‘profissionais de informações’ como integrantes selecionados de forma direcionada, sendo balizados por condutas, ditames, regras e diretrizes bem herméticas e restritas.

Além disso, tais pessoas não eram consideradas membros dessa comunidade de forma isolada, de *per si*, tão somente pelo fato de terem um desempenho laboral efetivamente ligado ao serviço de informações da época. O vínculo ia além dos conhecimentos e especificidades de determinada atividade voltada para a coleta, a busca, a análise ou a difusão de conhecimento produzido. Era preciso estar vinculado por critérios institucionais, ou seja, pertencer a algum órgão que tivesse na inteligência o seu mote de atuação.

Álvares opina acerca das designações do sistema que se constituía pelos órgãos de inteligência interligados:

Entre nós, as organizações destinadas à produção das informações são designadas por ‘serviço’, ‘centro’, ‘agência’, ‘escritório’, ‘divisão’, ‘seção’ etc. O conjunto desses organismos, estruturados em um ou mais sistemas independentes, tem sido chamado de COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES. Além de prestar-se a confusões de caráter ideológico e, portanto, não recomendável, a expressão ‘comunidade’, no sentido de posse ou de vida em comum, não se ajusta à designação do conjunto de órgãos que não

²¹⁸ ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (Notas para uma investigação) *in* ADORNO, Theodor W. [et. Al.], op. cit, pp 114-15.

²¹⁹ *Ibidem*, p. 114.

²²⁰ BONAVIDES, op. cit. p. 62.

dispõem de posses comuns nem vivem vida em comum. Melhor será chama-lo de SISTEMA DE INFORMAÇÕES.²²¹

Apesar desse entendimento, mesmo no canal técnico a expressão 'comunidade' serviu para designar como o sistema de inteligência ficou conhecido no Brasil, inclusive nos dias atuais, onde os integrantes dos sistemas de inteligência dos mais diversos órgãos ainda referem-se a tais sistemas como 'comunidades de inteligência'.

No Glossário de Informações produzido pelo SFICI,²²² o termo 'comunidade de informações' surge com uma definição própria, a qual deveria ser seguida naquela época. Segundo esse dicionário da atividade de inteligência, comunidade de informações "é o sistema formado pelos órgãos oficiais capazes de fornecer informações que, objetivando a Segurança Nacional, trabalham em íntima ligação e estreita colaboração."²²³

Mas foi no Manual de Informações (MI – 07)²²⁴, lançado pela ESNI em 1976 e de classificação confidencial, que o assunto foi abordado com mais propriedade. Ali ficou explícito o cunho ideológico que tinha a expressão, inclusive, por essa intenção em conotar um sistema de informações como uma verdadeira comunidade, com seus laços afetivos e culturas próprias. Reputava, inclusive, a existência de mais de uma comunidade de informações, indo desde a expressão setorial, dentro dos ministérios civis, até no âmbito internacional, composta por órgãos do Sistema Nacional de Informações (SISNI) no exterior.

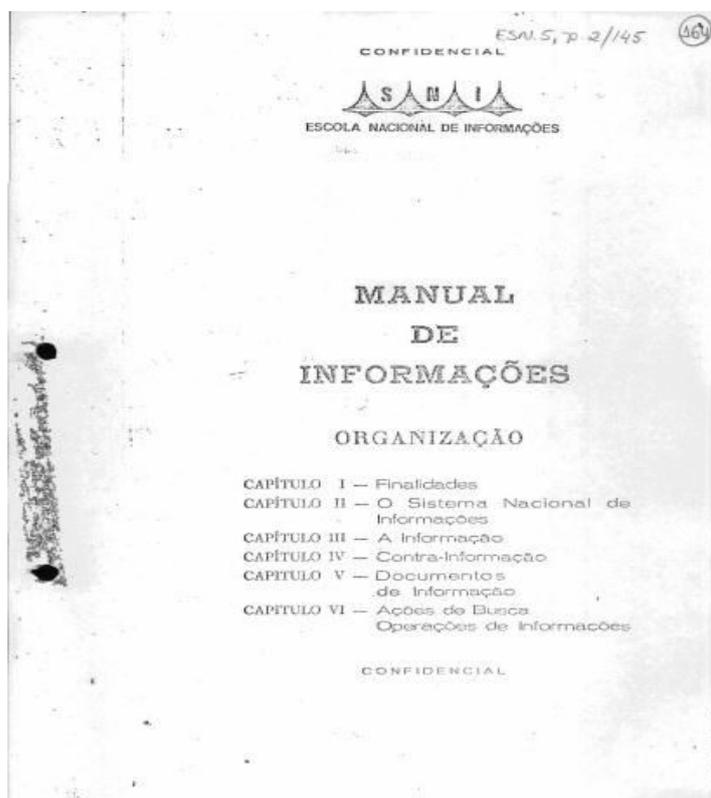
²²¹ ÁLVARES, Obino Lacerda. **Estudos de estratégia**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1973. p. 347.

²²² Cf. Nota 211.

²²³ ARQUIVO NACIONAL. BR_RJANRIO_X9_0_TAI_1,13. p. 11.

²²⁴ ARQUIVO NACIONAL. BR_DFANBSB_Z4_0_ESN_0005

Figura 9 – Manual de Informações



Fonte: Arquivo Nacional (2015)

Assim, na época tinha-se que as comunidades de informações recebiam tais denominações por constituírem os conjuntos de órgãos de informações que tinham missões análogas ou que atuavam em uma mesma área territorial.²²⁵ A despeito disso e da coordenação das atividades de cooperação entre essas estruturas de inteligência, o MI-07 definia que

As Comunidades não têm organização definida, nem obedecem ao fundamento sistêmico. A sua existência prende-se à cooperação que deve existir entre órgãos afins, seja pela analogia de missões, seja pela coincidência de áreas de responsabilidade, que supõem, uma e outra, uma superposição de interesses e de atividades.²²⁶

Esses serviços de inteligência, que no Brasil reverberaram em várias instituições, notadamente no meio militar ou sob a coordenação de militares, tinham ambiente próprio, uma delimitação que não se apresentava sob a forma geográfica ou com espaços físicos. O lugar onde ocorria a interação dos integrantes da

²²⁵ ARQUIVO NACIONAL. BR_DFANBSB_Z4_0_ESN_0005. p. 13.

²²⁶ Ibidem, loc. cit.

comunidade era virtual, dentro da própria rede de contatos que foi estabelecida entre os vários órgãos que compunham a complexa e ramificada teia.

Mas, ainda que pudessem ter certa autonomia administrativa (ao menos no papel), no centro dessa capilarização de órgãos de informações estava aquele que seria o próprio ‘coração’ do sistema e que foi, de forma minorada diante das proporções assumidas posteriormente, chamado de ‘Serviço’²²⁷: era o Serviço Nacional de Informações (SNI).

3.5.1 Sistema Nacional de Informações (SISNI)

Para que a inteligência exerça o seu papel, no que diz respeito ao assessoramento na tomada de decisão, é pacífico o pensamento de que nunca um órgão está isolado, produzindo informações, principalmente quando o conhecimento é tratado em nível de Estado.

Assim, várias estruturas se coligam e interagem, fazendo com que haja uma verdadeira ‘malha’ estabelecida, geralmente, em torno de um órgão central que exerce funções de coordenação das atividades junto às instituições satélites. Esse conjunto formado, invariavelmente, alimenta tal sistema e se retroalimenta dele.

A inteligência, em sentido orgânico, refere-se às estruturas orgânicas (aos serviços) que desenvolvem atividades de inteligência e que têm como objetivos apoiar o processo de decisão político-estratégica e garantir que organizações da mesma natureza, pertencentes a outros actores estatais e actuando de forma secreta e clandestina, não prejudicam os interesses do Estado.²²⁸

Carlos Fico, discorrendo sobre sua pesquisa acerca dos anos dos governos militares no Brasil e a presença maciça de integrantes das Forças Armadas nos serviços de inteligência de décadas atrás, diz que [...]

[...] é especialmente útil para classificar os militares que participaram das comunidades de seguranças e de informações como um ‘corpo de especialistas’ que, tendo constituído um campo de produção e de circulação

²²⁷ ‘Serviço’ é uma expressão utilizada entre membros de alguns órgãos de inteligência brasileiros, sendo uma palavra correspondente para a expressão ‘atividade de informações’ ou ‘atividade de inteligência’. Outra palavra com o mesmo sentido é ‘Atividade’, escrita com a primeira letra maiúscula.

²²⁸ FERNANDES, Luís Fiães. *Intelligence e Segurança Interna*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, 2014. p. 82.

de mensagens relativamente autônomo, lograram situar-se como produtores especializados do discurso que sustentou tanto suas próprias ações (espionagem, violência), quanto a conduta omissa dos moderados que os toleraram.

[...]

Os milhares de papéis sigilosos que a comunidade de informações fazia circular internamente tinham como público ela própria, claro está, mas também informavam autoridades militares (e civis) que não a integravam diretamente. Tais informações *não* se constituíam em um amontoado caótico de folhas dispersas abordando temas fragmentados, por vezes de maneira ridícula e sempre mobilizando certo jargão. Configuravam, isto sim, uma rede intertextual produtora de eficazes efeitos de sentido e de convicção.²²⁹

Fazendo uma análise sobre a formalização dessa verdadeira estrutura de informação nacional voltada para o fluxo de assuntos secretos, Fico traz que a estrutura de informações no Brasil [...]

[...] não surgiu pronta e acabada, mas se constituiu num processo paulatino, que culmina em 1970, quando são implantados o Sistema Nacional de Informações SISNI e os Centros de Operações de Defesa Interna – Destacamentos de Operações de Informações (CODI-DOI).²³⁰

Cabe aqui uma ressalva necessária, com o escopo de esclarecer algo que é bastante difundido, quando se fala da comunidade de inteligência. Apesar de os CODI-DOI (ou mais popularmente ‘DOI-CODI’) estarem citados como integrantes do sistema de inteligência da época (SISNI), eles, na verdade, integravam outro sistema chamado SISSEGIN (Sistema de Segurança Interna)²³¹. Nesse sentido, havia para o governo nítida diferenciação entre ‘informações’ e ‘segurança interna’, no que dizia respeito aos órgãos e ao tipo de ações implementadas, como será visto mais a frente.

No Brasil, a atividade de informações confundiu-se com a própria segurança nacional. Dois dos três órgãos de informações das Forças Armadas foram criados no final da década de 1960 para combater a subversão: o Centro de Informações do Exército (CIE) e o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa). O único órgão de informações das Forças Armadas que já existia antes da tomada do poder pelos militares em 1964 era o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), mas que, em função da entrada dos militares no combate à subversão, redimensionou sua atividade. Em 1967 o SNI se uniu a estes órgãos para, através do culto ao segredo, atuar em defesa do Estado de Segurança Nacional. Mas, a seguir os modelos teóricos, a segurança não deveria ser vista como parte da atividade de

²²⁹ FICO, 2001, op. cit, p. 21.

²³⁰ Ibidem, p. 10.

²³¹ Esse sistema, com suas características, funcionamento e estrutura será abordado adiante.

inteligência, seria apenas um dos usuários da atividade de inteligência, embora houvesse um envolvimento íntimo entre eles.²³²

Na prática, o que se ouve dizer é que o SNI capitaneava as torturas e ações repressivas aos simpatizantes da doutrina comunista em geral, fato que não é verdade. O Serviço atuava de forma ideológica, mas sentia a pressão advinda principalmente do Exército, que buscava direcionar suas ações frente ao combate e sob a égide de defesa contra o inimigo subversivo.

O SNI passou à história com o estigma de ter realizado operações que envolveram tortura, morte e desaparecimento. A rigor, isso não aconteceu. O Serviço não encostava num único fio de cabelo dos subversivos. Sua função era outra: alimentar, com dados, a *comunidade de informações*, ou seja, entregar os inimigos do governo, numa bandeja, aos encarregados diretos da repressão.²³³

A comunidade de informações teve o SISNI como organização original. O sistema foi criado formalmente por meio do mesmo decreto que aprovava o Plano Nacional de Informações²³⁴, assinado pelo Chefe do SNI. Seu texto seria atualizado de tempos em tempos, de acordo com a conveniência e necessidade verificada, tendo havido, em outros anos, a evolução e o aperfeiçoamento doutrinário desse documento.

Tal sistema centrava-se no SNI, existente desde 1964, como já foi dito. A partir de 1968, porém, as necessidades de informações do regime militar excediam bastante as demandas iniciais planejadas por Golbery do Couto e Silva. Não se tratava apenas de reunir dados indispensáveis ao principal cliente do serviço – o presidente da República –, mas de interagir com a polícia política, isto é, com o sistema de segurança que naquele momento se buscava aperfeiçoar, sob a égide da concepção de “guerra revolucionária” definitivamente entronizada pelo AI-5.²³⁵

Assim, por conta da estipulação expressa no diploma legal citado, o Sistema Nacional de Informações teria um órgão central, destinado a promover a correta interação e subordinação das demais estruturas de informações da época. O Serviço Nacional de Informações (SNI) assumiria esse papel e seria de importância nevrálgica para a condução política do país.

²³² BRANDÃO, op. cit, pp. 26-7.

²³³ FIGUEIREDO. op. cit. p. 221.

²³⁴ BRASIL. **Decreto N.º 66.732**, de 16 de junho de 1970.

²³⁵ FICO, 2001, op. cit. pp 75-6.

Na prática, a comunidade de informações se constituiu de todos aqueles órgãos que, em algum momento do período dos governos militares, foi responsável pela produção de informações.

A 'comunidade de informações' conta com 16 [sic] órgãos especializados. O próprio SNI, as DSIs, as ASIs, a FA-2 (segunda seção do EMFA), os E-2 (serviços secretos do Exército), os M-2 (serviços secretos da Marinha), as A-2 (serviços secretos da Aeronáutica), as S-2 (segundas seções dos três ministérios, distribuídas em cada OM), o CIE (Centro de Informações do Exército), o CIA (Centro de Informações da Aeronáutica, ex-CISA, Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica, alterado pelo ministro Délio Jardim de Mattos em 1982), o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), os serviços secretos da Polícia Federal, os DEOPS (Departamentos de Ordem Política e Social) e as P-2 (serviços secretos da Polícia Militar), além dos declarados extintos CODIs-DOIs (Centros de Operações de Defesa Interna-Destacamentos de Operações Internas [sic])²³⁶

3.5.1.1 Serviço Nacional de Informações (SNI)

A existência dos chamados 'serviços secretos' em quase todo o mundo é algo notório e envolto numa aura de mistério. A estruturação de órgãos responsáveis pelos segredos de Estado varia, primordialmente, de acordo com o país e sua representatividade no cenário político e econômico mundial. Nesse sentido, existe posicionamento que tais serviços podem ser, inclusive, compatíveis com a democracia.²³⁷ No entanto, na maioria das vezes, esses órgãos não contam com a simpatia da população, chegando até mesmo a serem rechaçados.

[...] as democracias não são isentas de perigos mais sutis que decorrem da criação no seu meio de grandes centros de poder secreto. Um serviço secreto pode desorientar-se e tomar alguma iniciativa, deliberadamente ou não, que embarace os dirigentes nacionais ou até ameace a estabilidade do Governo. Além disso, seria ingenuidade pensar que uma poderosa organização secreta implantada no centro de uma sociedade limite as suas operações no exterior. Seria difícil apontar um só dos grandes dispositivos secretos que não exerça enorme influência dentro das suas fronteiras. As raízes são profundas.²³⁸

²³⁶ LAGÔA, Ana. **SNI**: como nasceu, como funciona: São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 35.

²³⁷ CEPIK, 2003, op. cit., passim.

²³⁸ WISE, David; ROSS, Thomas B, op. cit., p. 317.

Não obstante, no ano de 1964 foi criado no Brasil o Serviço Nacional de Informações, logo após a tomada do poder por parte dos militares. Em que pesem as atuações do SFICI na contenção às ações comunistas, havia o entendimento que a inteligência precisava crescer, uma vez que estava subordinada à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, o que era incompatível com o que se pretendia alcançar. As informações poderiam ter grande capilaridade e isso deveria ser considerado.

Logo após o golpe militar de 1964, o general Golbery do Couto e Silva propôs ao presidente Humberto de Alencar Castello Branco que apresentasse ao Congresso um projeto para a criação de um novo serviço de informações. A perspectiva vigente era de que se necessitava de uma sólida instituição de informações para permitir a consolidação do novo regime. Em 11 de maio de 1964, o presidente Castello [sic] Branco apresentou o projeto que crava o Serviço Nacional de Informações (SNI).²³⁹

Ana Lagôa, numa das primeiras obras a respeito, faz uma descrição do órgão, que foi concebido como o centro do SISNI. Na narrativa, são trazidos à baila seus aspectos legais e as características de funcionamento:

O Serviço Nacional de Informações foi criado pela Lei 4.341 de 1964.²⁴⁰ Os três primeiros artigos dessa lei estabelecem:

‘Art. 1º - É criado, como órgão da Presidência da República, o Serviço Nacional de Informações (SNI), o qual, para os assuntos atinentes à Segurança Nacional, operará também em proveito do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 2º - O Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional.

Art. 3º Ao Serviço Nacional de Informações incumbe especialmente assessorar o Presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação e contra-informação²⁴¹ afetas aos Ministérios, serviços estatais, autônomos e entidades paraestatais.²⁴²

Também foi prevista nessa lei que o SFICI seria incorporado ao SNI, saindo da alçada da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, transformando-se na Agência Regional, com sede no Rio de Janeiro.²⁴³ Outro ponto interessante do mesmo diploma legal é o que estabelece que o órgão recém criado seria responsável por “estabelecer e assegurar [...] os necessários entendimentos e

²³⁹ BRANDÃO, 2002, op. cit. p. 54.

²⁴⁰ BRASIL. **Lei 4.341**, de 13 de junho de 1964.

²⁴¹ Grafia conforme redação oficial, anterior ao Novo Acordo Ortográfico de 2009.

²⁴² LAGÔA, op. cit. p. 19.

²⁴³ BRASIL. **Lei 4.341**, de 13 de junho de 1964, Art. 4.º, § 1.º.

ligações com os Governos de Estados, com entidades privadas e, quando for o caso, com as administrações municipais.”²⁴⁴. Tal medida tinha em vista “a complementação do sistema nacional de informação e contra-informação” (grifo nosso).²⁴⁵

Interessante essa passagem específica da lei, pois ela falava de um sistema que somente foi criado formalmente em exatos seis anos depois.²⁴⁶ Tal fato serve para demonstrar que praticamente todos os atos relacionados ao serviço secreto brasileiro foram minuciosamente pensados e planejados, aguardando o momento certo de execução. Assim já havia sido feito com a criação do SFICI²⁴⁷, que somente entrou em operação, de fato, após vários anos da sua criação.²⁴⁸

[...] o SNI foi criado em 1964, momento em que a linha dura ainda agia de maneira assistemática, ou, para dizê-lo cabalmente, fase em que inexistia o sistema de segurança que se implantaria formalmente cerca de cinco anos depois.²⁴⁹

O SNI, como já dito, era o principal órgão do Sistema Nacional de Informações. Ele tinha o *status* de ministério, o que reforçou bastante seu papel estratégico, dentro das concepções do governo. A importância dada à inteligência era notória e fazia parte do planejamento estratégico de manutenção do poder por parte dos militares, fazendo frente à ameaça que os opositores representavam.

O SNI era o órgão central do SISNI. Seu chefe tinha status de ministro de Estado e assessorava diretamente o Presidente da República. Competia-lhe superintender e coordenar as atividades de informações em todo o território nacional. Paulatinamente, o Serviço foi buscando recolher informações também no exterior, sobretudo em relação aos países da América Latina.

[...]

O SNI possuía larga margem de ingerência em diversos assuntos, pois os órgãos de informações sob sua superintendência espraiavam-se pelos diversos níveis e áreas da administração pública. Em relação aos órgãos dos ministérios militares, porém, o SNI podia apenas exercer ação normativa, doutrinária e de direção, não lhe cabendo aprovar ou fiscalizar suas ações.²⁵⁰

²⁴⁴ BRASIL. **Lei 4.341**, de 13 de junho de 1964. Art. 3.º, b.

²⁴⁵ Ibidem, loc. cit.

²⁴⁶ Cf. Nota 234.

²⁴⁷ Cf. Nota 204.

²⁴⁸ BRASIL. **Decreto Reservado N.º 44.489 “A”**, de 15 de setembro de 1958.

²⁴⁹ FICO, 2001. op. cit. p. 42.

²⁵⁰ Ibidem. p. 81.

O órgão diariamente informava o Presidente da República, por meio de resenhas e sinopses, acerca de conjuntura política, assuntos econômicos, subversão, assuntos psicossociais, dentre outros. Essas informações eram igualmente repassadas aos demais órgãos do SISNI, de forma que o conhecimento produzido sobre a situação nacional fosse planejado.²⁵¹

Durante toda a década de 1970, o SNI permaneceu com seu poderio informacional sobre os demais órgãos. Era uma espécie de 'superministério', com ramificações em todos os órgãos e entidades de interesse do governo. Suas agências se multiplicaram por vários estados da federação e ali foram montadas estruturas de informações (agências regionais) que se reportavam diretamente à Agência Central, localizada em Brasília.²⁵²

Talvez, o maior problema do SNI era ser um órgão tão próximo à Presidência da República. Enquanto o governo esteve nas mãos daqueles presidentes militares considerados mais 'duros', isso não teve problemas, mas com a assunção de Geisel²⁵³ e a necessidade de adequações à atual situação do país, esse cenário começou a mudar, como será visto adiante.

Outra característica interessante era que o órgão central do SISNI tinha dotação orçamentária própria e não devia prestação de contas a ninguém, não sendo alvo de qualquer controle externo, como ocorre com a ABIN, nos dias de hoje. Também os seus quadros de pessoal era composto em sua maioria por militares, mas havia civis para desempenharem outras funções que não as de direção. No entanto, apesar de se manter forte no governo Figueiredo²⁵⁴, os militares perderam espaço no órgão, podendo permanecer somente por dois anos requisitados no SNI.²⁵⁵

O SNI se manteve como órgão central da inteligência brasileira até o início dos anos 1990, não sofrendo grandes alterações durante o governo de José Sarney²⁵⁶. Na verdade, desde os meados da década de 1970, o órgão veio se

²⁵¹ FICO, 2001. op. cit. p. 83.

²⁵² FIGUEIREDO, 2005, op. cit. p. 135.

²⁵³ Ernesto Beckmann Geisel foi general de exército e o presidente do Brasil entre 1974 e 1979.

²⁵⁴ O general João Baptista de Oliveira Figueiredo foi presidente do Brasil entre os anos de 1979 e 1985, sendo o último presidente do período militar.

²⁵⁵ Brandão. op. cit. pp. 62-63.

²⁵⁶ José Sarney de Araújo Costa foi presidente do Brasil, o primeiro após vinte anos de governos militares, tendo permanecido no poder de 1985 a 1990. Eleito vice-presidente da República, assumiu a presidência devido ao impedimento do presidente eleito Tancredo Neves, que foi acometido de doença às vésperas de sua posse, ocasionando sua morte, sem ter recebido a faixa presidencial.

tornando cada vez mais técnico e com tendência a distanciar-se dos militares, que preferiam dar à inteligência uma postura de defesa e segurança interna.²⁵⁷

3.5.1.2 Os outros órgãos do SISNI

O Sistema Nacional de Informações congregava outros órgãos que não somente o SNI. Por se tratar de uma rede, havia a necessidade de troca de conhecimentos, como forma de fortalecer a comunidade de informações e direcionar as ações do Governo, mediante aquilo que era produzido por tais estruturas de inteligência.

Dessa forma, mesmo durante a existência do SFICI, as Forças Armadas já mantinham seções específicas destinadas à produção de informações que fossem aptas a assessorar decisões desses órgãos. A Presidência da República, ainda durante toda a década de 1950, não via a ameaça comunista sob a mesma ótica dos militares. Esses sim, capitaneados pelas ideias vindas da ESG, se preparavam para uma guerra diferente de se combater. Era o campo ideológico que se mostrava como o cenário dos embates a serem travados.

A Marinha (à época também chamada 'Armada') foi a Força que primeiro organizou um serviço de informações próprio, em que pese as FFAA já possuírem suas seções particulares de inteligência. O órgão foi chamado de Centro de Informações da Marinha (CENIMAR)²⁵⁸ e era uma evolução do antigo Serviço de Informações da Marinha, criado em 1955²⁵⁹, que já teria evoluído do Serviço Secreto da Marinha, criado pelo Ministro da Marinha, em 20 de novembro de 1947.²⁶⁰

O Exército dispunha do Centro de Informações do Exército (CIE)²⁶¹, criado em 1967.

O CIE era o serviço de informações que contava com o maior quadro de pessoal e o que mais se empenhou no combate à luta armada. Criado em função do combate à subversão, foi principalmente no governo Médici que o CIE cresceu.²⁶²

²⁵⁷ FIGUEIREDO. Op. cit. p. 379 et seq.

²⁵⁸ BRASIL. Decreto N.º 42.687, de 21 de novembro de 1957.

²⁵⁹ BRASIL. Ministério da Marinha. **Aviso N.º 2.868**, de 5 de setembro de 1955.

²⁶⁰ Cf. Portaria N.º 436, de 6 de setembro de 2012. Disponível em <http://www.lex.com.br/legis_23721036_PORTARIA_N_436_DE_6_DE_SETEMBRO_DE_2012.aspx> Acesso em 20 mai. 2016.

²⁶¹ BRASIL. **Decreto N.º 60.664**, de 2 de maio de 1967.

²⁶² BRANDÃO, op. cit. p. 68.

Na vanguarda das informações sempre esteve o Exército e, como força terrestre detentora do maior contingente, era cediço que as principais funções dentro daquele período estivessem afetas a essa Força. Prova disso é que os cinco presidentes militares que o Brasil teve entre 1964 e 1985 eram generais do Exército.²⁶³ Em relação ao SISNI, não era diferente. Em que pese o SNI ser o principal componente do sistema, “dentre os órgãos militares de informações, preponderava o CIE, como o mais forte e atuante”²⁶⁴

Os sistemas dos ministérios militares também produziam o mesmo tipo de informações que os civis, inclusive as de natureza ‘administrativa’ que diziam respeito à força singular em questão. Mas é preciso notar que as informações relacionadas às operações militares eram tratadas, estritamente, pelos órgãos integrantes do ‘Subsistema de Informações Estratégicas Militares’ (SUSIEM), coordenado pelo ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e integrado pela 2.ª Seção do EMFA, pela Subchefia de Informações do Estado-Maior da Armada (M-20), pela 2.ª Seção do Estado-Maior do Exército (2.ª/EME), pela Seção de Informações do Estado-Maior da Aeronáutica (2.ª/EMAer) e pelo Centro de Informações do Exterior do Ministério das Relações Exteriores (CIEx/MRE).²⁶⁵

A disputa interna travada entre as expectativas do Exército e o SNI acabava por render severas dúvidas quanto ao destino dos órgãos de inteligência. Enquanto o CIE primava em assumir o direcionamento que a atividade de informações deveria, no sentido de cuidar da segurança interna e o combate ao inimigo comunista, o SNI sentia que o SISSEGIN representava o desvirtuamento da Doutrina de Segurança Nacional.²⁶⁶

Na Aeronáutica foi criado simultaneamente o seu serviço de informações²⁶⁷ e o Núcleo do Serviço de Informações da Aeronáutica (N-SISA)²⁶⁸, subordinado ao Chefe de Gabinete do Ministro daquela Força. Posteriormente, esse núcleo se tornou o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA)²⁶⁹, com atribuições atinentes à produção de informações necessárias à tomada de decisões por parte da Força Aérea.

²⁶³ Cf. OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de *et al.* **As Forças Armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. passim.

²⁶⁴ BRANDÃO. *op. cit.* p. 90.

²⁶⁵ FICO, 2001. *op. cit.* p. 91

²⁶⁶ *Ibidem*, p. 91 et seq.

²⁶⁷ BRASIL. **Decreto N.º 63.005**, de 17 de julho de 1968.

²⁶⁸ BRASIL. **Decreto N.º 63.006**, de 17 de julho de 1968.

²⁶⁹ BRASIL. **Decreto N.º 66.608**, de 20 de maio de 1970.

Todas as três Forças Armadas tiveram seus serviços de inteligência criados ou reformulados nesse período entre final da década de 1960 e início dos anos 1970. Essa medida serviu para estruturar o SISNI, mas também para iniciar um duro período de repressão aos movimentos reivindicatórios e simpatizantes do comunismo. O SISSEGIN teria nessas três forças o amparo necessário para o desencadeamento das suas ações repressivas.

Além de atuarem de forma independente, os serviços secretos militares – Cisa, CIE e Cenimar – cediam agentes para as ações de combate do DOI e faziam operações casadas com os Dops.²⁷⁰ Todos tinham assento no Codi, onde trocavam dados e planejavam ações contra a subversão. Os órgãos da comunidade tinham o mesmo valor, mas supostamente cabia ao SNI a supervisão dos trabalhos. Este, por sua vez, participava da [sic] reuniões do Codi e trocava informações com o CIE, Cenimar, Cisa, DOI e Dops²⁷¹. Também interagia com a Polícia Federal, as DSI, as ASI e as secretarias estaduais de Segurança Pública.²⁷²

Além do SNI, dos serviços de inteligências militares, o SISNI era composto ainda por outras estruturas, todas voltadas para a produção de informações nas suas áreas de atribuições, com dupla função: primeiramente subsidiar seus próprios órgãos e, de forma secundária, alimentar o sistema.

Os “Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis” eram constituídos pelos órgãos de informações dos respectivos ministérios e das autarquias, fundações e empresas estatais vinculadas. O órgão central de informações de um ministério civil era a sua “Divisão de Segurança e Informações”. Em cada órgão importante da administração pública existia uma “Assessoria de Segurança e Informações” (ASI), por vezes chamada de ‘Assessoria Especial de Segurança e Informações’ (AESI). Portanto, no âmbito de um ministério civil havia uma DSI e várias ASI e/ou AESI.²⁷³

Independente de qual estrutura satélite do SISNI produzia a informação, o fato é que o SNI estava na coordenação de todo esse fluxo informacional, com o objetivo de orientar o governo, na pessoa do presidente da República, no que tange à predição das próximas ações a serem implementadas, com o objetivo de manutenção do poder e, conseqüentemente do *status quo* adquirido até então.

²⁷⁰ Sigla de Departamento de Ordem Política e Social, órgão do governo brasileiro responsável pela investigação e repressão. Atuava em várias cidades do país. Mais a respeito em

²⁷¹ Sigla de Delegacia de Ordem Política e Social, que era uma subdivisão do DEOPS – Departamento de Ordem Política e Social. Cf. GUERRA, Cláudio. **Memórias de uma guerra suja**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

²⁷² FIGUEIREDO. op. cit. p. 221

²⁷³ FICO. op. cit. pp. 83-4.

3.5.2 Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN)

O SISSEGIN não surgiu como um sistema formal, como foi o SISNI, mas sim, como um recurso poderoso no combate ao comunismo que, no final dos anos 60 e início da década de 70 apresentava versões mais radicais. Ao longo desse período, várias organizações foram criadas por opositores ao regime militar, os quais ficaram conhecidos como 'subversivos', 'terroristas', 'inimigos', face às ações desencadeadas.²⁷⁴

Figura 10 – Documento Secreto sobre o SISSEGIN



Fonte: <http://arquivosdaditadura.com.br/>

A estrutura do SISSEGIN era voltada para a repressão aos grupos contrários ao governo. Para tanto, esse sistema baseava em dois conceitos fundamentais: Segurança Interna e Defesa Interna. Ainda que vinculados ao conceito de Segurança Nacional, esses dois primeiros respaldavam as ações dos órgãos próprios do SISSEGIN, ao contrário dos órgãos do SISNI, que amparavam suas ações unicamente voltadas para a Segurança Nacional.

²⁷⁴ Pode-se citar, como exemplo dessas organizações: Ação Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Comando de Libertação Nacional (COLINA), Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), Resistência Democrática (REDE), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR PALMARES), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR 8), Fração Bolchevique Trotskysta (FBT), Ação Popular Marxista Leninista do Brasil (APML do B), Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), dentre outras.

A conceituação trazida nesse documento de classificação secreta assim estabelecia em seu Capítulo 1, páginas 1 e 2:

5. SEGURANÇA NACIONAL

É a garantia proporcionada pelo Estado para a conquista e/ou manutenção dos Objetivos Nacionais, a despeito de antagonismos ou pressões.

É a garantia de consecução dos Objetivos Nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos.

Compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica revolucionária ou subversiva.

6. SEGURANÇA INTERNA

Integrada na Segurança Nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestam ou produzem efeitos no país.

7. DEFESA INTERNA

E o conjunto de medidas que visam a evitar, impedir ou eliminar os antagonismos e pressões de origem interna sobre a Nação e a garantir a Segurança Nacional.

Conjunto de medidas levadas a efeito, para superar os antagonismos e pressões que se manifestam ou produzem efeitos no âmbito interno, atuando sobre seus agentes e seus efeitos, de forma a evitar, impedir ou eliminar o processo subversivo. Tais medidas [sic] embora implicando a aplicação de todas as expressões do Poder Nacional, são particularmente da competência das Expressões Política e Militar.²⁷⁵

Nesse sentido, Mário Pessoa afirma que:

A guerra revolucionária do tipo comunista, em países ditos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento (na essência, uma forma de agressão oblíqua), em certos casos, deu considerável impulso aos problemas da segurança interna, como elemento integrador da Segurança Nacional.²⁷⁶

Em que pese as estruturas de inteligência estarem designadas como integrantes do sistema, esses órgãos eram vinculados diretamente às suas instituições de origem. Os componentes do SISSEGIN eram, em sua grande maioria, militares das Forças Armadas e policiais federais, civis e militares estaduais.

A oficialização da participação das Forças Armadas no combate à subversão se deu com a edição do AI-5 em 13 de dezembro de 1968, após o início dos sequestros, que alguns setores de esquerda realizaram para forçar os militares a liberarem companheiros presos, e dos assaltos a

²⁷⁵ GASPARI, Élio. SISSEGIN. PDF file. < <http://arquivosdaditadura.com.br> > Acesso em 15jun2016. Cap 1. pp 1, 2.

²⁷⁶ PESSOA, Mário. **O direito da segurança nacional**. São Paulo: Bibliex, 1971. p.113.

bancos, realizados com o objetivo de arrecadar fundos para a luta contra a ditadura. Esse combate foi regulamentado pelo presidente Médici em 1970, com a edição das diretrizes especiais e a criação do Sistema Nacional de Segurança Interna (Sissegint)[sic].²⁷⁷

A estrutura desse sistema, em nível nacional, era composta pela Comissão de Alto Nível de Segurança Interna (CANSI), SNI, Segunda Seção do EMFA e os sistemas internos de informações da Marinha, do Exército e da Aeronáutica (SISSEGIN, Cap. 2, p. 8). Ressalte-se aqui que as Forças Armadas tinham nas suas estruturas seus organismos de inteligência, conhecidos como 'segundas seções'. Essas seções se comunicavam internamente, entre as Unidades militares da respectiva Força, num sistema próprio de fluxo de informações.

A CANSI foi composta por ato presidencial e tinha como atribuição precípua o assessoramento direto do Chefe do Executivo na elaboração das ações de Segurança Interna, sendo a estrutura de coordenação geral do SISSEGIN. Na sua composição estavam o Ministro da Justiça, os Ministros Militares das três Forças Armadas, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), o Ministro Chefe do SNI, o Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e demais Ministros de Estado, quando convocados. (Cap 2, p.9).

Também existia, dentro do Sistema, outro estágio de coordenação, chamado de Nível ZDI – Zona de Defesa Interna, cuja responsabilidade era do Comando Militar da Área. Era composto pelo Conselho de Defesa Interna (CONDI), pelos Centros de Operações de Defesa Interna (CODI), Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e pelas Comunidades Regionais de Informações de Segurança Interna do Distrito Federal e dos Estados da Federação. (Cap 2, p. 9).

Nesse mesmo ponto do documento é feita uma ressalva quanto à composição dos CODI e dos DOI:

ARTIGO II

[...]

3. ESTRUTURA DO SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA

[...]

5) Observações

a) Os CODI são integrados por elementos das Forças Armadas, Departamento de Polícia Federal, Representante do SNI e das Comunidades Regionais de Informações de Segurança Interna e dos Estados da Federação.

²⁷⁷ BRANDÃO, op. cit, p. 82.

b) Os DOI são integrados por elementos pertencentes aos mesmos órgãos citados na letra a), exceto, do representante do SNI.

Com esse empoderamento que as estruturas de operações de informações receberam, elas acabaram por assumir um papel que nada tinha a ver com inteligência e, em última análise, nem com operações de inteligência. O que era feito pelos integrantes do DOI mais se parecia com ações específicas de grupos de operações especiais²⁷⁸ do que de operações de inteligência.

Dessa forma, com características muito particulares, o SISSEGIN trazia para si todas as iniciativas de repressão que diziam respeito à 'subversão' e às ações 'sub-reptícias' implantadas pelos opositores do governo. Mesmo com o apoio das estruturas de inteligência da época, o sistema atuava autônomo e com foco muito direcionado à política de defesa interna.

O SISNI e o SISSEGIN coexistiram e interagiam constantemente, no que tange ao fluxo de informações de um para outro. O segundo precisava bem mais do primeiro e o SNI, como órgão principal do SISNI, não tinha a expertise de execução e tampouco estava vinculado diretamente às Forças Armadas.

Assim, com a atenção recebida por parte do governo e fazendo com que outras estruturas se desdobrassem a seu favor, o SISSEGIN, enquanto sistema e ainda que de forma completamente oculta, foi bastante atuante na história dos governos militares, no combate ao 'inimigo interno e subversivo'.

3.6 A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E O INÍCIO DO SEU ENCADEAMENTO TÉCNICO

É praticamente a partir de 1976, contando já com dois anos de Governo Geisel, que é dado início ao período em que a atividade de inteligência no Brasil conheceria seu viés mais técnico e menos ideológico, coincidindo com uma lenta e gradual abertura democrática, o que de fato, só ocorreu, em 1985, com a posse de José Sarney, após vinte anos de governos militares no Brasil.

Havia uma resistência bastante significativa por parte daqueles militares que não desejavam que houvesse uma transição do regime político. O SNI, criado

²⁷⁸ Cf. DUARTE-PLON, Leneide. op. cit.

há mais de dez anos, estava consolidando sua doutrina de inteligência, originalmente calcada nos 'ensinamentos esguianos'. Tal fato era convalidado, inclusive, pela criação da Escola Nacional de Inteligência (ESNI), funcionando em conjunto com o próprio SNI, em Brasília, no Setor Policial Sul, onde hoje é sediada a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Os 'duros' amparavam-se em concepções próprias, alegando que a transição ocasionaria, praticamente, a entrega do Brasil aos comunistas. Nesse sentido, havia resistência, inclusive, quanto à mudança de foco do emprego da inteligência, alegando que os integrantes do SISNI estavam tendo atuações divergentes daquelas para as quais inicialmente o Serviço tinha sido criado. Afastava-se, assim, da concepção de uma ferramenta ideológica anticomunista, se aproximando de um ideário técnico e voltado apenas para o assessoramento de Estado, de cunho mais técnico.

Segundo Cavagnari Filho, referindo-se ao final da década de 1960, ocorria nessa época uma substituição paulatina para um Estado de Segurança, em detrimento das ideias de Segurança Nacional. As ações preventivas, calcadas nas informações, foram aos poucos dando espaço para uma postura repressiva extremada por parte de setores do governo. As Forças Armadas estavam definitivamente no poder e desejavam ampliá-lo, fazendo com que o Brasil se tornasse uma grande potência mundial, ainda que em detrimento da democracia.²⁷⁹

Essa situação poderia ser ameaçada, caso houvesse a perda de terreno no campo político e econômico, sem o resgate da aceitação social. As relações externas com outros países, principalmente os Estados Unidos, era algo que deveria permanecer.

Isso fez com que a atividade de inteligência deixasse de ser uma ferramenta exclusiva de sustentação ideológica, se tornando um entrave para os planos da ala mais radical das Forças Armadas, que insistia na intenção de fazer viger no Brasil um verdadeiro combate às pessoas contrárias ao nacionalismo.

A tarefa assumida pela ditadura militar não poderia se sustentar numa estrutura de Estado-policial porque, do contrário, a nova '*legitimidade*' estaria irremediavelmente comprometida. A rejeição viria a se manifestar quando o governo militar enfrentou uma reação articulada da extrema-direita militar – que, desde a edição do AI-5, consolidara seu espaço no

²⁷⁹ CAVAGNARI Filho, Geraldo Lesbat. Autonomia militar e construção da potência. In OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de et al. **As Forças Armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p. 58.

interior da comunidade de informações. Os órgãos de repressão política, agasalhados nessa comunidade, haviam conquistado um grau de autonomia incompatível com os propósitos da *'abertura'*.²⁸⁰

Zaverucha, sobre esse período de divergências, aponta que “as Forças Armadas viviam um clima de disputa interna, cujas consequências eram imprevisíveis. Os militares ‘profissionais’ queixavam-se da crescente intromissão da comunidade de inteligência.”²⁸¹ Essas insatisfações relatadas faziam parte de uma corrente de pensamento que, valendo-se das expertises do serviço de inteligência, pretendiam conduzir a política de informações como política de segurança. O abrandamento da *atividade* para uma conotação mais técnica não era aceito pelos representantes da ‘linha dura’.

Mas a disputa vinha também daqueles órgãos que compunham o SISNI e o SISSEGIN, principalmente o CIE em relação ao SNI. O primeiro havia perdido prestígio desde a criação do segundo que, em que pese ter sido criado antes (1964), foi o Exército, por meio dos serviços de informações vinculados ao seu ministério militar que se sentia na melhor condição de combater o inimigo interno e os antagonismos surgidos.

Apesar de serem genericamente englobados na designação de ‘comunidade de informações’, os vários serviços de inteligência do País vivem um intenso processo competitivo que em certas ocasiões, raia à antagonização. Isto é comum em outros países, especialmente nos EUA onde vários serviços secretos empenham-se numa acirrada corrida. Entre nós a competição pela qualidade da informação transferiu-se para outra [sic] área – os objetivos da informação – polarizando-se nas duas agências que trabalham com pessoal da força terrestre. O Cenimar e o Cisa hoje concentram-se em tarefas específicas e divergentes, mas o SNI e o CIE, desde 65 [sic], quando o primeiro foi criado, vivem um processo de convergência e presumível atrito.²⁸²

Nesse sentido, Carlos Fico, considerando as causas de abertura democrática e o crescente desentendimento entre órgãos da comunidade de informações, aduz:

O projeto de ‘distensão política’, posteriormente conhecido como *'abertura'*, iniciado por Ernesto Geisel, teria de considerar o problema dos órgãos de segurança. Geisel, não podendo nem desejando extingui-los, precisava, ao menos controlá-los – de tal forma que somente as operações legais fossem

²⁸⁰ CAVAGNARI Filho. op. cit. p. 67.

²⁸¹ ZAVERUCHA, Jorge. **Rumor de sabres**. Controle civil ou tutela militar. São Paulo: Ática, 1994. p. 164.

²⁸² LAGÔA. op. cit. p. 60.

efetuadas (eliminando-se, portanto, a tortura, os atentados e o assassinato de presos políticos).

A simples menção ao projeto de 'distensão' gerou imensa reação interna nas comunidades de segurança e de informações. Na verdade, a atuação de ambas, contrapondo-se aos projetos de 'distensão' e 'abertura' políticas, foi um dos fatores mais importantes dentre os que pesaram na condução 'lenta, gradativa e segura' que Geisel pretendeu imprimir à liberalização do regime.²⁸³

Santos, relata essa circunstância, sob o ponto de vista da percepção que os alunos da ESG tinham do Governo Geisel, em relação à abertura política e ao declínio da 'revolução' de 1964:

A 'revolução', como um significante que incorporava um significado positivo na década de 60/70, é apresentada como redentora e restauradora da 'ordem e da paz social', contra os 'radicalismos de esquerda'. A ruptura institucional que, do ponto de vista político, banuiu, prendeu, cassou e torturou importantes lideranças políticas se transforma em 'revolução'. A busca da suavização para esse acontecimento é notória. Os revolucionários de 1964', principalmente aqueles ligados ao grupo da ESG, são os que, agora, estão na direção política do Estado, no processo de abertura iniciado com Geisel. O caráter ideológico, aqui, reside, precisamente, na incorporação, pelos estagiários, dessa suavização que vai ao encontro da sustentação do grupo de poder, pois minimiza suas possíveis defecções. Entretanto, não é somente pela dissimulação que poderemos sustentar relações de dominação, evidentemente, mas também através do modo de operação ideológico da *legitimação* com que se procura justificar e sustentar tais relações.²⁸⁴

Assim, essa forma ideológica de dissimulação é uma maneira de fazer com que os acontecimentos do passado, principalmente dos anos mais rigorosos repressão militar, sejam esquecidos, negados ou mesmo, suavizados, de tal sorte que haja uma relativização interpretativa. Nesse sentido, após 1974 foi observada uma tendência, principalmente no âmbito da ESG de suavizar os fatos políticos até então, dando-lhes nuances positivas, sob o ponto de vista de estratégia simbólica. Daí que a expressão 'revolução de 1964' se faz presente em grande parte da bibliografia da época.²⁸⁵

A autonomia que o Sistema Nacional de Informações (SISNI) passou a desenvolver em relação às Forças Armadas, quando essas julgavam-no [sic] apenas uma extensão militar no Estado. Essa tendência coincidia com a tendência de configuração de um Estado policial. Tal resultado, obviamente, dificultaria a criação de nova 'legitimidade' para o regime, dada

²⁸³ FICO, 2001, op. cit. p. 211.

²⁸⁴ SANTOS, op. cit, p. 135.

²⁸⁵ Ibidem, op. cit. 134

a dificuldade de se introduzir medidas liberalizantes num ambiente sob controle de uma ativa e eficiente 'polícia política'.²⁸⁶

Durante muitos anos, o SNI permaneceu quase como um mito intocável. Pouco se sabia, nada se comentava sobre ele. Com a abertura política, iniciada no governo do general Ernesto Geisel, algumas coisas alteraram, tendo, inclusive, o chefe da agência central do SNI, chegado a dar entrevistas para a imprensa.²⁸⁷

Mas no fundo o SNI continuava o mesmo. É verdade que não colaborava mais com as operações da 'comunidade' junto ao SISSEGIN e tampouco liberava seus agentes para prestarem serviços para outros órgãos. O país havia mudado e o SNI apenas estava se adequando à nova realidade, na qual não cabiam mais ações violentas contra os inimigos do governo.²⁸⁸

Na nova ordem mundial que nascia, deixava de fazer sentido a política de segurança formulada pelos Estados Unidos e exportada para o Terceiro Mundo. Os comunistas já não eram vistos como adversários de morte dos capitalistas, mas sim, como possíveis parceiros e, melhor ainda, potenciais consumidores. Com isso, a tese do inimigo interno também caía por terra. Se a ameaça vermelha se dissipava, por que então os governos deveriam continuar combatendo os cidadãos de seus países somente por professarem ideias de esquerda?²⁸⁹

Não houve, de pronto, desmobilização do serviço de informações brasileiro com a assunção de um civil ao cargo de presidente da república. No entanto, a orientação ideológica que já vinha mudando, subsistia apenas para aqueles que acreditavam que o 'inimigo vermelho' ainda era um perigo para o país. A década de 1980 era uma incerteza para a atividade de inteligência, mas de certo era a necessidade de recomposição doutrinária.

O encadeamento natural dos fatos culminou com o fim do Serviço Nacional de Informações, em 1990, já no governo de Fernando Collor²⁹⁰. A supressão do SNI era meta do presidente eleito e foi uma das primeiras providências que adotou. Dessa forma, por não fazer mais sentido, a ideologia de combate ao comunismo foi praticamente eliminada, tendo resistido por mais de quarenta anos.

²⁸⁶ CAVAGNARI Filho. op. cit. p. 67.

²⁸⁷ LAGÔA. op. cit, p. 21.

²⁸⁸ FIGUEIREDO, op. cit. p. 379.

²⁸⁹ Ibidem. p. 384.

²⁹⁰ Fernando Affonso Collor de Melo foi presidente do Brasil entre 1990 e 1992, ano em que sofreu um processo de *impeachment*.

Assim, o serviço secreto nacional encerrava seu ciclo meramente ideológico. A década de 1990 iniciava com um ponto de interrogação acerca dos rumos que as informações assumiriam. De pronto, foi desmobilizado todo o SISNI e seus funcionários realocados em outros órgãos. As 'informações' seguiriam uma tendência mundial, no que tange ao assessoramento técnico. Numa tentativa de encadeamento racional, adotou-se a expressão 'atividade de inteligência', no sentido de minorar a pecha recebida durante a sua existência.

CONCLUSÃO

A atividade de inteligência, ou a inteligência propriamente dita, é caracterizada pela existência de um componente muito singular, que é o 'segredo'. Se assim não fosse, toda e qualquer informação poderia ser considerada como produto da inteligência.

Outro componente a ser considerado é o tratamento, a análise pela qual essa informação obtida mediante busca (obtenção do segredo) se transforma em um produto definitivo. Esse produto tem a potencialidade de auxiliar tomadores de decisões a fazerem suas opções.

Por óbvio, a inteligência, no desempenho do seu papel precípua, de caráter assessorial, acaba também por valer-se de elementos que estão disponíveis ao amplo conhecimento. Esses são obtidos por meio de coleta em fontes abertas.

Cepik alertava para um aspecto interessante sobre a atividade de inteligência (ou informações, como era antigamente conhecida no passado), que seria a não restrição hermética das atenções no processo de busca da informação. Invariavelmente, a inteligência lança um olhar sobre o outro, recaindo naquilo que é externo. Esse olhar é de soslaio, sem ser percebido pela outra parte.²⁹¹

Essa característica secretista, que numa primeira impressão pode parecer algo imoral, espúrio é, na verdade, uma das ferramentas que servem para ajustar o grau de poder que terá um governo, uma empresa, uma entidade ou mesmo um simples tomador de decisão, num universo mais restrito de atuação.

A questão da obtenção do conhecimento prévio sugere a antecipação necessária, o aporte seguro para que as resoluções sejam mais firmes, menos afetadas por elementos de surpresa ou acaso. O agir, sob esse aspecto, se mostra empoderado, quando em comparação ao outro, pois as informações relevantes não podem ser expostas, sob o risco de enviesar os próximos passos da ação.

O segredo, nesse caso, vem como a principal característica dos serviços governamentais, servindo ao objetivo de auxiliar os rumos que a política estatal tomará, no caso de serviços secretos que servem a um governo constituído. A depender do mandatário, os serviços podem ter seus papéis desempenhados com

²⁹¹ CEPIK, Marco. Espionagem e democracia. Rio de Janeiro: FGV, 2002. pp 28-9.

um encadeamento técnico mas, quando se fala de atividades secretas, existe sempre o risco de desvirtuamento da finalidade do serviço de informações.

No Brasil, a atividade de inteligência, que primeiro se chamou 'atividade de informações' ou simplesmente 'informações' teve sua origem no antigo Conselho de Defesa Nacional, no ano de 1927. Um órgão embrionário, no que diz respeito a um serviço secreto de verdade. Esse conselho era meramente consultivo e o presidente da República reunia com o alto escalão do governo de forma muito esporádica e, ainda assim, para tratar de assuntos a respeito da conjuntura nacional.

No ano de 1946, após a Segunda Guerra Mundial e sob a influência dos norte-americanos, o Brasil criou o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (grafia da época), vinculado à Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, que era o novo órgão da Presidência da República responsável pelos assuntos de segurança do país, no âmbito interno.

As Forças Armadas tinham sua estrutura própria de informações, mas essas eram voltadas para o objetivo principal dos militares, que era a defesa nacional contra ameaças externas. No entanto, nessa época havia uma ameaça que, se não tinha a característica de beligerância como nos combates, era avaliado pelos representantes das Forças Armadas como sendo tão perigoso quanto o inimigo armado.

Esse temor era o comunismo, que vinha do Oriente e ganhava rapidamente o Ocidente, por meio da ideologia pregada, que tendia para uma revolução do proletariado, o que, sem dúvidas, colocaria em risco os ideais capitalistas que o país, subsidiado pelos Estados Unidos, tinha a intenção de implementar maciçamente no território nacional.

Além da cultura capitalista e dos negócios que o Brasil tinha em mente praticar com os americanos, a cultura da Segurança Nacional também foi instalada aos poucos no país, com doutrina militar trazida do *National War College* (NWC), que era uma estrutura de ensino, com sede em Washington e que praticava estudos diversos na área de segurança, dentre eles, o combate ideológico ao comunismo.

Por aqui foi criada a Escola Superior de Guerra (ESG), vinculada ao Estado Maior das Forças Armadas. Tal instituição nasceu com o objetivo de ser um centro de excelência de estudos de assuntos nacionais mas, de pronto, se engajou na ideologia da Segurança Nacional e dedicou seus esforços a formar militares e

alguns civis, mas todos alinhados à nova tendência ocidental de combate ao 'inimigo interno' e à subversão.

Até 1958, a ESG foi a principal estrutura formadora em assuntos de inteligência, mas o combate aos comunistas exigia ações mais efetivas. Acreditando que o país se encontrava em risco de ter como mandatário máximo um presidente alinhado com o pensamento de esquerda, os militares, apoiados por uma elite política e empresarial e com o aval dos EUA, promoveram um golpe de estado no ano de 1964 e assumiram o poder. Seria, a partir dali, vinte anos em que o serviço de informações ganharia proporções dantescas, criando um verdadeiro 'exército das sombras'.

Na verdade, o SFICI já vinha se preparando durante toda a década de 1950, tentando especializar seus quadros, mas sofrendo com a pequenez estrutural que lhe afligia mas, conforme restou comprovado no presente estudo, bem antes da assunção dos militares ao poder, já havia uma estrutura, ambientada na própria ESG, que tratava de formar os integrantes do serviço secreto brasileiro.

Com os militares no comando do país, os serviços secretos ganharam notoriedade e uma missão bem específica, que era implantar a ideia de vigilância contínua na população, de modo que fossem inibidos os avanços comunistas. Ao longo dos anos foram sendo reformuladas as estruturas de informações que existia e criados outros órgãos.

O mais importante e controverso a partir daí seria o Serviço Nacional de Informações (SNI), que nasceu com a grandeza de um ministério e com a faculdade de se vincular exclusivamente ao presidente, não estando ligado às forças armadas, apesar de ser dirigido por eles.

O SNI, logo após ser criado, em 1964, recebeu todo o incentivo do governo e ventilou a Doutrina de Segurança Nacional de forma ramificada no país, inserindo seus agentes em todas estruturas do governo onde se tinha, de alguma forma, uma sensibilidade ou risco para os planos governamentais, como por exemplo, os ministérios civis.

A verdade é que a atividade de inteligência brasileira foi gerada a partir da união da ideologia da Segurança Nacional com a expectativa que os militares tinham de cuidar dos rumos do país e protegê-lo contra a 'ameaça comunista', que pretendia tomar conta de toda o continente americano, como já havia tentado fazer na Europa.

Com um berço nas cores das Forças Armadas, o 'combate' propriamente dito era um signo que passou a fazer parte do cotidiano dos brasileiros. A vida privada se viu exposta e houve muita confusão entre uma corrente radical dos militares e uma ala mais branda, com viés acadêmico e estratégico. Enquanto os primeiros viam um inimigo em qualquer cidadão suspeitos de fazer parte de uma grupo de ideologia contrária ao governo. Os outros militares tinham conduta mais estratégica, ponderada, talvez por antever que o confronto a ser deflagrado seria mais no campo das ideias, da conquista paulatina da população, do que do combate armado.

As ideias estavam sendo propagadas e o governo, valendo-se da estrutura de informações montada, tratou de dar ênfase à 'ameaça interna', endurecendo leis, censurando todo e qualquer espetáculo, reunião ou aglomerado que tive a possibilidade de ser uma ato subversivo. O serviço de informações vigiava a todos, com métodos incisivos e intimidatórios. Até então, o que se tinha era uma ação caleidoscópica, onde os cidadãos eram estimulados a eles mesmo delatarem quaisquer atitudes de vizinhos ou conhecidos que pudessem, de alguma forma, estar colaborando com o comunismo internacional.

Esse estado de vigilância permaneceu eficiente e, à exemplo das Forças Armadas, o SNI criou sua própria estrutura de ensino, sediada em Brasília e inaugurada no início da década de 1970. A Escola Nacional de Inteligência (ESNI) nasceu forte e bem estruturada, com a potencialidade de se tornar um centro de excelência de formação na área de inteligência, aos moldes do que era a ESG para o Brasil.

No entanto, o descontentamento dos militares que desejavam ações mais incisivas sobre os comunistas, aliado às ações armadas de grupos opositores ao governo, iniciou um sistema paralelo de informações, chamado SISSEGIN (Sistema de Segurança Interna), que se valia da estrutura do SISNI (Sistema Nacional de Informações), mas também era composto por órgãos vinculados diretamente ao Exército, que capitaneava as ações da repressão em âmbito nacional.

A obsessão por um inimigo a ser combatido nodou a atividade de inteligência brasileira que, conforme pode ser visto em documentos da época, teve um início exitoso, consoante a corrente ideológica que defendia, mas acabou recebendo a pecha de torturador, fama essa devida mais às condutas individuais de integrantes do SISSEGIN do que por ações específicas do SNI.

A existência desse sistema paralelo, até hoje, é praticamente desconhecida da população brasileira, mesmo daqueles que viveram naquela época e sofreram ações repressivas. Isso porque, com a sucessão presidencial no âmbito do próprio Exército e pelas características herméticas da rede de órgãos que o compunham, fez com que o conhecimento sobre ele permaneça em âmbito governamental.

Com a abertura democrática, o Serviço Nacional de Informações, apesar de ter certa autonomia junto ao governo e tender à profissionalização da atividade de inteligência, com cursos regulares e inserção nos problemas nacionais (à exemplo da ESG), acabou por se ver numa indefinição existencial. Mesmo não tendo participado ativamente das torturas e sumiços de opositores do governo, na década que passou, o órgão tinha a sua parcela de responsabilidade nos desmandos ocorridos, na medida em que fornecia as informações necessárias para a consecução das ações repressivas, fato esse que não passaria incólume junto à opinião pública e a nova representatividade política que se formava.

Dessa forma, ao final da década de 1980 e início dos anos 1990 o SNI, principal expoente nacional da atividade de informações, foi extinto. Já não tinha como se sustentar, estando tão mal afamado e com a indefinição técnica e política para sua subsistência. As informações brasileiras e a 'comunidade secreta' que existia dentro do Sistema Nacional de Informações foram desmontadas.

O que poderia ser o fim dos serviços secretos nacionais representou, na verdade, a possibilidade de um novo começo. Algumas condutas teriam que ser banidas e havia a necessidade de uma reformulação completa na doutrina e ações de qualquer que fosse o órgão que lidasse com as informações nacionais.

Não podendo nenhum país do mundo prescindir de estar bem informado, com conhecimentos produzidos com qualidade e de relevância para a política e os objetivos nacionais, talvez o ato mais inteligente para o futuro dos serviços secretos brasileiros, foi substituir a manchada palavra 'informações', no plural, pela palavra 'inteligência', no singular.

Hoje a inteligência tem sua relevância reconhecida não só no âmbito estatal, mas também em diversos setores da sociedade e do empresariado. Já não cabe mais, dentro da nova conjuntura mundial, as inconformidades ocorridas anos atrás. No entanto, é lembrando-se dos erros do passado e repousando o olhar de

forma serena naquilo que ocorreu é que o ser humano tem condições de seguir em frente, mais experiente e capaz de não errar.

O secretismo de muitas ações estratégicas não pode e nem deve induzir a oportunidade de cometer ilícitudes e desmandos como os ocorridos na época em que as informações serviam como ferramenta ideológica da doutrina da Segurança Nacional. Há necessidade de um sistema de 'freios e controles', de origem externa dos órgãos que operam no silêncio.

O respeito às liberdades e garantias fundamentais deve ser, antes de tudo, a principal preocupação dos governantes e dirigentes de órgãos que tenham atividades sensíveis. A fiscalização e a transparência possível se torna uma possibilidade a ser considerada firmemente, estando alinhadas com o pensamento democrático e o respeito à dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. [et. Al.] **Um mapa da ideologia**. Organização de Slavoj Žižek; tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 337p.
- ÁLVARES, Obino Lacerda. **Estudos de estratégia**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1973. 411p.
- ARAGÃO, José Campos. **A intentona comunista de 1935**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1972. 151p.
- ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Editora Schwarcz S.A. 1968. 504p. Versão Ebook.
- _____. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. 63p.
- ARGUELHES, Delmo de Oliveira. **Sob o céu das valquírias**: as concepções de heroísmo e honra dos pilotos de caça na Grande Guerra (1914-18). Curitiba: CRV, 2013. 234p.
- ARNS, Paulo Evaristo. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1996. 312p.
- ARRUDA, Antônio. **ESG**: história de sua doutrina. São Paulo: Edições GRD, 1980. 300p.
- BITTENCOURT, Luís Antônio Emílio. **O Poder Legislativo e os serviços secretos no Brasil (1964 – 1990)**. 1992. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade Católica, Brasília, 1992.
- BOAVENTURA, Jorge. **A Doutrina de segurança nacional**. In: OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. **Pensamento e ação política**. Coleção Forças Armadas. São Paulo: Papirus, 1987.
- BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora da UnB, 1997. 179p.
- _____. **Democracia e segredo**. Organização de Marco Revelli. Tradução de Marco Aurélio Nogueira – 1.^a ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015. 83p.
- BONAPARTE, Napoleão. **Sobre a guerra**: a arte da batalha e da estratégia. Apresentação e notas de Bruno Colson; tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 580p.
- BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 21 ed. São Paulo: Malheiros, 2014. 550p.
- BOSI, Alfredo. **Ideologia e contra ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 442p.

BRANDÃO, Priscila Carlos. **Serviços secretos e democracia no Cone Sul:** premissas para uma convivência legítima, eficiente e profissional. Niterói: Impetus, 2010. 336p.

_____. **SNI & ABIN:** uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 220p.

CEPIK, Marco. **Espionagem e democracia:** agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 232p.

_____. **Inteligência Governamental:** contextos nacionais e desafios contemporâneos. Niterói: Impetus, 2011. 352p.

_____. **Sistemas nacionais de inteligência:** Origens, lógicas de expansão configuração atual. Em <<http://www.senado.gov.br/comissões/CCAI/txt/Cepik.htm>> Acesso em 29 setembro 2015.

CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Ideologia e mobilização popular.** Rio de Janeiro: CEDEC, 1978. 209p.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia.** 2.^a ed. 16.^a reimpressão. São Paulo. Editora Brasiliense. 2012. 143p.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra.** Tradução de Teresa Barros Pinto Barroso. Brasília/São Paulo: Editora da UnB/Martins Fontes, 1979.

COMBLIN, Pe. Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional:** o poder militar na América Latina. Tradução de A. Veiga Fialho. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 251p.

CONTRAINTELIGÊNCIA. *In:* Brasil. Ministério da Defesa. Glossário das Forças Armadas. - MD35-G-01: 2007, p. 66.

DEL NERO, Agnaldo; MACIEL, Lício Augusto Ribeiro; NASCIMENTO, José Conegundes. **Orvil:** tentativas de tomada do poder. São Paulo: Schoba, 2012. 924p.

DIAS, Reinaldo. **Ciência Política.** 2.^a ed. São Paulo: Atlas, 2013. 305p.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado:** Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 2.^a ed. Traduzido pelo Laboratório de Tradução da Faculdade de Letras da UFMG. Petrópolis: Vozes, 1981. 814p.

DUARTE-PLON, Leneide. **A tortura como arma de guerra - Da Argélia ao Brasil:** como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 294p.

DULLES, Allen. **Ofício de Espião.** Tradução de Lopes D'Azevedo. Lisboa: Livraria Bertrand, 1963. 378p.

DUMONT, Danilo M; RIBEIRO, José Araújo; RODRIGUES, Luiz Alberto. **Inteligência pública na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Revan, 2006. 332p.

EASTON, David. **Uma teoria de análise política**. Tradução de Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. 183p.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Cursos Regulares. Rio de Janeiro: 2016. Disponível em <http://www.esg.br/index.php/es/cursos/cursos-regulares>>Acesso em 15.mai.2016.

_____. **Fundamentos da Doutrina**. Rio de Janeiro: ESG, 1981. 338p.

_____. **Fundamentos Teóricos**. Ed. rev.: Rio de Janeiro: ESG, 1983. 332p.

_____. **Manual Básico**. Rio de Janeiro: ESG, 1976. 648p.

_____. **Manual Básico: Volume II- Assuntos Específicos**. Rio de Janeiro: ESG, 2008.156p.

FEITOZA, Denilson. **Atividade de Inteligência no Ministério Público**. In BRANDÃO, Priscila Carlos; CEPIK, Marco, organizadores. *Inteligência de segurança pública: teoria e prática no controle da criminalidade*. Niterói, RJ: Impetus, 2013. P. 257-279.

_____. **Operações de inteligência, ações de busca e técnicas operacionais como provas**. In: _____. *Direito processual penal: teoria, crítica e práxis*. 8. ed. Ver., ampl. e atual. Niterói: Impetus, 2011. No prelo. p. 1028-1053.

FERNANDES, Florestan. **Marx, Engels, Lenin: história em processo**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012. 274p.

FERNANDES, Luís Fiães. **Intelligence e Segurança Interna**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, 2014. 214p.

FERREIRA, Aurélio Alves de Souza *et al.* Estágio – Noções básicas de Guerra Revolucionária e Anticomunismo. **Ministério da Guerra**. Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro: 1962.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro. Record, 2001. 269p.

_____. **O golpe de 64: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014. 148p.

FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar Nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura**. São Paulo. Companhia das Letras, 2015. 237p.

_____. **Ministério do Silêncio**. Rio de Janeiro: Record, 2005. 591p.

_____. **Olho por olho: os livros secretos da ditadura.** 2.^a ed. Rio de Janeiro. Record, 2013. 207p.

FLICKINGER, Hans-georg. **Marx e Hegel: o porão de uma filosofia social.** Porto Alegre: L&PM, 1986. 184p.

FOUCAULT, Michel. **Histoire de la sexualité, 1. La Volonté de savoir.** Paris: Galimard, 1976.

_____. **Vigiar e punir.** Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora. Vozes, 1987. 288p.

_____. **Microfísica do poder.** 25.^a ed. Rio de Janeiro: Editora Graal. 2009 295p.

GASPARI, Élio. **A ditadura acabada.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016. 586p. Edição digital Epub.

GIANNASI, Carlos Alberto. **A doutrina de segurança nacional e o “milagre econômico” (1969/1973).** São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2011. Tese de doutorado.

GLOSSÁRIO de Informações. Serviço Federal de Informações e Contra-informações. 1960. 67p.

GODOY, Marcelo. **A casa da vovó: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar: histórias, documentos e depoimentos inéditos dos agentes do regime.** São Paulo: Alameda, 2014. 612p.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Atividade de inteligência e legislação correlata.** Rio de Janeiro: Impetus, 2010. 264p.

GUERRA, Cláudio. **Memórias de uma guerra suja.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2012. 291p.

GURGEL, José Alfredo Amaral - **Segurança e democracia: uma reflexão política.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1975. 184p.

HABERMAS, Jünger. **Técnica e ciência como “ideologia”.** Tradução de Felipe Gonçalves da Silva. São Paulo: Unesp, 2014. 206p.

HEBERLE, Rudolf. **Hauptprobleme der politischen soziologie.** Stuttgart: Verlag, 1967.

HOPE, Hans-Hermann. **Uma teoria do socialismo e do capitalismo.** 2.^a ed. Tradução Bruno Garschagen. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2013. 228p.

HUTTON, J. Bernard. **Os subversivos.** Trad. De Luiz Corção. Rio de Janeiro: Bibliex, 1975. 262p.

INTELIGÊNCIA. *In*: Brasil. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. - MD35-G-01: 2007, p. 138.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). São Paulo: Edusp, 2013. 352p.

JOUVENEL, Bertrand de. **O poder**: história natural de seu crescimento. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Peixoto Neto, 2010. 480p.

KEEGAN, John. **Inteligência na guerra**: conhecimento do inimigo, de Napoleão à Al-Qaeda. Tradução de S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 448p.

KENT, Sherman. **Informações Estratégicas**. Tradução de Hélio Freire. Rio de Janeiro: Bibliex, 1967. 2013p.

KINZER, Stephen. **The Brothers**: John Foster Dulles, Allen Foster Dulles, and their secret word war. New York: Times Books, 2013. 385p.

KNIGHT, Amy. **Como começou a Guerra Fria**: O caso Igor Gouzenko e a caçada aos espiões soviéticos. Rio de Janeiro: Record, 2008. 362p.

LAGÔA, Ana. **SNI**: como nasceu, como funciona: São Paulo: Brasiliense, 1983. 133p.

LEBRUN, Gerard. **O que é poder**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 49p.

LEFEBVRE, Henri. **De l'État**: Le mode de production étatique. Paris, Union Générale d'Éditions, 1977.

LENTZ, Thierry. **L'Effondrement du système napoléonien - 1810-1814**. Paris: Fayard, 2004.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 20.^a ed. São Paulo: Cortez, 2015. 143p.

_____. (Org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. Organização de Michael Löwy. Tradução de Cláudia Schilling, Luís Carlos Borges – 3.^a ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012, 606p.

MACHIAVELLI, Niccolo. **A arte da guerra**. Tradução de Eugênio Vinci de Moraes. Porto Alegre: L&PM, 2012. 208p.

_____. **O príncipe e Dez cartas**. Tradução de Sérgio Bath. 3.^a ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. 102p.

MARTINS, Roberto R. **Segurança Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 82p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 119p.

_____, _____. **O manifesto comunista**. Ebook. Ed. Ridendo Castigat Mores, 2005. 68p. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/daticamagna.pdf>>. Acesso em: 7.out. 2015.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004. 566p.

MEYNAUD Jean; LANCELOT Alain Lancelot. **Les attitudes politiques**. Paris: Presses Universitaires de France, 1962.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papyrus, 1995.

MONTEFIORE, Simon Sebag. **Stalin, a corte do czar vermelho**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Cia das Letras, 2006. 912p.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e sociedades na Europa**. Tradução de Mary Amazonas Leite Barros. São Paulo: Edusp, 2002. 360p.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Tradução de Oswaldo Biato. São Paulo: Editora da UnB, 2003. 1093p.

MUCCHIELLI, Roger. **A subversão**. Tradução de Georgina Simão Cury e Mitsi Rodrigues Vaz Garcia. São Paulo: Mundo Cultural, 1979. 224p.

OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA. *In*: Brasil. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. - MD35-G-01: 2007, p. 180.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. 2.^a ed. Petrópolis: Vozes, 1976. 133p.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de *et al.* **As Forças Armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. 187p.

PAIM, Gilberto. **João Figueiredo: missão cumprida**. Rio de Janeiro: Escrita, 2005. 288p.

PASSERIN D'ENTREVES, Alessandro. **La Dottrina dello Stato**. 2 ed. Turim: Stamperia Editoriale Rattero, 1967.

PESSOA, Mário. **O direito da segurança nacional**. São Paulo: Bibliex, 1971. 352p.

PESSOA, Rui. **Espionagem e os meios jurídicos de Segurança Nacional**. Bibliex. 1966. 113p.

PETTEE, George S. **The future of american secret intelligence**. Washington: Infantry Journal Press, 1946. 120p.

PINTO, José Roberto de Almeida. **O conceito de poder nas relações sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 2008. 119p.

PLATT, Washington. **Produção de informações estratégicas**. Tradução dos major Álvaro Galvão Pereira e capitão Heitor Aquino Ferreira. Rio de Janeiro: Bibliex, 1974. 328 p.

PÔRTO SOBRINHO, Antônio. **A guerra psicológica no Brasil**. Fundo de Cultura, 1965. 147p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. Paris: LITEC, 1980. 269p.

REZNIK, Luís. **Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.188p.

RICHELSON, Jeffrey, **The U.S. Intelligence Community**, 3.^a ed. Colorado: Westview Press, 1995.

RUIZ, Castor M.M. Bartolomé. **Os labirintos do poder: o poder (do) simbólico e os modos de subjetivação**. Porto Alegre: Escritos, 2004. 281p.

SANTOS, Everton Rodrigo. **Poder e dominação no Brasil: a Escola Superior de Guerra (1974-1989)**. Porto Alegre: Sulina, 2010. 223p.

SCHOOYANS, Michel. **Destin du Brésil: La technocratie militaire et son idéologie**. Paris: Duculot, 1969. 230p.

SERVICE, Robert. **Camaradas: uma história do comunismo mundial**. São Paulo: Difel, 2015. 658p.

SILVA, Eumano; MORAIS, Taís. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo: Geração Editorial, 2005. 609p.

SILVA, Golbery do Couto e. **Planejamento estratégico**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. 536p.

SILVA, João Mendes. **Conferência de Abertura do Curso Piloto de Informações**. Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 1958.

STEPAN, Alfred. **Brasil: los militares y la política**. Buenos Aires: Amorrortu.1974.

TAVARES, A. Lyra. **Segurança Nacional: antagonismos e vulnerabilidades**. Rio de Janeiro: Bibliex. 1958, 247p.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Tradução do Grupo de Estudos sobre Ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 427p.

TZU, Sun. **A arte da guerra**: os treze capítulos originais. Tradução de André da Silva Bueno. São Paulo: Jardim dos livros, 2012. 131p.

UGARTE, José Manuel. **El control público de la actividad de inteligência em América Latina**: Un examen a través de las normas jurídicas que lo implementan y de su aplicación práctica. Buenos Aires:– CICCUS, 2012. 582 p.

VALE, Antônio Marques do. **O ISEB, os intelectuais e a diferença**: um diálogo teimoso na educação. São Paulo. Unesp, 2006.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 1. 4.^a ed. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Universidade de Brasília, 2014. 464 p.

_____. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 2. 4.^a ed. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Universidade de Brasília, 2012. 584p.

WEINER, Tim. **Legado de cinzas**: uma história da CIA. Tradução de Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Record, 2008. 741p.

WISE, David; ROSS, Thomas B. **O governo invisível**: as forças ocultas nos Estados Unidos. 2.^a ed. Tradução de Jório Dauster Magalhães e Silva. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1968. 395p.

_____. **O poder secreto**: a história na espionagem moderna. Tradução de Pinheiro Lemos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1967. 322p.

WOLOSZYN, André Luís. **Guerra nas sombras**: os bastidores dos serviços secretos internacionais. São Paulo: Contexto, 2013. 159p.

ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Rumor de sabres**. Controle civil ou tutela militar. São Paulo: Ática, 1994. 270p.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. **Ato Institucional n.º 2**, de 27 de outubro de 1965. Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências.

_____. **Ato Institucional N.º 5**, de 13 de dezembro de 1968.

_____. **Decreto N.º 25.705**, de 22 de outubro de 1948. Estabelece normas para a organização da Escola Superior de Guerra.

_____. **Decreto N.º 43.810**, de 29 de maio de 1958. Cria, na Escola Superior de Guerra, o Curso de Informações (CI) e dá outras providências.

_____. **Decreto N.º 42.687**, de 21 de novembro de 1957. Altera a estrutura orgânica do Estado-Maior da Armada para o fim de construir o Centro de Informações da Marinha.

_____. **Decreto N.º 60.664**, de 2 de maio de 1967. Criar o Centro de Informação do Exército e dá outras providências.

_____. **Decreto N.º 63.005**, de 17 de julho de 1968. Cria no Ministério da Aeronáutica o Serviço de Informações da Aeronáutica e dá outras providências.

_____. **Decreto N.º 63.006**, de 17 de julho de 1968. Cria no Ministério da Aeronáutica o Núcleo do Serviço de Informações da Aeronáutica e dá outras providências.

_____. **Decreto N.º 66.732**, de 16 de junho de 1970. Aprova o Plano Nacional de Informações e dá outras providências.

_____. **Decreto N.º 66.608**, de 20 de maio de 1970. Extingue o Núcleo do Serviço de Informações da Aeronáutica e cria o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, aprova seu Regulamento e dá outras providências.

_____. **Decreto N.º 68.448**, de 31 de março de 1971. Cria a Escola Nacional de Informações e dá outras providências.

_____. **Decreto N.º 4.376**, de 13 de setembro de 2002. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei no 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências.

_____. **Decreto-Lei N.º 4.130**, de 26 de fevereiro de 1942. Regula o ensino militar no Exército.

_____. **Decreto-Lei N.º 9.775 “A”**, de 6 de setembro de 1946. Cria o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI).

_____. **Decreto-Lei N.º 314**, de 13 de março de 1967. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências.

_____. **Decreto-Lei N.º 510**, de 20 de março de 1969. Altera dispositivos do Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967, e dá outras providências.

_____. **Decreto-Lei Nº 898**, de 29 de setembro de 1969. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências.

_____. **Decreto Reservado N.º 44.489 “A”**, de 15 de setembro de 1958. Disgõe sobre o Serviço Federal de Informações e Contra-informações (SFICI) de que trata o Decreto-lei N.º 9 775-A, de 6 de setembro de 1946.

_____. **Lei N.º 785, de 20 de agosto de 1949**. Cria a Escola Superior de Guerra e dá outras providências.

_____. **Lei 4.341, de 13 de junho de 1964**. Cria o Serviço Nacional de Informações.

_____. **Lei Nº 9.883**, de 07 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências.

_____. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 196/EMD/MD**, de 22 de fevereiro de 2007. Aprova o Glossário das Forças Armadas. - MD35-G-01

_____. Ministério da Marinha. **Aviso N.º 2.868**, de 5 de setembro de 1955. Cria na estrutura do Estado-Maior da Armada o Serviço de Informações da Marinha.

FONTES PRIMÁRIAS UTILIZADAS

BR_DFANBSB_V8_TXT_AGR_NRE_0073 (Criação do Serviço Nacional de Informações e de seus órgãos).

BR_RJANRIO_X9_0_TAI_1,11 (Conceito sobre informações)

BR_RJANRIO_X9_0_TAI_1,13 (Glossário de Informações)

BR_RJANRIO_X9_0_TAI_1,19-21 (Ação educativa contra a Guerra Revolucionária)

BR_RJANRIO_X9_0_TAI_2,04 – (Conferência do Brigadeiro João Mendes da Silva na ESG – 1958).

BR_RJANRIO_X9_0_TAI_2,07 – (A tomada do poder: estudo sobre o papel da força e do consentimento popular – Andrew C. Janos).

BR_RJANRIO_X9_0_TAI_2,08 – (Informações estratégicas e decisões nacionais).

BR_RJANRIO_X9_0_TAI_2,09 – (Temos guerras maiores pela frente? – Herman Kahn)

BR_RJANRIO_X9_0_TAI_2,11 – (Um caso concreto: o caso Igor Gouzenko)

GASPARI, Élio. SISSEGIN. PDF file. < <http://arquivosdaditadura.com.br>> Acesso em 15jun2016.